

**A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico: um comentário aos desafios da tradução do texto epistolográfico**

Dissertação de Mestrado

Rui Pedro Albergaria Pacheco Freire de Almeida

Mestrado em

**Tradução e Assessoria Linguística**



**A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico: um comentário aos desafios da tradução do texto epistolográfico**

Dissertação de Mestrado

Rui Pedro Albergaria Pacheco Freire de Almeida

**Orientadora**

Professora Doutora Leonor Sampaio da Silva

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tradução e Assessoria Linguística



## **Agradecimentos**

Deixo expresso o meu apreço pelo espaço seguro criado pela Professora Doutora Maria Leonor Sampaio da Silva para que pudesse embarcar na análise de um objeto de estudo desta dimensão e complexidade. Ela compreendeu a pertinência da obra para os estudos da tradução e encorajou a sua investigação e consequente tradução ao disponibilizar o seu apoio, conhecimento, clarividência e experiência académica de forma incansável.

Ao meu Pai deixo o agradecimento por ele me ter metido em contacto com as inúmeras culturas dos países que visitámos em todos os meus anos formativos — uma experiência que me abriu os olhos para a riqueza heterogénea do mundo.

À minha Mãe deixo tudo, pois foi o que ela me deu — incondicionalmente. Foi quem me criou na riqueza linguística, cultural e de valores que fazem de mim a pessoa que hoje sou e que sempre serei. Foi quem me garantiu que nada me faltasse a todos os níveis e quem apoiou em tudo o que eu precisava, bem como naquilo que eu não sabia que precisava.

## Resumo

A presente dissertação de mestrado almeja refletir os desafios tradutórios que se afiguram a partir da obra *A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico*, assim como perceber a forma como esses desafios podem destacar e ajudar a delimitar as estratégias a adotar na sua tradução, tendo como base os enquadramentos teóricos dos vários paradigmas dos estudos de tradução. A obra resulta do compendiar de quarenta e três cartas que Thomas Ashe enviou a Lord Rawdon-Hastings no contexto da sua viagem ao arquipélago dos Açores. Desta forma, propusemo-nos elencar as particularidades que advêm da tradução de uma junção da epistolografia com a figura do escritor-viajante: estas manifestam especificidades formais inerentemente ligadas à epistolografia e particularidades de conteúdo que brotam da heterogeneidade das conjunturas socioculturais e religiosas de então. De forma a fundamentar os pilares teóricos ligados às estratégias de invisibilidade do tradutor e à suma importância da viragem cultural no paradigma dos estudos de tradução, privilegiar-se-ão autores como Lawrence Venuti, Susan Bassnett e André Lefevere. Acrescendo a isto a importância do género epistolográfico na obra, destacou-se o contributo de Gábor Almási para a contextualização do género e contributo Maria Del Mar Rivas Carmona para a respetiva tradução desse género — tendo-se, neste último caso, tentado acrescentar à metodologia pela escassa existência de teoria relativa a este tipo específico de tradução.

Palavras-chave: Tradução, epistolografia, Açores, escritor-viajante, invisibilidade, viragem cultural.

## Abstract

The following master's thesis aims a comprehensive reflexion of the translational challenges that protrude from the *History of the Azores, or Western Islands, Containing an Account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*, as well as understand the way in which those challenges may highlight and outline the strategies that will be adopted in accordance with the theoretical framing of translation studies. This *corpus* results of the collection of forty-three letters sent by Thomas Ashe to Lord Rawdon-Hastings in the context of his trip to the archipelago of the Azores. As such, we set ourselves to delineate the particularities that arise from the translating the admixture of epistolography and the travel-writer figure: these manifest formal specificities that inherently relate to epistolography as well as content particularities that stem from the heterogeneity of the then sociocultural and religious conjunctures. So as to solidify the theoretical pillars upon which lay the strategies of translator invisibility and the great importance of the cultural turn in the paradigm of translation studies, special highlight will be given to authors such as Lawrence Venuti, Susan Bassnett e André Lefevere. To this framing we add the importance of the epistolary genre: in which special highlight is given to Gábor Almási pertaining the framing of said genre, and to Maria Del Mar Rivas Carmona in that which regards the translation of this genre. In this last one, given the lack of existing theoretical work, we attempted to add to the methodology of this specific type of translation.

Key-words: Translation, epistolography, Azores, travel-writer, invisibility, cultural turn

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
Enquadramento biográfico e histórico-cultural .....	3
a) Thomas Ashe e as relações luso-britânicas nos primeiros anos do século XIX .....	5
b) A dimensão (inter)cultural da tradução: o viajante-escritor no cruzamento de duas culturas.....	7
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>11</b>
1.1. O texto epistolográfico: características e funções.....	11
1.2. A tradução do texto epistolográfico: recomendações e dificuldades .....	14
1.2.1. Reciprocidade epistolar.....	17
1.2.2. Marcadores discursivos.....	18
1.2.3. <i>Verba dicendi</i> .....	22
1.2.4. Artíficos retóricos .....	23
1.2.5. “Discurso monológico diafónico” .....	26
<b>Capítulo 2 - tradução dos excertos selecionados .....</b>	<b>37</b>
2.1 – “Dedication” .....	37
2.2 – “Preface” .....	38
2.3 – “Letter III: General remarks on the present condition of the Azoreans, and the means of improvement”.....	40
2.4 – “Letter IV: On the advantages of establishing the independence of the Azores, under the protection of the British government” .....	43
2.5 – “Letter VI: Remarks on the History of the Islands, continued.”.....	47
2.6 – “Letter IX: Description of St. Michael's, continued.—Its towns, &c.—Means of its melioration” .....	50

2.7 – “Letter XII: St. Michael's continued. —Cultivation of wheat, beans, and other grain—advantages arising from its import into Great Britain”... ..	53
2.8 – “Letter XIV: The Porto do Ilheo [sic] of Villa Franca. Remarks on the original formation of the islands—on volcanoes, earthquakes, &c.”.....	55
2.9 – “Letter XVI: Tour through St. Michael’s continued.” .....	59
2.10 – “Letter XXVII: Tour through St. Michael’s continued—Ribeira Grande—Caldeira there haunted—Peasant’s description of it—Remarkable trial” .....	62
2.11 – “Letter XXXIV: Manners and principles of the inhabitants of St. Michael’s”... ..	67
2.12 – “Letter XXXVIII: Manners and society of the inhabitants of St. Michael’s”.....	70
<b>Capítulo 3 – Inventariação dos casos mais desafiantes .....</b>	<b>76</b>
3.1. Questões de linguagem e de estilo: o registo formal, termos e expressões culturais, vocabulário científico e estilo do autor.....	76
3.1.1. O registo formal.....	77
3.1.2. Termos e expressões culturais .....	77
3.1.3. Vocabulário especializado e científico .....	84
3.1.4. Estilo do autor.....	88
3.2. Questões religiosas, socioeconómicas e políticas: catolicismo/anglicanismo; riqueza/pobreza; independência/imperialismo .....	98
<b>Capítulo 4 – Reflexão sobre as decisões tomadas com base nos pressupostos teóricos.....</b>	<b>106</b>
4.1. A visibilidade do tradutor .....	106
4.1.1. O fator epistolográfico .....	107
4.1.2. O fator escritor-viajante .....	108
4.1.3. O fator conjuntural.....	108
4.1.4. O fator literário .....	109

4.2. A dimensão cultural .....	110
<b>Considerações finais .....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia/webgrafia .....</b>	<b>116</b>

## Introdução

A presente dissertação desenvolve-se no contexto do Mestrado em Tradução e Assessoria Linguística da Universidade dos Açores e tem como foco a temática da dimensão (inter)cultural da viagem e da tradução, almejando uma reflexão a partir da tradução parcial (a primeira de que há registo) das cartas de um viajante irlandês nos Açores, Thomas Ashe, compendiadas na obra *History of the Azores, or Western Islands, Containing an Account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*, de 1813.

O estudo estrutura-se de forma a primeiro contextualizar o autor e a obra. Depois da contextualização da obra sentiu-se ser mais importante destringir-se a dimensão epistolográfica da obra: esta é uma das peças centrais para toda a compreensão, abordagem e tratamento do texto de partida e é uma causa influenciadora fundamental da definição de estratégias para o texto de chegada — tendo-se dado, primeiro, uma contextualização histórica da epistolografia e, em segundo, um parecer acerca dos desafios específicos da tradução de epistolografia. Após isto, expôs-se a tradução dos capítulos selecionados. Findado o capítulo da tradução proposta, elencaram-se os casos mais desafiantes desta tradução como forma de demonstrar as estratégias particulares da tradução em causa. Em sequência, elencaram-se os enquadramentos teóricos que determinaram as estratégias gerais desta mesma tradução. Por fim, incidiu-se luz sobre todo o projeto de tradução da obra e da forma como esta foi abordada, tentando-se justificar a metodologia usada como uma ferramenta válida para futuras traduções.

Do ponto de vista teórico respetivo à tradução, regemo-nos principalmente pelos contributos de Susan Bassnett e André Lefevere, Michael Cronin, Itamar Even-Zohar, Lawrence Venuti. Relativamente aos enquadramentos teóricos atinentes à epistolografia e a sua tradução, regemo-nos, primariamente, pelos contributos de Gábor Almási, Maria Del Mar Rivas Carmona, Roger Duchêne.

À parte dos enquadramentos teóricos propostos, ter-se-á em especial foco as características do texto epistolográfico e as orientações para a tradução do texto epistolográfico, assim como a verificação dos registos de linguagem, em especial da linguagem formal e da linguagem científica, e aspetos do contexto social e histórico-

cultural presentes nos exemplos elencados, como forma de justificar as estratégias e decisões tomadas aquando do ato efetivo da tradução dos mesmos.

Mais se informa que, no presente documento, todas as traduções sem referência ao autor das mesmas são de nossa autoria.

No respeitante ao texto de partida (TP), as cartas escritas por Thomas Ashe foram reunidas e publicadas por Joseph Timothy Haydn — jornalista, editor, compilador de dicionários e lexicógrafo, também ele responsável pelo prefácio da primeira edição feita da obra (London: Sherwood, Neely and Jones, 1813). Estas epístolas tinham como destinatário Francis Edward Rawdon-Hastings, um militar e político anglo-irlandês que, entre outros títulos reunidos (como o de Governador-Geral da Índia entre os anos de 1813 a 1823), atuava sob o título *The Earl of Moira* na altura em que estas foram escritas.

Assim, dada a dimensão da amostra contextualizante — porquanto profícua em volume, disponibilidade e facilidade de consulta —, a pertinência da temática à Região Autónoma dos Açores e os objetivos específicos de enquadramento teórico atinentes ao atual paradigma dos estudos da tradução (através da abordagem da epistolografia, da tradução epistolográfica e da literatura de viagem com vista a discernir a possibilidade da tradução como instrumento analítico das redes de poder e das relações interculturais, compreender a particular dimensão cultural do ato translatório assim como o peso relativo das culturas no universo translatório), o *corpus* prova constituir uma fonte de abundante utilidade.

Apesar de, na sua totalidade, a obra poder ser aplicável à temática em estudo, os capítulos e excertos selecionados para efeitos de tradução irão concernir aos padrões de maior coincidência com os assuntos a abordar no que concerne à forma e à estética, bem como à saliência dos casos mais evidentes dos desfasamentos culturais e comunicacionais entre a realidade do viajante como um modelo da “intromissão” translatória e a realidade que ele visita e descreve até à bitola do seu conhecimento. Assim sendo, fez-se uma seleção, e subsequente tradução, dos capítulos tidos como mais relevantes, daí resultando um *corpus* constituído pelos seguintes capítulos: *Dedication; Preface; Letter III; Letter IV; Letter XI; Letter IX; Letter XII; Letter XIV; Letter XVI; Letter XXVII; Letter XXXIV; e Letter XXXVIII.*

## Enquadramento biográfico e histórico-cultural

Poucos e difusos são os relatos doutrem acerca de Thomas Ashe (daqui para a frente também mencionado como Ashe ou T.A.). O mais profícuo deles será, à parte da autobiografia deste último (largamente considerada como inverosímil), o relato feito por Thomas Finlayson Henderson no primeiro volume de *Dictionary of National Biography* (1921-1922, p. 641). Atente-se, abaixo, à passagem referente ao mencionado:

ASHE, THOMAS (1770-1835), um romancista e escritor de géneros variados, cuja ascendência remonta a um ramo mais jovem de uma família que acompanhara Guilherme, o Conquistador, a Inglaterra. Um seu ascendente, então cadete, encontrou-se sob o comando de Guilherme de Orange na Irlanda, obtendo destarte uma das propriedades irlandesas confiscadas. Ashe foi o terceiro filho de um oficial de reserva do exército britânico e nasceu a 15 de julho de 1770 em Glasnevin, perto de Dublin. Mais tarde, recebeu uma comissão para servir no 83º regimento de infantaria, o qual foi desmantelado quase de imediato, tendo Ashe sido enviado para um escritório de contabilidade em Bordéus. Aí, esteve brevemente preso por ter ferido em duelo um cavalheiro cuja irmã Ashe havia seduzido; mas, não sendo os ferimentos fatais, a acusação não resultou em julgamento. No seu regresso a Dublin, Ashe foi nomeado secretário da Comissão de Escolas Privadas e Diocesanas (*Diocesan and Endowed Schools Commission*). No entanto, havendo contraído dívida, renunciou ao cargo e aposentou-se na Suíça. Passou, então, vários anos em viagem pelo estrangeiro, vivendo — segundo relato do próprio (*Memoirs and Confessions, 3 vols. 1815*) — de forma livre e irrestrita, experienciando uma sorte um tanto inconstante. Para além de registar em formato escrito, nas suas *Memoirs*, as impressões dos países que foi visitando, Ashe publicou, separadamente, *Travels in America* em 1806, 1808; *Memoirs of Mammoth and other Bones found in the vicinity of the Ohio*, em 1806, bem como *A commercial and Geographical Sketch of Brazil and Madeira*, 1812. Foi também autor de vários romances, incluindo *Spirit of the Book*, em 1811 (que contou com quatro edições até 1812); *Liberal Critic, or Henry Percy*, em 1812; e *Soldier of Fortune*, em 1816. No fim da sua vida, Thomas Ashe deu por si em inópias condições. Este acabou por falecer a 17 de dezembro de 1835, em Bath. (Henderson, 1922: 641).

Como se vê por esta nota biográfica, o autor deu azo a comentários por parte deste biógrafo que viriam a ser retomados por outros, como veremos adiante. Podem encontrar-se outras descrições de Ashe em trabalhos como, os de J. G. Reis Leite (1988), J. E. Cabral Leite (1991), H. Andrews (2009) ou até J. W. Webster (1821).

Existem, contudo, algumas linhas transversais às poucas descrições feitas. Entre estas, e à parte de dados puramente biográficos, muitos dos autores supramencionados referem a obra em foco neste trabalho — *A História dos Açores, ou Ilhas do Oeste, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e*

*Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico* —, a ideia subjacente à mesma (a defesa que o autor terá feito de uma transferência direta da soberania do arquipélago dos Açores para o Império Britânico, com base nas suas apreciações), e, no caso de Webster (1821) e Andrews (2009), algumas apreciações acerca da natureza do trabalho e índole pessoal do próprio Ashe.

Na entrada relativa a Ashe no *Dictionary of Irish Biography*, Andrews afirma que “detalhes de uma vida, porventura demasiado rica em incidentes e aventura para ser credível, pautam uma variegada prosa patente em *Memoirs and confessions* (1815), e em muitos outros livros...”<sup>1</sup> E, no prefácio de *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure; with remarks on the other Azores or Western Islands, etc.* — cuja publicação ganha forma cerca de dez anos após sair o livro de Ashe —, John Webster discorre na seguinte alegação: “a única obra que conheço sobre os Açores é a incorreta e, em muitos aspetos, fantasiosa *History of the Azores* por T.A., publicada em 1813” (Webster *apud* Leite, 1991: 223). E, segundo a descrição de João Emanuel Cabral Leite, Webster acrescenta a este comentário em nota de rodapé: “fui informado, em S. Miguel, que ele só permaneceu por poucos dias na cidade de Ponta Delgada, não tendo visitado nenhum outro lugar” (*idem, ibidem*).

Das linhas anteriores — a obra, a ideia e as impressões pessoais do autor — assomam duas dimensões que representam suma relevância no enquadramento da obra por diferentes motivos. Descurando, por agora, a última destas linhas — cuja pertinência será tratada e analisada posteriormente no ponto relativo à epistolografia e tradução epistolar —, destrince-se a importância da primeira, que, na ótica deste trabalho, se divide em dois pontos-chave:

a) Thomas Ashe e as relações luso-britânicas nos primeiros anos do século XIX;

b) A dimensão (inter)cultural da tradução: o viajante-escritor no cruzamento de duas culturas.

<sup>1</sup> “... details of a life, perhaps too full of incident and escapade to be credible, are described in colourful prose in *Memoirs and confessions* (1815) and several other books...” (Andrews, 2009; tradução nossa)

## **Thomas Ashe e as relações luso-britânicas nos primeiros anos do século XIX**

Para que se reconheça e entenda o enquadramento da obra na sua época, é necessário compreender os motivos que a sua escrita encontra na conjuntura histórico-cultural de então, assim como a forma como esses motivos se coadunam com essa conjuntura. Para tal, coube inventariar-se uma cronologia de eventos históricos concernentes aos Impérios Britânico e Português do século XIX, elencando-se sob estes as principais motivações de Ashe — já bem explicitas no título da obra. Atente-se:

A 7 de janeiro de 1807, “o Reino Unido promulga uma Ordem de Conselho que visa a proibição de trocas comerciais entre os navios britânicos e a França, ou respetivos aliados”<sup>2</sup> (Dudley, 1985: 34), uma medida que obriga à necessidade de encontrar outros meios de troca comercial ou novos meios de produção de bens — o que vai ao encontro daquilo que advoga Thomas Ashe: maior e mais próxima relação com o arquipélago dos Açores, servindo este como ponto de troca e de reabastecimento dos navios e tropas britânicas, ou, ainda, como área de cultivo agrícola para o Reino Britânico (chegando ao ponto de sugerir uma independência açoriana supervisionada pelo Reino Unido, ou até mesmo uma transferência direta da soberania do arquipélago).

Um ano depois, a 1 de janeiro de 1808, a “Serra Leoa passa a ser uma colónia britânica.”<sup>3</sup> (Palmer, 1992: 242–243). Este é um evento histórico que enfatiza o supramencionado: a transição das tropas britânicas entre o Reino Unido e o continente africano tendo por ponto intermédio os Açores como forma de aclimatização das mesmas. Acerca disto, Ashe escreve:

Mas, talvez uma das maiores vantagens para Inglaterra, resultante da realização deste plano, surgiria ao fazer-se destas ilhas um depósito militar: [...] um sítio alternativo para a constituição do soldado, para que o sangue deste, na sua progressão para África ou para as Índias Ocidentais, esteja preparado para se defrontar com as vicissitudes daqueles climas destrutivos. (Ashe, 1813: 21)

A 6 de maio de 1808, o Reino de Espanha passa a estar sob o controlo de Napoleão: a Guerra Anglo-Espanhola (1796–1808) vê efetivo o seu fim na recém-estabelecida aliança entre o Reino Unido, Portugal e Espanha contra França na Guerra Peninsular. À luz da já existente Aliança Luso-Britânica de 1373 — posteriormente imortalizada no

<sup>2</sup> “The United Kingdom issues an Order in Council prohibiting British ships from trading with France or its allies.” (tradução nossa).

<sup>3</sup> “Sierra Leone becomes a British Crown Colony.” (tradução nossa).

Tratado de Windsor, de 1386 —, esta reaproximação de Portugal ao Reino Unido cria, dada a natureza das posições de cada reinado nas batalhas (ajudante e ajudado, respetivamente), uma relação de dívida que aparentará fazer Ashe sentir-se legitimado aquando da sugestão de uma independência açoriana supervisionada pelo Reino Unido, ou até mesmo de uma transferência direta da soberania do arquipélago. O autor escreve:

Portugal deve a este país largas quantias monetárias, e talvez se desse por contente em dissolver essa dívida através de uma transferência de soberania. Isto mudaria de uma vez por todas o paradigma geral dos Açores e abriria novos ramos de comércio para a Inglaterra, compensando amplamente, também, os empréstimos feitos em apoio à causa de Bragança. (Ashe, 1813: iv)

Algumas destas batalhas da Guerra Peninsular, mais relevantes à defesa que faz o autor, foram: a Batalha de Roliça (17 de agosto de 1808); a Batalha de Vimeiro (21 de agosto de 1808); a Batalha de Grijó (entre 10 e 11 de maio de 1809); e a Segunda Batalha do Porto (12 de maio de 1809).

Mais ainda, a 10 de junho de 1811, a tripulação do HMS Sabrina observa uma erupção vulcânica ao largo da costa da Ponta da Ferraria, nos Ginetes, na ilha de São Miguel. Essa erupção dá lugar a uma ilha que, a 4 de julho, é reivindicada pelo Reino Unido e, então, nomeada Sabrina. Uns meses mais tarde, a ilha afunda-se inexoravelmente. Talvez pudesse o Reino Britânico, e até Ashe, considerar este um possível ponto de partida ou base para mais tarde se dar início a uma maior campanha de domínio sobre o arquipélago dos Açores.

Por fim, dá-se a mudança da família Real portuguesa para o Brasil entre 1807 e 1821 — um acontecimento que em muito fragilizaria o Reino de Portugal, deixando-o empobrecido pelas restrições de importação de bens primários e a carecer de rumo, governação ou ideologia. Naturalmente, isto daria a Ashe maior convicção na busca e defesa das suas ideias e objetivos.

Todos estes exemplos históricos podem servir como reforço daquilo que Ashe defende. Assim expostos, nesta cronologia, parece ficar patente o quão significativa pode ser a coalescência histórico-cultural entre duas nações nas possíveis aceções e interpretações uma da outra e das interações entre elas, assim como o quanto essas interpretações podem gerar espaços de ação ou intenção possivelmente concretizáveis em elementos influenciadores do rumo das nações (ou coletivos) envolvidas.

## **A dimensão (inter)cultural da tradução: o viajante-escritor no cruzamento de duas culturas**

Para que se estabeleça uma base através da qual se possa compreender melhor o papel desempenhado pelo viajante-escritor e pelo tradutor — assim como o paralelismo entre estes —, ter-se-á que destringir o conceito de interculturalidade.

No ponto 8 do artigo 4 da versão em língua portuguesa da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais das Nações Unidas*, afirma-se que o termo interculturalidade se refere “à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de gerar expressões culturais partilhadas pelo diálogo e pelo respeito mútuo” (UNESCO, 2005: 8).

Um outro mecanismo que se prestará à explicação da interculturalidade é o da comparação que se pode firmar entre este conceito e outro que se lhe assemelha: o multiculturalismo — sendo que a comparação deste com o anterior irá afigurar as diferenças entre os dois e, conseqüentemente, ilustrar o que não compõe o primeiro.

Conceda-se, numa breve análise semântica, que, destituindo-se as desinências afixais de cada, o tema de ambos lexemas é o mesmo: “cultura”. As desinências sufixais usadas nestes dois conceitos divergem, pois o sufixo latino “-dade” é indicativo de qualidade ou estado, e “-ismo” de sistema ou doutrina — o que por si só já é indicativo de uma diferença concetual e pragmática significativa, manifesta nas interações deduzíveis. Mas as desinências que mais demonstram que estes conceitos carecem de diferente denominação são as que se constatarem patentes nos seus prefixos: “inter-” e “multi-”, respetivamente. Veja-se: justaposta a “cultura(l) + ismo”, será presumível um número de interações num espaço dito multicultural; no entanto, a significação constitutiva do prefixo “multi-” é uma que exprime quantidade — “muito/a” — mas não implica ou especifica, necessariamente, interações. O mesmo não se verifica no fractoconstituente prefixal “inter-”: na génese da sua significação estão manifestações de interações específicas que estão assentes em noções de uma posição média e/ou intermediada e de relações recíprocas. Então, aplicando estes conceitos ao espaço mais ou menos concreto onde eles encontram materialização, dir-se-á que uma sociedade multicultural se define por ser culturalmente heterogénea; no entanto, os encontros que lá têm lugar só serão considerados interculturais quando, pelo menos, um dos falantes usar uma língua que não é a sua língua materna no momento da comunicação, ou

quando um ou mais hábitos culturais forem partilhados de forma consciente e intencional. Portanto, a interculturalidade é um conceito da área da comunicação e da cultura, ao passo que o multiculturalismo é um conceito da área da política — pois, a heterogeneidade cultural só acontece num quadro legislativo de acolhimento de políticas, de acolhimento de comunidades e indivíduos provenientes de outras culturas.

Posto isto, curioso é ver o quão prestáveis são as significações do conceito de interculturalidade para se descreverem o viajante-escritor e o tradutor, respetivas atividades, papéis e raios de ação. Deste modo, convenha-se que sem reciprocidade não haverá uma base que sustente uma relação e/ou prática intercultural — haveria talvez outras bases que sustentariam práticas e relações doutras naturezas, cuja avaliação não cabe aqui. Mais pertinente, contudo, será perceber-se que tanto o viajante-escritor como o tradutor representam, ao mesmo tempo que ocupam, lugares intermédios entre culturas e interações culturais que moldam e reavaliam as realidades de cada uma. Pois, se eles nem sempre ocupam ou representam lugares médios em consequência das relações e redes de poder estabelecidas *a priori* das suas ações, fruto de conjunturas políticas, históricas e sociais que transcendem a sua agência e a condicionam — como procura ilustrar e exemplificar Even-Zohar através da sua teoria dos polisistemas (Even-Zohar, 1970) —, o facto é que eles intermedeiam as culturas de partida e de chegada que lhes estão afetas no momento de interação.

Em 1990, numa co-publicação intitulada *Translation, History and Culture*, Susan Bassnett e André Lefevere vaticinam e propõem aquilo que ficou posteriormente expresso como a viragem cultural nos estudos de tradução (Bassnett & Lefevere, 1990): uma alteração de perspectiva que assomou um afastamento do objeto de estudo, alargando assim um escopo que se limitava a questões de natureza linguística e formal, mas que agora tinha em concomitante consideração, não descurando o anterior escopo, outras questões: questões acerca da dimensão cultural nos processos e atos de tradução. Atente-se:

Outrora, perpetuavam-se questões que indagavam o 'como se pode ensinar tradução' e o 'como pode a tradução ser estudada?' Aqueles que se tinham como tradutores frequentemente se ressentiam de quaisquer tentativas de ensino na esfera da tradução; os que ensinavam raramente traduziam e, por isso, tinham como reduto os antigos métodos de justapor duas traduções, analisando-as num vácuo formalista. Agora, as questões foram alteradas. O objeto de estudo redefiniu-se: o texto é estudado à luz da sua inserção nas redes de simbologia cultural das estruturas de partida e de chegada (Bassnett & Lefevere, 1990: 11–12).

Ainda que passível de exceções, este era o paradigma formalista mais ou menos generalizado — e o qual foi sujeito às alterações supradescritas. Esse vácuo de retidão formalista era precisamente isso: um eixo horizontal unidimensional absorto na equivalência textual. Qualquer eixo de comunicação e/ou interação apenas deixa passar por si objetos, ideias e conceitos à bitola da sua dimensão (um ser bidimensional é incapaz de perceber um objeto tridimensional, ainda que este intercepe o seu plano de existência). Assim, a viragem cultural dos estudos da tradução pavimentou os imprescindíveis caminhos pluridimensionais que permitem contemplar a complexidade inerente às redes conceituais de cada cultura. Deste modo, é legítimo e honesto inferir-se que a tradução é não só um ato cultural — com base em ferramentas linguísticas — como também, e talvez mais, um ato intercultural.

A literatura é uma peça e manifestação central em qualquer cultura; é um ponto de observação privilegiado para dentro das narrativas, processos e culminações históricas, sociais e etnográficas de qualquer coletivo e da sua interação com outros coletivos. E, talvez não haja maior agente intermediador dessas literaturas do que a tradução. Portanto, “nenhum observador da história de uma qualquer literatura consegue evitar reconhecer a importância do impacto da tradução e do papel que esta tem na sincronia e na diacronia de uma dada literatura (Even-Zohar, 1978: 15).” Semelhantemente ao tradutor, também o viajante-escritor opera como um intermediador de culturas. Veja-se o que comenta Susan Bassnett acerca disto:

Como indica um crescente número de académicos, a literatura de viagem — assim como a tradução — oferece ao leitor acesso a uma versão de outra cultura: um constructo dessa outra cultura. O viajante-escritor cria uma versão de outra cultura, produzindo então algo que se pode descrever como uma forma de tradução, fazendo devir o desconhecido e o não familiar em termos apreensíveis e compreensíveis aos leitores [...] O viajante-escritor opera num espaço híbrido — um espaço entre culturas —, assim como o tradutor opera num espaço entre línguas: um perigoso e transgressivo espaço comumente denominado de 'terra-de-ninguém' (Bassnett, 2007: 22).

Acrescentar-se-ia somente que o viajante-escritor não opera apenas num espaço entre culturas, ou tampouco o tradutor num espaço apenas entre línguas (exclusivamente), operando, sim, ambos num espaço híbrido que compõe um complexo gerado pelas multiplicações advindas dos elementos constitutivos da língua e cultura dos sistemas de partida e chegada em simultâneo — advogando, novamente, a ideia de

uma pluridimensionalidade que abarca um maior escopo com que contemplar e intermediar as culturas envolvidas.

Michael Cronin descreve esse espaço intermédio como uma “terceira cultura” (Cronin, 2000: 150) de que são praticantes/pertencentes o tradutor e o escritor-viajante, acrescentando ainda que a estes está incumbido o valor de nómada portador de notícias doutras bandas. De facto, foi Cronin quem primeiro estabeleceu este paralelismo entre as figuras de viajante-escritor e tradutor, afirmando que na base dessa comparação está a similaridade dos desafios que aguardam cada um deles: descrever a heterogeneidade cultural e referencial de um contexto estrangeiro ao leitor para que este a compreenda, mas sem nunca domesticar por inteiro os elementos estrangeiros e heterogéneos ao ponto de invalidar a sua transição e descrição. Este é um verdadeiro exercício de alteridade que não almeja uma homogeneidade amalgamada, conducente à inércia da não-comunicação: um ténue ponto de equilíbrio de difícil manutenção entre uma “proximidade sem fusão”<sup>4</sup> e uma “distância sem isolamento”<sup>5</sup> (Cronin, 2000).

Um dos principais desafios pertinentemente identificados corresponde à necessidade — e/ou dificuldade — de se encontrarem “equivalentes verbais para experiências não-verbais”<sup>6</sup> (Cronin, 2000) com os quais transpor os referentes e conceitos de uma cultura para outra. Assim, a figura do viajante-escritor (tal como a do tradutor) estilhaça a espelhada quarta parede que revela um espaço intermédio articulador de culturas e que exige a constante reavaliação da auto-perceção coletiva com base na presumida perceção doutrem sobre si (uma infinita responsabilidade).

<sup>4</sup> (Cronin *apud* Silva; tradução de Leonor Sampaio da Silva).

<sup>5</sup> (Cronin *apud* Silva; tradução de Leonor Sampaio da Silva).

<sup>6</sup> (Cronin *apud* Silva; tradução de Leonor Sampaio da Silva).

## Capítulo 1

### 1.1. O texto epistolográfico: características e funções.

Afunilando, agora, o escopo de interesse à figura do viajante-escritor, o trabalho deste encontra expressão, não raras vezes, dentro das margens do formato epistolar — como é o caso do autor e, mais especificamente, da obra em estudo. A fim de melhor se consolidar o enquadramento da epistolografia na presente dissertação, far-se-á, em grande parte, uso de algumas porções do artigo “Humanistic Letter-Writing”, de Gábor Almási (2010).

É certo que o formato epistolar — cujas funções, características e conceitualização foram sofrendo alterações desde o seu surgimento — ocupa um lugar de suma relevância na vida social e comunicacional humana. Ocupou-o desde a Antiguidade — passando pela época medieval, pelo Renascimento e Iluminismo (sendo estes dois últimos os períodos zenitais desta manifestação escrita, onde ganhou muitas das características que asseguraram as suas funções e papel na sociedade atual e, principalmente, de então) — até à era moderna, período em que as novas tecnologias retiraram alguma relevância às suas funções, amainando assim a frequência da sua utilização.

Inicialmente, e com base nas suas características formais (mais ou menos rígidas), a epístola desempenhava funções claras e bem delimitadas; pondere-se a seguinte citação: “Aquele que escreve acerca de subtilezas concernentes à lógica ou acerca de questões de história natural numa carta está, efetivamente, a escrever — mas não uma carta” (Demétrio ca. 350–283 A.C., *apud* Gábor Almási, 2010: 1). Pois bem, o papel que então ocupava este formato era o de manter vivo o diálogo entre amigos ou familiares ausentes: diálogo esse que era tido em boa conta, logo que fosse orgânico e espontâneo — parcialmente representativo daquilo que seria um diálogo *in loco* entre amigos (natural, sincero e desprovido de simulações indesejadas). Em continuação desta mesma aceção epistolográfica, opta-se por fazer uso daquilo que Roger Duchêne descreve como sendo, para si, a “verdadeira carta” (Duchêne, 1971: 194): *i.e.* “a expressão espontânea e direta da realidade vivida, almejada a uma pessoa particular” (*idem, ibidem*). Predicada nesta descrição, Duchêne explicita uma diferenciação entre o dito “*épistolier*” (Duchêne *apud* Showalter, 1986: 113) e os “*auteurs épistolaires*” (*idem, ibidem*), sendo que o primeiro se insere na descrição anterior e os últimos mantêm outras preocupações de

natureza literária assentes numa antecipação da presença da sua escrita na esfera pública.

A primeira concepção do formato epistolar é comumente denominada de “carta familiar” e está largamente assente nas definições estabelecidas durante a antiguidade grega — dá-se o exemplo de *Epistulae ad Familiares* de Cícero (ca. 106–43 A.C.), autoridade eminente da epistolografia latina. A epístola estava, assim, delineada por um quadro de características — acima especificadas — que predeterminavam as funções que lhe caberiam representar e desempenhar.

Naturalmente, com o decorrer do tempo, a carta ganhou várias manifestações e, mais tarde, por altura da Idade Média, “praticamente tudo o que tivesse uma saudação e uma assinatura” (Almási, 2010: 2) era tido em conta como sendo uma carta. Posteriormente — e como forma de quebrar a ligação à veia escolástica medieval a que a teoria epistolográfica se houvera associado —, a “carta familiar” ganha renovada relevância no início do período renascentista, passando a epistolografia a marcar uma maior presença na dimensão artística do que alguma vez houvera marcado, afigurando-se assim o nascimento e assídua presença dos supra-descritos “*auteurs épistolaires*” no mundo literário. Este processo teve como fundamento o repescar dos enquadramentos epistolográficos presentes na obra de Cícero:

... a redescoberta da carta familiar no início do Renascimento significou, na prática, o desenvolvimento gradual da escrita epistolar em direção a uma nova arte, cujo estilo havia sido remodelado em imitação de Cícero, libertando-a, assim, das restrições do escolasticismo (Almási, 2010: 2).

Subvertera-se, a olhos vistos, a intenção e objetivos da escrita epistolográfica: a epístola familiar havia dado largos passos de distanciamento da aceção que conhecera em Demétrio; manteve-se a relação de familiaridade entre correspondentes (por vezes forçada ou premeditada) e era agora usada mais como forma de partilha de informação científica e curiosidade intelectual, ou até mesmo como forma de se estabelecerem os contatos relevantes à solidificação de redes de poder que se coadunassem com os interesses pessoais e coletivos de determinados indivíduos (ou grupos) em detrimento doutros. Toda a partilha proporcionada pela correspondência escrita existe, naturalmente, de forma extrínseca à epistolografia; esta, contudo, provou ser um *medium* ideal que, no seu alcance e celeridade (dada a altura), em muito contribuiu para

a globalização das relações humanas de partilha e de poder. Leia-se a seguinte passagem:

Embora detentoras de um caráter supostamente privado, as interações epistolares foram tão — ou mais — responsáveis pela criação de uma esfera pública quanto a imprensa. Por esse mesmo motivo, é possível alegar-se que a correspondência constituiu um dos mais importantes veículos da revolução científica (Almási, 2010: 1).

Acrescentando a isto, a então recente massificação da prática de publicação das trocas epistolares em muito ajudou a solidificar o alcance da epistolografia (agora vastamente disponível ao grande público sob os formatos de antologia ou de coletânea), o uso da epistolografia em si como meio, o conteúdo das epístolas publicadas, a autoridade das figuras envolvidas, as redes de poder associadas, e, por fim, a própria noção de esfera pública. Contribuiu ainda para o estabelecimento da escrita epistolar como um estilo literário, tornando perene o supradescrito afastamento das funções e características iniciais da carta (apesar de se manter, ainda, a utilização desta para os fins dialógicos originalmente intencionados: comunicação entre ausentes). Um exemplo ilustrativo destas consolidações é o surgimento da República das Letras: uma comunidade epistolográfica internacional de que fizeram parte muitos e notáveis intelectuais (*philosophes*) e académicos, entre os séculos XVII e XVIII.

Então, a correspondência gerada dentro desta expansão, ou ramificação, da epistolografia ganha — dadas as características da mesma — novos valores, para além do valor histórico que já detinha. Os dois valores que se nos apresentam como mais significativos são o valor literário e o político, pois muita da correspondência trocada teria grande impacto nas decisões de governação dos vários países e regiões do mundo, ou no moldar de ideologias políticas que ganharam espaço na visão daqueles no poder (ou que aspiravam a ele). Dá-se o exemplo da já mencionada República das Letras que, segundo historiadores, terá tido importância no moldar e solidificar do Iluminismo (Mokyr, 2017). Outro exemplo de relevância são as *Cartas Inglesas* de Voltaire (1733), nas quais o autor escreveu em análises e comentários de natureza política, científica, económica, filosófica, religiosa e literária. Acerca destas, J.B. Wright diz:

Poucos clássicos do Iluminismo parecerão tão pertinentes para reflexões acerca da secularização quanto o curto livro de Voltaire, variadamente conhecido como

*Letters Concerning the English Nation* ou *Lettres philosophiques* (Wright, 2013: 159).

Depreende-se desta mudança de rumo da epistolografia que muitas das cartas trocadas tenham sido escritas com o propósito último de serem publicadas — não descurando outros possíveis benefícios ou objetivos —, subvertendo-se largamente, assim, o *topos* epistolográfico da endógena “... expressão espontânea e direta da realidade vivida, almejada a uma pessoa particular” (Duchêne, 1971: 194), para o exógeno objetivo de inserção e aceitação na esfera pública. Fará parte desta descrição o autor do *corpus* em escrutínio, Thomas Ashe, cuja troca de correspondência com Francis Edward Rawdon-Hastings teria tido como um dos principais intuítos ulteriores a publicação da mesma. Desta forma, Ashe insere-se na categoria de “*auteur épistolaire*”,<sup>7</sup> deixando, não obstante, patente na sua escrita — e pela publicação da mesma — as redes de poder que pretendia estabelecer ou integrar e os objetivos por ele almejados (então discriminados em vários pontos da introdução do presente documento).

## **1.2. A tradução do texto epistolográfico: recomendações e dificuldades**

Convenha-se, antes de quaisquer considerações relativamente à tradução do texto epistolográfico — e das respetivas dimensões onde este se insere —, que se notou a escassez de bibliografia relativa a este tipo específico de tradução — principalmente teórica.

No entanto, e tendo em conta as considerações do ponto anterior, a correspondência escrita por Thomas Ashe insere-se — sem que seja um romance ou uma ficção epistolar — na categoria de epistolografia literária de viagem: uma concatenação fruída da ação registada no espaço entre epistolografia literária e a literatura de viagem. Nela, está reunido um conjunto de elementos detentores de valores que a integram nestes dois géneros literários mas que, não o fazendo por inteiro, relevam a necessidade de uma nova denominação — acima expressa. Alguns destes elementos intersejam-se na transversalidade existente entre os géneros então expostos: a prosa não-ficcional, a escrita diarística, a dimensão autobiográfica e/ou de autoconhecimento (mais ou menos presente conforme os casos). Esta transversalidade tem como base de sua manifestação

<sup>7</sup> Duchêne *apud* Showalter (1986: 113)

a dimensão literária — dimensão esta que é englobadora de valores que, não obstante a discussão mais ou menos consensual das balizas delimitadoras da sua verdadeira constituição, estão assentes em traços marcantes do texto literário, como: a universalidade e intemporalidade que é levantada pelas questões presentes na forma e conteúdo das obras textuais criadas sob a sua alçada; a maneira como a estética e a significância da mensagem — através da partilha de experiências, perspectivas e mundividências — pode modelar a sociedade humana ou fazem surgir novas formas de observar e ter em conta a realidade envolvente; a própria linguagem, frequentemente atraída pelo uso de recursos expressivos, como a metáfora, a ironia, a anáfora, e a hipérbole.

Há, no entanto, elementos que não constituem um denominador comum partilhado pelos dois géneros mencionados. Esses elementos são, possivelmente, os mais diferenciadores entre estes dois géneros literários e os mais contributivos para a sua denominação específica: a viagem e a epístola. Dá-se então que o raio de ação dos dois géneros se cruza quando o escritor-viajante se expressa através da epístola, ou quando o *auteur épistolaire* viaja e sente a necessidade de descrever a realidade do país para que viajou e/ou a singularidade imposta pela sua condição de deslocado em país estrangeiro.

Dir-se-ia, deste modo, que Thomas Ashe — ao descrever o arquipélago dos Açores e a sua experiência intra e interpessoal com a gente, o local e costumes, nas cartas enviadas a Francis Edward Rawdon-Hastings —, se insere simultaneamente nas categorias de *auteur épistolaire* e de escritor-viajante: um *écrivain voyageur épistolaire*.

Pois bem, ainda que a epistolografia seja um texto de natureza específica, o trabalho de preparação e identificação levado a cabo para a tradução feita no *Capítulo 2* do presente documento tende a pender, em jeito de recomendação futura, para que se tenha em consideração a dimensão literária de algumas ramificações da epistolografia, como o é no caso da obra em estudo — a qual se insere nos parâmetros literários descritos nos parágrafos anteriores. É importante não descurar os elementos da tradução literária, os quais devem, de antemão, ser devidamente identificados e cuja importância não deve ser negligenciada. Nesta linha de contemplação da dimensão literária no ato da tradução, faz-se uso do que Jorge Braga Riera destriça relativamente aos meandros gerais da tradução literária:

A tradução literária refere-se ao processo de transformação de originais, no qual se espera dos tradutores que estes preservem ou recriem “as intenções ou efeitos estéticos que se poderão perceber no texto de partida” (Delabastita 2011: 69). Esta definição lata enfatiza uma modalidade da tradução que exige a manutenção não apenas da trama e do conteúdo do texto de partida [...] como também do valor criativo e artístico inerente a tais obras. (Riera, 2022)<sup>8</sup>

Estes elementos de valor literário, como a estética e o conteúdo que expressam os valores criativos e artísticos individuais dos autores, são os elementos e especificidades a ter em conta no momento tradutório — o que requer ao tradutor, também, uma sensibilidade artística e de criação, ou recriação. No entanto, como já referido, esta não é a única dimensão a contemplar para que se atinja a totalidade particular da tradução do *corpus* em questão. Assim, independentemente do acima mencionado, este tipo de escrita epistolar também deve respeitar, para além das considerações de natureza literária, alguns dos cânones e artifícios transversais a qualquer subgénero da epistolografia, como a existência (por vezes não intercambiável) de um locutor e de um alocutário, necessariamente distanciados pelo tempo e/ou pelo espaço; marcadores discursivos; *verba dicendi*; e perguntas respondidas pelo próprio locutor.

Para além dos indicados, outros artifícios igualmente significativos, e comumente presentes na expressão epistolar, são referidos num artigo de Maria Del Mar Rivas Carmona, intitulado “The translation of discourse markers in epistolary fiction” (2011). Nele, a autora menciona cinco elementos que contribuem para o que esta caracteriza como “discurso monológico diafónico” (Carmona, 2011: 112) — discurso este (neste caso, escrito) que se destrinça como tido por um só constituinte que assume a voz de locutor e presume a voz de um alocutário.

Os elementos em causa são:

- a) primeiro, a subordinação ou complexidade gramatical tipicamente associada ao discurso oral;
- b) segundo, um uso profuso de referência pessoal e de tratamento que está comumente associado a tipos de discurso informais e não planeados (pronomes pessoais na primeira e segunda pessoa e conjugações verbais);
- c) terceiro, o uso do presente do indicativo onde o pretérito perfeito teria, caso contrário, sido empregue;

<sup>8</sup> [https://www.aieti.eu/enti/literary\\_translation\\_ENG/](https://www.aieti.eu/enti/literary_translation_ENG/)

d) em quarto lugar, o uso de perguntas retóricas e não retóricas e de diretrizes que enfatizam a implícita presença do interlocutor; também, o uso de elementos parentéticos de interação, como as interjeições ou vocativos;

e) por fim, o uso de expressões metadiscursivas de natureza avaliativa e subjetiva, metadiretrizes e performativos, advérbios modificadores de frase, etc. (Carmona, 2011: 113).<sup>9</sup>

Todas as unidades de sentido mencionadas requerem especial atenção em qualquer exercício de tradução: pois, se perdidas ou negligenciadas, perder-se-á com elas a coerência inerente ao estilo de escrita em escrutínio. Passaremos, seguidamente, à análise de cada um dos artifícios de escrita supracitados.

### 1.2.1. Reciprocidade epistolar

Minudenciando então as respectivas unidades referidas, começa-se por mencionar que existem poucos vestígios ou marcadores na escrita da correspondência enviada por Thomas Ashe a Francis Edward Rawdon-Hastings de que esta tenha sido recíproca: foi apenas possível encontrar as epístolas, aparentemente unilaterais, escritas por T.A. Note-se que o presente estudo não recusa a existência da escrita de Francis Edward Rawdon-Hastings em resposta a Ashe; no entanto, esta, se existir, estará perdida, restrita ou terá o seu acesso dificultado por meios que não nos estão ao alcance.

Assim exposto, há, contudo, um pequeno excerto — que se considera o mais significativo — do capítulo “Carta XIV” (Ashe, 1813: 84), o qual nos leva a crer que a correspondência foi, pelo menos, reconhecida. Veja-se o mencionado no texto de partida (doravante exposto na janela da esquerda) e de chegada (doravante exposto na janela da direita):

I feel considerable encouragement to proceed in this correspondence, both from the attention with which you distinguish it, and from a reasonable confidence that	Sinto-me consideravelmente encorajado a dar seguimento a esta correspondência, tanto pela atenção com que a distinguis como por uma razoável confiança de que
---	---

<sup>9</sup> “...e) finally, the use of metadiscursive expressions such as subjective and evaluative ones, metadirectives and performatives, attitudinal and comment disjuncts, etc.” (Carmona, 2011: 113). Considera-se, nesta última alínea da enumeração feita pela autora, que a categoria dos elementos performativos (“performatives”) encontra — na língua de chegada — equivalência na função dos performativos: “diz-se do verbo cujo enunciado realiza a ação que significa...”  
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/performativos>. Mais se acrescenta que os chamados “attitudinal and comment disjuncts” encontram — na língua de chegada — equivalência na presença dos advérbios modificadores de frase.

you appreciate the difficulties to which a continuation of it exposes me ( <i>idem, ibidem</i> ).	apreciareis as dificuldades a que me exponho na continuação da mesma.
---	---

Duas são as condições apresentadas pelo autor para o seu encorajamento: a primeira um tanto mais concreta mas não especificada, pois não se consegue determinar de que forma a correspondência é distinguida; a segunda é já uma especulação feita pelo autor em antecipação da receção ou possível resposta do destinatário, remetendo assim para uma apreciação cuja existência se desconhece. Por motivos de precisão e correção histórica para aqueles que apenas terão contato com a obra através do texto de chegada, é importante que se faça transitar esta informação com as implicações existentes — o risco que se corre é o de se transmitir uma impressão errada acerca da verdadeira natureza da relação entre os participantes (que na verdade é incerta). A incomunicação da história é um risco real no ato tradutório e o caso da troca epistolar entre figuras históricas é muito afeto a tal disrupção.

### 1.2.2. Marcadores discursivos

Outra unidade de vera importância na forma da escrita epistolar são os marcadores discursivos que, ainda que tipicamente presentes e caracterizadores da comunicação oral, se manifestam recorrentemente na epistolografia — embora ausentes, remetente e destinatário, locutor e alocutário, constituem membros participativos de um diálogo. Os marcadores discursivos manifestam-se sob a forma de conetores, como conjunções, advérbios, interjeições, deícticos, ou locuções detentoras dos valores das unidades atrás mencionadas. Tais marcadores servem funções várias, entres as quais se incluem: adição de informação, reformulação, introdução de relações de consequência, introdução de estruturas, indicação de exemplos, analogização entre elementos, relações contrastivas entre elementos, introdução de argumentos explicativos, indicação de conclusão, entre outros. As funções dos marcadores discursivos integram um propósito maior de coerência, para cuja definição se faz uso da seguinte citação:

Expressões de uma dada língua natural cuja função primária é a de facilitar o processo de interpretação das relações de coerência entre uma unidade discursiva

particular e as unidades circundantes e/ou aspetos da situação comunicativa (Risselada & Spooren, 1998: 132).<sup>10</sup>

Os marcadores discursivos encontram frequente manifestação nas cartas da obra em escrutínio e contribuem para a verosimilhança da estrutura dialógica pretendida.

Analisem-se, então, alguns casos presentes nos capítulos seleccionados, os quais ilustram a discursividade acima explicitada:

In former times, Sir, when Great Britain held the balance of Europe, and was the guardian and the umpire among contending nations, her feelings, <u>as well as</u> her politics, prompted her to adopt the Roman maxim... (Ashe, 1813: 14)	Em tempos outros, Senhor, quando a Grã-Bretanha detinha o equilíbrio da Europa e era a guardiã e juíza entre nações que se digladiavam, os seus sentimentos, <u>assim como</u> as suas políticas, levaram-na a adoptar a máxima romana...
--	---

A expressão inglesa de valor adverbial “*as well as*” traduzir-se-á de forma mais ou menos literal para português como “tão bem quanto/como”, expressando uma adição de informação que partilhará uma relação de importância relativamente idêntica à informação que a precede. Linguisticamente, revê-se na locução conjuntiva “assim como” esta mesma relação de adição de um elemento com valor informativo semelhante aos restantes — ao invés de uma adição particularizadora, como “e em especial/particular”.

Outro exemplo arquetípico desta marcação discursiva pode ser encontrado na seguinte passagem da “Carta IV”:

But a principal advantage resulting to England [...] would arise from making the islands a MILITARY DEPÔT [sic]: <u>that is</u> , making them a place of alterative for the constitution of the soldier... (Ashe, 1813: 21)	Mas, talvez uma das maiores vantagens para Inglaterra [...] surgiria ao fazer-se destas ilhas um depósito militar: <u>ou seja</u> , fazer delas um sítio alterativo para a constituição do soldado...
---	---

<sup>10</sup> Risselada & Spooren *apud* Maria del Mar Rivas Carmona

Este é um exemplo que em muito se aproxima das vicissitudes da discursividade oral: uma interrupção do discurso — neste caso deliberada — para introduzir uma reformulação da informação já apresentada, a fim de melhor explicar e reforçar a ideia anterior.

Considere-se outro exemplo, da “Carta XXXVIII”, no qual se expressa uma marca discursiva que exprime uma relação de consequência entre as duas últimas orações:

<p>She smiled, and informed me I ran no risk in her house; that both she and her husband were of Spanish original [sic]; that he, <u>in consequence</u>, allows her an estrecho or friend... (Ashe, 1813: 261-262)</p>	<p>Ela sorriu e informou-me de que não corria qualquer risco na sua casa, pois ela e o seu marido eram de origem espanhola — e que ele, <u>consequentemente</u>, lhe permitia um <i>estrecho</i> ou amigo.</p>
--	--

Continuando, eis outro claro exemplo de discursividade presente no capítulo “Prefácio”:

<p>He, <u>firstly</u>, inquires what are the natural commodities of the islands [...] <u>Secondly</u>, he enumerates their manufactures [...] <u>Thirdly</u>, he inquires into the state of the ports [...] This leads him to consider <u>fourthly</u>, the number of seamen employed therein [...] <u>The last point</u> he considers is, the propriety of viewing the Azores as British colonies and plantations... (Haydn, 1813: ii-iii)</p>	<p>Este pergunta, em <u>primeiro lugar</u>, quais as mercadorias naturais das ilhas [...] <u>Em segundo lugar</u>, enumera os seus fabricantes [...] <u>Em terceiro lugar</u>, questiona o estado dos portos [...] Isto leva-o, <u>em quarto lugar</u>, a considerar o número de marinheiros ali empregados [...] Considera, <u>por fim</u>, ser apropriado perceber os Açores como colónias e plantações britânicas...</p>
---	---

O autor deste prefácio faz, então, uso da introdução de uma estrutura numerativa para poder apresentar e expressar o seu pensamento de forma categórica. Este é um artifício comumente utilizado na expressão discursiva oral e cuja função é, precisamente, a de ajudar o locutor a estruturar o seu pensamento de forma a facilitar a

verbalização do mesmo. Os elementos destas estruturas regem-se maioritariamente por ordens hierárquicas ou cronológicas (1º, 2º, 3º, etc.).

Ainda na marcação discursiva, na “Carta IX” encontra-se a locução preposicional “apesar disso”, que transita do texto de partida como equivalente à preposição inglesa “notwithstanding”, ambas constituindo um elemento discursivo que introduz contraste entre as frases apresentadas:

<p>A league to the eastward are two small three-gun forts, inefficient and useless [...]. The island, <u>notwithstanding</u>, has many strong local holds... (Ashe, 1813: 51-52)</p>	<p>A uma légua a leste, existem dois pequenos fortes de três canhões, ineficientes e inúteis [...]. <u>Apesar disso</u>, a ilha tem muitos fortes locais robustos...</p>
--	--

Na Carta “XXXIV”, encontram-se outros dois exemplos de marcação discursiva distintos: o primeiro introduz um argumento explicativo; o segundo introduz a ideia de conclusão dos argumentos que o antecedem.

<p>... he would discern this farce of humbling himself so exceedingly to be the height of spiritual pride: <u>for</u>, he presumes all the while, that, having gained the priest, he has gained God Almighty to himself... (Ashe, 1813: 226-227)</p>	<p>... desvendaria a farsa que o leva a humilhar-se tão excessivamente para que se torne o epítome do orgulho espiritual: <u>pois</u>, este crê que, ao conquistar o sacerdote, conquista, simultaneamente, Deus Todo-poderoso para si próprio...</p>
--	---

Se não bastasse a presença dos dois pontos (normativamente usados para introduzir uma conclusão ou uma explicação), a segunda oração é introduzida no texto de partida pela conjunção inglesa “for” e no texto de chegada através da conjunção explicativa “pois” — ambas constituindo marcação discursiva e perpetuando a clarificação de que a segunda serve como explicação da anterior.

Na outra passagem lê-se:

<p>... of those, <u>in short</u>, who make laws, or execute them, will ever determine the</p>	<p>... daqueles que, <u>em suma</u>, fazem as leis, ou as executam — estes determinarão</p>
---	---

strength or weakness, and, <u>therefore</u> , the continuance or dissolution of a state. (Ashe, 1813: 230)	sempre a força ou a fraqueza e, <u>portanto</u> , a continuidade ou dissolução de um estado.
--	--

Tanto as locuções “in short” do texto de partida e “em suma” do texto de chegada como o advérbio inglês “therefore” e conjunção “portanto” inserem a relação de dependência conclusiva sob a forma de conector entre as orações antecedentes e precedentes (A, B, C em suma D ou A portanto B).

Nas cartas elencadas, existem uns tantos exemplos da marcação discursiva apresentada; optou-se, no entanto, por aqueles que se consideram mais ilustrativos da analogia entre a comunicação oral e a epistolografia — acima discriminados.

### 1.2.3. *Verba dicendi*

Os *verba dicendi* são verbos de valor declarativo e introdutores de um discurso que, antecedendo-os, ou sucedendo-os em forma de complemento, poderá vir expresso como discurso direto — aparecendo este na sua forma *verbatim* entre aspas — ou como discurso indireto — tendo assim que se acomodar a necessária gramaticalização do sujeito e da frase. No caso da obra epistolográfica em escrutínio, a segunda forma é que mais presença marca: muitas são as vezes em que Ashe introduz o discurso (dele e doutrem) ocorrido aquando da sua exploração dos Açores. Veja-se:

The best informed fishermen of the Ginetes coast <u>say</u> there were soundings on the spot in eighty fathoms water... (Ashe, 1813: 90)	Os pescadores mais bem informados da costa dos Ginetes <u>afirmam</u> que foram feitas sondagens até oitenta braças de água do local.
--	---

She was quite pleased at the liberty I took, and <u>told me</u> she would be happy in cultivating an acquaintance with the English of the place... (Ashe, 1813: 258-259)	Ela muito se agradou com a liberdade que tomei, e <u>disse-me</u> que seria feliz ao cultivar uma relação com os ingleses daqui...
--	--

She smiled, and <u>informed me</u> I ran no risk in her house... (Ashe, 1813: 261)	Ela sorriu e <u>informou-me</u> de que não corria qualquer risco na sua casa...
--	---

... her fille-de-chambre having <u>informed</u> me, that the friends of her mistress were all in the habit of paying their respects to her on that festival. (Ashe, 1813: 259)	... a sua aia <u>informara-me</u> que os amigos da sua senhora tinham como hábito prestar-lhe homenagem durante esse festival.
--	--

Os quatro exemplos demonstram a introdução de discurso indireto através dos *verba dicendi* “dizer”, “informar” e “afirmar” — todos eles, também, facilmente transformáveis em discurso direto (linguisticamente falando, apenas: caso contrário, ter-se-ia que aceder ao que fora realmente dito pelas pessoas envolvidas).

Existem na obra, também, exemplos do uso dos *verba dicendi* para a introdução, ou como sucessão, do discurso direto — como ilustrado abaixo:

“... Nor is he without company in this fiery gulf, <u>continued</u> the guide...”(Ashe, 1813: 175)	— Ele não está sozinho neste golfo ardente — <u>prosseguiu</u> o guia.
--	--

“To mass,” <u>cried I</u> , “Donna Paulino! God forbid, what should I do at mass?” (Ashe, 1813: 260)	— Para a missa? — <u>bradei</u> — Deus me livre, Dona Paulino! O que faria eu numa missa?
--	---

Verifica-se, então, a vigência do uso dos verbos declarativos no recontar das conversas e experiências tidas pelo autor ao destinatário das epístolas, para que este melhor possa mergulhar na imagética transmitida pelo primeiro: um artifício de inexpugnável utilidade para aqueles que descrevem locais, pessoas e costumes através do recontar de histórias e conversas àqueles que estão ausentes.

#### 1.2.4. Artíficos retóricos

É comum encontrar-se — não apenas no corpus em estudo, mas em todo o género epistolar de forma geral — o uso de um mecanismo aparentemente dialógico em que o

interlocutor expõe perguntas às quais responde de seguida. Na verdade, e na maioria dos casos, estas são pseudo-perguntas: um artifício através do qual se colocam perguntas retóricas, sem que estas assim o pareçam, de forma a invocar o alocutário, legitimando então a manutenção de um diálogo que não o é. Como supracitado, este pode ser caracterizado como sendo um “discurso monológico diafónico” (Carmona, 2011: 112), em que o autor assume a voz de locutor e presume a voz de um alocutário, dando espaço a uma conversa unilateral no momento da escrita: o primeiro inicia premissas sob a forma de pergunta e antecipa as reações e respostas do segundo às mesmas.

O presente estudo situa estas sequências de perguntas e respostas unilaterais como estando mais próximas de um outro artifício, desta feita pertencente a outra arte: o teatro. Em jeito de extrapolação, este mecanismo em muito se assemelha ao solilóquio. O *Collins English Dictionary* (CED) define solilóquio como:

Enunciação ou discurso por parte de alguém que está a falar sozinho, alheio e indiferente a possíveis alocutários que possam ou não estar presentes (comumente usado como artifício dramático para revelar os pensamentos mais íntimos de uma personagem).<sup>11</sup>

Deste modo, tanto a introdução de premissas como a antecipação das respostas favorecem a criação de personagens que desempenham uma função utilitária num falso diálogo que nem monólogo chega a ser — pois este compreenderia um “texto ou fragmento textual que apresenta o discurso de um único locutor que não se dirige diretamente a um interlocutor”.<sup>12</sup> Então, e apesar de não ser expresso oracionalmente, este discurso, não raras vezes conduzido por autores epistolares, aparenta constituir uma espécie de solilóquio escrito, em que o autor faz uso da dimensão comunicacional e dialógica da epistolografia para atingir os seus objetivos e expor (impor) os seus pontos de vista.

Em *A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico*, Thomas Ashe também se faz servir do supradescrito “solilóquio escrito”. Veja-se:

<sup>11</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/soliloquy>

<sup>12</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mon%C3%B3logo>

<p>May I ask—What have such a people? They have a number, but they have not a nation. (Ashe, 1813: 12)</p>	<p>Permita-me a pergunta: o que terá um tal povo? Um número, mas não uma nação.</p>
--	---

<p>It having been found, after an experience of several years [...] might it not be highly advantageous to make the Azores supply the use of that distant settlement? You will, perhaps, immediately reply, that the execution of this plan would encourage, rather than deter men from, the commission of crimes; as it would hold out to them, freedom, self-government, and prospects of ambition, in a temperate climate. But nothing of the kind is held out. (Ashe, 1813: 22-23)</p>	<p>Tendo sido descoberto, após uma experiência com vários anos [...] não seria, talvez, altamente vantajoso usar os Açores como ponto de abastecimento desse povoamento tão distante? Irá, talvez de imediato, responder que a execução deste plano encorajará — em vez de dissuadir — o perpetrar de crimes, visto transparecer uma oferta de liberdade, auto-governança e perspectivas de ambição num clima temperado. Mas não é nada disto que está a ser oferecido.</p>
--	---

<p>... what would be its future profit and improvement were it submitted to the conduct of a government, guided by an enlightened policy; professing a religion, kind and benevolent in principle, and ruling a people of activity, probity, and honour? The advantages, &amp;c., would be abundant as ineffable... (Ashe, 1813: 55)</p>	<p>... qual seria o lucro e melhoramento futuro desta se fosse submetida à conduta de um governo guiado por uma política iluminada, que professasse uma religião amável e benevolente no seu princípio, e que regesse uma população activa, íntegra e honrada? As vantagens, etc., seriam tão abundantes como inefáveis...</p>
--	--

... can I have been so absurd as to have given any motives for reducing or diminishing the number of them? Can I have asserted ridiculously that the cultivation of oranges stands in competition with the cultivation of corn and wheat? Certainly not! Because, when oranges are the produce, the gain, if it can be so called, is limited... (Ashe, 1813: 73)	... será que fui absurdo ao ponto de ter dado quaisquer motivos para a redução ou diminuição do seu número? Será que fui ridículo ao ponto de afirmar que o cultivo de laranjas compete com o de milho e de trigo? Jamais! Porque, quando as laranjas são o produto, o ganho — se é que se pode chamá-lo assim — é limitado...
--	--

No caso de T.A., e em concomitância com motivos acima explicitados (1.2.1.), o aparente silêncio do outro lado deste diálogo epistolar reforça a necessidade do autor em recorrer a este mecanismo de solilóquio escrito. Mais importante do que a resposta do destinatário das cartas é, para o remetente, oferecer a sua perspectiva dos assuntos abordados. A ausência do alocutário amplia a voz e o palco do emissor. A carta transforma-se em algo mais do que uma epístola – panfleto, ensaio, rascunho de um projeto maior de afirmação pela escrita.

### 1.2.5. “Discurso monológico diafônico”

Passando, agora, ao último subponto elencado no início deste ponto dois, analisem-se os mencionados cinco elementos caraterísticos do discurso epistolográfico, avançados por Maria Del Mar Rivas Carmona em “The translation of discourse markers in epistolary fiction” (2011). Estes serão ilustrados através de exemplos da obra em estudo.

A primeira destas alíneas compreende a não-concisão tipicamente associada à oralidade, marcada por um discurso que está exposto a um pensamento sujeito à pressão dos limites de tempo exigidos pelo contexto e pelas normas sociais de coerência verbal:

- a) [...] a subordinação ou complexidade gramatical tipicamente associada ao discurso oral (Carmona, 2011: 113).

Vejam-se alguns exemplos presentes na obra de Ashe:

Occupied in humbling the pride of France, she has run herself into the most	Esta, ocupada em humilhar o orgulho de França, corre o mais iminente perigo;
---	--

<p>imminent danger; a more imminent danger than her history can furnish any other instance of; that of having the necessaries of life bearing a value above the price of labor, while the price of labor, with the value of the necessaries of life, are deemed objects of inferior consideration to schemes of conquest and projects of dominion.— The price of wheaten flour is daily rising in England. (Ashe, 1813: 75)</p>	<p>um perigo mais iminente do que qualquer outro que possa ser dado como exemplo pela sua história: o de ter o necessário para a vida com um valor acima do preço do trabalho, enquanto o preço do trabalho, juntamente com o valor do necessário para a vida, é tido como o objecto de uma consideração inferior à dos esquemas de conquista, e dos projetos de domínio — o preço da farinha de trigo em Inglaterra aumenta diariamente.</p>
---	---

<p>For the most ordinary observer must perceive, that the sides of the opening in the cone, above the mouth, through which the water finds an entrance, do not present an undulating surface, such as is produced by the gradual flow of lava and the constant attrition of waters, but he instantly perceives that they exhibit that rugged and broken appearance, and those mutual protrusions and indentions which can only arise from an earthquake, or from some sudden and violent convulsion of nature. (Ashe, 1813: 86)</p>	<p>O mais comum dos observadores iria, desta forma, ver que os lados da abertura do cone, acima da boca através da qual a água encontra a sua entrada, não apresentam uma superfície ondulada — como a que resultaria do gradual escorrimento de lava e constante atrito da água —, e que apresentam, sim, uma aparência rugosa e quebradiça, assim como recortes e protuberâncias que apenas resultariam de um terramoto — ou qualquer outro súbito choque ou convulsão da natureza.</p>
---	---

Estes dois exemplos bastarão, de momento, para que se exemplifique este elemento — sendo que facilmente se encontram muitos outros no texto de partida e no texto de chegada (Capítulo II), igualmente ilustrativos da subordinação e complexidade que emerge continuamente no texto.

A segunda alínea verifica, também, uma presença assídua no *corpus* em foco:

- b) [...] um uso profuso de referência pessoal e de tratamento que está comumente associado a tipos de discurso informais e não planeados (pronomes pessoais na primeira e segunda pessoa e conjugações verbais). (Carmona, 2011: 113)

No caso do *corpus* em escrutínio, o uso dos pronomes não coincide, contudo, em número: os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos da primeira pessoa constata-se no singular, ao passo que os pronomes equivalentes da segunda pessoa se encontram expressos no plural — ambos em concordância com a necessária flexão verbal. Esta distinção é fruto de uma marcação que se presta a efeitos de hierarquização através de uma separação na forma de tratamento doutrem: o protocolo social vigente nesta altura dita que Ashe — um cidadão britânico não pertencente à nobreza — deve dirigir-se a Francis Edward Rawdon-Hastings — um nobre que, à altura da troca epistolar, detinha o título de *Earl* (conde) — com a reverência e distanciamento então normativos.

The result of <u>my</u> inquiries, in its present form, <u>I</u> respectfully presume to recommend to your Lordship's notice, from the conviction that, <u>being</u> equally zealous for <u>your</u> Prince and your Country, <u>you</u> will receive with complacency... (Ashe, 1813: <i>Dedication</i> )	Na sua presente forma, o resultado da <u>minha</u> investigação é passível da respeitosa presunção de que o mesmo seja recomendado à atenção de Vossa Senhoria, <u>tendo</u> como convicção que <u>Vós</u> , sendo igualmente zeloso do <u>Vosso</u> Príncipe e País, <u>recebereis</u> complacientemente...
--	--

<u>I</u> feel considerable encouragement to proceed in this correspondence, both from the attention with which <u>you</u> distinguish it, and from a reasonable confidence that <u>you</u> appreciate the difficulties to which a continuation of it exposes me. (Ashe, 1813: 84)	<u>Sinto-me</u> consideravelmente encorajado a dar seguimento a esta correspondência, tanto pela atenção com que a <u>distinguis</u> como por uma razoável confiança de que <u>apreciareis</u> as dificuldades a que me exponho na continuação da mesma.
---	--

Thus, <u>you perceive</u> that one of <u>your</u> chief courts of justice records a case similar to the tradition of <u>my</u> guide. (Ashe, 1813: 179)	Assim, <u>vós vedes</u> que um dos <u>vossos</u> tribunais principais detém um caso semelhante à tradição do <u>meu</u> guia.
---	---

Embora o autor não faça uso dos mais arcaicos *thou, thine, thy* ou *thee* — dando como exemplo, com base na tabela imediatamente acima, algo como: *Thus, thou perceiveth that...* —, a presença das formas de tratamento como “lordship” ou “my lord” remetem para que, na língua de chegada, se faça uso da segunda pessoa do plural.

A terceira alínea remete para um dos pontos centrais do estudo da epistolografia: um diálogo tido como se *in loco* mas em que um dos constituintes se encontra ausente.

- c) [...] o uso do presente do indicativo onde o pretérito perfeito teria, caso contrário, sido empregue (Carmona, 2011: 113).

O uso do presente do indicativo na descrição das paisagens, gentes e costumes, mas também na partilha do pensamento e heurísticas do locutor, está intimamente ligado à expressão que o autor deseja imediata da experiência direta que este viveu, mas também ao facto de o diálogo relativo a essa experiência estar a ser tido *in absentia* — servindo, então, este mecanismo como forma de compensar essa distância. Em referência ao uso do presente do indicativo para descrição do passado, no *Cambridge Dictionary* encontra-se o seguinte:

O *present simple* (presente do indicativo) é comumente usado para referir o passado quando se almeja fazer parecer que os eventos descritos estão a decorrer agora [...] o *present simple* (presente do indicativo) é também usado para contar histórias ou anedotas — fá-las parecer mais imediatas...<sup>13</sup>

Apesar destas descrições não constarem sob a entrada do mesmo dicionário relativamente ao passado histórico, ambos são uma e a mesma coisa: o uso do presente para avivar e aproximar temporalmente descrições de eventos passados.

Vejam-se os exemplos abaixo:

The calculation which naturally <u>follows</u>	Os cálculos que naturalmente <u>seguem</u> esta
--	---

<sup>13</sup> <https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/present-verb-forms-referring-to-the-past>

this view of the present state of the island, <u>is</u> ... (Ashe, 1813: 55)	perspectiva do presente estado da ilha <u>são</u> : ...
---	--

I <u>feel</u> considerable encouragement to proceed in this correspondence, both from the attention with which you <u>distinguish</u> it, and from... (Ashe, 1813: 84)	<u>Sinto-me</u> consideravelmente encorajado a dar seguimento a esta correspondência, tanto pela atenção com que a <u>distinguis</u> como por...
---	---

Guided by genius, a Titian or an Angelo <u>can</u> , at one flight, reach the summit of his art; ... ( <i>idem, ibidem</i> )	Guiados por génio, Ticiano e Ângelo <u>conseguem</u> , de uma só vez, atingir o cume da escadaria que <u>é</u> a sua arte; ...
--	--

Such <u>is</u> the narration of my guide. (Ashe, 1813: 175)	Assim <u>são</u> os relatos do meu guia.
--	--

Relativamente a este mecanismo de conversação na epistolografia, Isabel R. Seara expõe o seguinte:

...conversação, como um paradigma ontológico e uma espécie de presença na ausência, representa uma forma de consolo mitigador à dor que brota da distância espaço-temporal. (Seara, 2012: 363)

Logo, tendo como ponto de referência a epístola, o contínuo espaço-tempo parece, em jeito onírico, dobrar-se de forma a fazer tocarem-se os dois presentes distintos do locutor e do alocutário — o momento da escrita e da leitura —, gerando por breves momentos um só e paradoxal presente.

Ainda no âmbito de artifícios da epistolografia usados na epistolografia com dimensão literária, a próxima alínea explicita os seguintes elementos:

d) [...] o uso de perguntas retóricas e não retóricas e de diretrizes que enfatizam a implícita presença do interlocutor; também, o uso de elementos parentéticos de interação, como as interjeições ou vocativos (Carmona, 2011: 113).

O uso de perguntas retóricas e não retóricas como forma de evidenciar a “implícita presença” do alocutário foi já destrinchado no ponto 1.2.4. (Artifícios retóricos), tendo-se

estabelecido um paralelismo entre estas diligências comunicacionais e o solilóquio. Os restantes elementos deste ponto, contudo, em muito acrescentam às mecânicas dialógicas de se aparentar mais próxima, ou de se evidenciar, a presença mediata daquele que está ausente. Tanto os vocativos como as interjeições marcam presença assídua nos discursos tipicamente orais, ocupando lugares como o de expressão do discurso direto que tem como função interpelar ou chamar a atenção do alocutário, o de se exprimirem determinadas emoções, ou o de bengala linguística ao pensamento de quem ora.

Notou-se que, no corpus em estudo, existe uma certa escassez do uso de interjeições pelo próprio autor, sendo que as identificadas foram encontradas em citação doutrem — como no caso da passagem do julgamento “Sr.<sup>a</sup> Booty, vs. Cap. Barnaby” na *Carta XXVII*.

... all of us heard Captain Barnaby say, “ <u>Lord bless me</u> , the foremost is old Booty my next door neighbour”... (Ashe, 1813: 177)	... <i>todos ouvimos o Cap. Barnaby dizer — <u>Deus me abençoe</u>, o dianteiro é o velho Booty, o meu vizinho do lado...</i>
--	---

The judge immediately made use of the following extraordinary expressions, ' <u>Lord have mercy upon me ...</u> '	O juiz recorreu de forma imediata a esta extraordinária expressão — <u>Deus tenha misericórdia de mim!</u>
---	--

Existe uma instância em que, nos capítulos selecionados, o autor faz uso de uma interjeição na introdução de discurso direto proveniente deste mesmo:

“Donna Paulino! <u>God forbid</u> , what should I do at mass?” (Ashe, 1813: 260)	— <u>Deus me livre</u> , Dona Paulino! O que faria eu numa missa?
--	---

Encontraram-se outros exemplos noutras passagens, que não constam nos capítulos selecionados, também de citações feitas por Ashe e não de uso deste.

Já o emprego de vocativos é, relativamente ao de interjeições, mais comum. Grande parte destes, como se poderia conjecturar, são direcionados a Francis Rawdon-Hastings,

de forma a perpetuar o reconhecimento do distanciamento hierárquico entre os dois — acrescendo que o *status quo* não desvanece no prolongar da correspondência, independentemente das afinidades que se possam ter criado. Vejam-se, abaixo, alguns exemplos ilustrativos:

<u>MY LORD,</u> FROM want of other employment in these Islands... (Ashe, 1813: <i>Dedication</i> )	<u>Vossa Senhoria,</u> Mediante a falta doutra forma de emprego nestas ilhas...
---	--

Having the honour to be, <u>My Lord</u> , with the highest considerations of respect... ( <i>idem, ibidem</i> )	Honrado em ser, <u>Meu Senhor</u> , e com as mais altas e respeitosas considerações...
---	--

The existence of these islands, <u>Sir</u> , has been, for a long and gloomy period, confined to a hollow sound in a pompous title. (Ashe, 1813: 11)	A existência destas ilhas, <u>Senhor</u> , tem sido confinada, por um período longo e sombrio, ao som oco de um título pomposo.
--	---

In former times, <u>Sir</u> , when Great Britain held the balance of Europe... (Ashe, 1813: 14)	Em tempos outros, <u>Senhor</u> , quando a Grã-Bretanha detinha o equilíbrio da Europa...
---	---

Thus, <u>Sir</u> , have I given a rapid sketch of the advantages to be derived, from having these islands placed under British protection. (Ashe, 1813: 23)	Fiz, assim, <u>Senhor</u> , um rápido esboço das vantagens que adviriam de se pôr estas ilhas sob a protecção britânica.
---	--

Passamos, por fim, à última alínea dos artifícios epistolográficos identificados por Maria Del Mar Rivas Carmona:

- e) [...] o uso de expressões metadiscursivas de natureza avaliativa e subjetiva, metadiretrizes e performativos, advérbios modificadores de frase, etc. (Carmona, 2011: 113).

Dividam-se, então, os elementos, explanando cada um deles. Dir-se-ia que as ditas “expressões metadiscursivas de natureza avaliativa e subjetiva” se subdividem, neste caso, em duas metadiretrizes: os performativos e os advérbios modificadores de frase.

Os performativos são os verbos que antecedem um predicado que está — passando a redundância — predicado na própria ação do verbo. Isto é: “diz-se do verbo cujo enunciado realiza a ação que significa (exemplo: declarar, prometer)”<sup>14</sup> ou “... ato de fala que implica a realização simultânea pelo locutor, da ação evocada nesse enunciado”.<sup>15</sup>

J.L. Austin — o proponente do termo e distinção *performatives* — define, em *How to do Things with Words* (1962), estes verbos da seguinte forma:

- (1) os verbos performativos têm como função fazer algo, ao invés de dizer algo; e
- (2) os verbos performativos ou estão contentes ou descontentes, ao invés de serem verdadeiros ou falsos. (Austin, 1962: 133)

Esta designação de “contentes ou descontentes” tem que ver com o facto de a ação subsequente ao verbo ser ou não realizada — contrariamente aos verbos declarativos, cujo predicado subsequente é, ou não, verdadeiro. Vejam-se alguns exemplos do *corpus* em estudo:

... I would <u>recommend</u> that you Sir, should countenance the plan of a political constitution for these islands... (Ashe, 1813: 12)	... <u>sugiro-vos</u> , Senhor, que considereis a aprovação de uma constituição política para estas ilhas...
--	--

I now <u>conclude</u> this detail, and shall resume my excursion to-morrow [sic]. (Ashe, 1813: 91)	<u>Concluo</u> , por aqui, estes detalhes, e irei resumir a minha excursão amanhã.
--	--

I <u>write</u> on the subject of manners and	<u>Escrevo</u> sobre este assunto de princípios e
--	---

<sup>14</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/performativos>

<sup>15</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/performativos>

principles in general terms, my object being to describe a people, not to satirize individuals... (Ashe, 1813: 231)	maneiras em termos generalizados porque o meu objectivo é descrever um povo, e não satirizar indivíduos...
---	--

Após a introdução dos verbos sugerir, concluir e escrever — do 1º, 2º e 3º quadro, respetivamente —, o autor prossegue com ação subjacente a estes mesmos verbos (i.e. sugerir, concluir e escrever), podendo verificar-se o contentamento efetivo destes.

Como mencionado, os outros elementos de natureza meta-direcional são os advérbios modificadores de frase. Segundo João Costa, em *O Advérbio em Português Europeu* (2008), estes têm duas funções primárias que criam as seguintes subdivisões, as quais serão, novamente, ilustradas com passagens do *corpus* em análise até então.

Os primeiros são os advérbios avaliativos, os quais “denotam uma avaliação feita sobre o conteúdo da proposição” (Costa, 2008: 53):

... we may then, <u>with propriety</u> , surrender all claim to the great debt... (Ashe, 1813: 16)	... poderemos, então, <u>adequadamente</u> , desistir de qualquer reivindicação à enorme dívida...
--	--

To raise the Azores to the dignity of self-government, <u>and to that concord</u> , order, and harmony... (Ashe, 1813: 19)	Elevem-se os Açores à dignidade de uma auto-governação e, <u>concordantemente</u> , de ordem e harmonia...
--	--

Saint Michael's [sic] is <u>nearly</u> one hundred English miles in circumference... (Ashe, 1813: 51)	São Miguel tem <u>aproximadamente</u> cem milhas inglesas de circunferência...
---	--

... it plunges in want and misery the greater part of the industrious labouring poor, and also bears <u>painfully</u> hard upon such as have circumscribed incomes...	... esta mergulha na escassez e na miséria a maior parte dos pobres industriais e trabalhadores, e prejudica, também, <u>dolorosamente</u> , aqueles que têm rendas circunscritas...
---	--

I feel <u>considerable</u> encouragement to proceed in this correspondence... (Ashe, 1813: 84)	Sinto-me <u>consideravelmente</u> encorajado a dar seguimento a esta correspondência...
--	---

Os segundos são os advérbios conectivos, os quais “desempenham uma função textual, estabelecendo relações e nexos entre frases ou constituintes” (Costa, 2008: 56):

IT was my intention to have shewn [sic] in my last letter, that [...] I shall, <u>however</u> , now assume a more pleasing task, and endeavour to point out a system for the improvement of the islands... (Ashe, 1813: 11)	Era intenção minha ter demonstrado na passada carta que [...] Irei, <u>contudo</u> , assumir uma tarefa mais aprazível e aventurar-me a destacar um sistema para o melhoramento das ilhas...
---	--

This, <u>then</u> , is the essential point which commands recommendation in St. Michael's, and which demands the attention of England. (Ashe, 1813: 73)	Este é, <u>então</u> , o ponto essencial que carece de recomendação em São Miguel, e o qual requer a atenção de Inglaterra.
---	---

... will ever determine the strength or weakness, and, <u>therefore</u> , the continuance or dissolution of a state. (Ashe, 1813: 230)	... estes determinarão sempre a força ou a fraqueza e, <u>portanto</u> , a continuidade ou dissolução de um estado.
--	---

Ora, a metadiscursividade, materializada em metadiretrizes de natureza vária (como ilustrado nos vários quadros apresentados), tem como objetivo orientar o alocutário no discurso do locutor através da criação de pontes que surgem de um exercício de afastamento do discurso em questão, avaliando-o e/ou reestruturando-o. Então, neste exercício de alteridade, o locutor discursa parcialmente acerca do seu próprio discurso, não só como forma de orientação mas também como forma de partilha do seu discurso como objeto, dando assim a impressão que o que está em foco é, em parte, da coautoria do alocutário (aproximando-o). Mais uma vez, este artifício — em concatenação com os

demais apresentados — permeia a sua existência na escrita epistolográfica por fazer aproximar os membros constitutivos de um diálogo *in absentia*.

Através dos exemplos dados ao longo do ponto **1.2.** deste primeiro capítulo, espera-se ter contribuído para considerações futuras a ter na tradução deste tipo de texto específico: a epistolografia literária — quer de viagem quer doutra natureza. Destrinçaram-se as especificidades das duas dimensões constitutivas do género abordado (epistolografia literária de viagem) — com maior ênfase na epistolografia — para que se deixasse o mais claro possível a separação que deve ser feita entre os artifícios da epistolografia e da literatura, de forma a ser contemplada a complexa totalidade que compõe este tipo de escrita. Mais se deixa expresso que as dificuldades que emergem neste tipo de texto se podem transpor tão simplesmente por analisar cuidadosamente o texto e separando cada um dos elementos de forma a perceber a função que cada um deles ocupa no texto (quer de forma quer de conteúdo).

**Capítulo 2** – *A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico*, de Thomas Ashe — tradução dos excertos selecionados.

## 2.1 – “Dedication”

Ao

Honorável

Francis Rawdon-Hastings, Conde de Moira,

&c. &c.

Vossa Senhoria,

Mediante a falta doutra forma de emprego nestas ilhas, outorguei muito do meu tempo à exploração das condições e capacidades das mesmas, assim como à transmissão da informação, então obtida, a um respeitado Amigo no meu País de origem. Na sua presente forma, o resultado da minha investigação é passível da respeitosa presunção de que o mesmo seja recomendado à atenção de Vossa Senhoria, tendo como convicção que Vós, sendo igualmente zeloso do Vosso Príncipe e País, recebereis complacientemente um trabalho cujo objectivo é rumar em direcção aos interesses de ambos.

Vossa Senhoria verificará que esta constitui uma descrição de factos tão interessantes como extraordinários — acompanhados pelas observações de muitas das circunstâncias locais, geralmente desconhecidas, porque não descritas até então. Nada me faria tão feliz quanto ser digno da aceitação de Vossa Senhoria.

Honrado em ser, Meu Senhor, e com as mais altas e respeitosas considerações,

O veramente humilde,

E mui obediente, servo

De Vossa Senhoria.

T.A. — Capitão de *Light Dragoons*.

## 2.2 – “Preface”

### **Prefácio (escrito pelo editor original)**

Na introdução de um trabalho desta natureza para o público, logra ser um requisito que uma explicação prévia do seu desígnio seja dada, que sejam destacados os usos gerais e particulares para os quais este foi intencionado, assim como as vantagens que poderão surgir de uma atenta leitura do mesmo.

Um plano empreendedor é mais abrangente do que viagens ou viajar no geral: dir-se-á, assim, daqueles que descrevem países semelhantes sem auxiliar o leitor quanto à conjuntura, ou que não filosofam sobre factos. Presumir-se-á, ainda, ser de acrescentar que o autor tentou, aqui, combinar ciência com descrição e instrução com entretenimento.

Viajar, nos dias que correm, tornou-se parte da educação e, por este motivo, instrui experiencialmente aqueles que adquiriram tanto conhecimento prévio dos livros quanto lhes foi possível — ou mesmo aqueles despojados deste alegre e peculiar privilégio. É igualmente vantajoso para aqueles que têm o poder de se entregar às prazerosas emanações da mente e que conseguem, assim, acrescentar a mundividência à teoria das escolas; também o é para aqueles — a vasta maioria da humanidade — cujos prazeres de um intelecto cultivado são desconhecidos.

Para que se satisfizessem todas essas classes, o desígnio do autor aparentou ser o de não apenas transmitir tanta informação sobre o assunto quanto possível, como, também, o de a transmitir de uma forma mais simples e linear. Este pergunta, em primeiro lugar, quais as mercadorias naturais das ilhas, o valor e a procura de tais mercadorias em outros locais, e a forma e o preço através dos quais os nativos se desfazem destas. Em segundo lugar, enumera os seus fabricantes: observando se estes estão empregados em mercadorias do seu próprio cultivo ou nas que são importadas do estrangeiro; examina atentamente o número de mãos empregadas, a natureza do seu emprego, e as vantagens que a sua indústria lhes permite — tanto para eles próprios, particularmente, como para os portugueses, como nação, em geral. Em terceiro lugar questiona o estado dos portos e docas e a conveniência, ou não, de cada um em particular. Isto leva-o, em quarto lugar, a considerar o número de marinheiros ali empregados, dos quais — no seu ponto de vista — ele parece pensar depender, em larga medida, o dinheiro e poder do povo

marítimo. Considera, por fim, ser apropriado perceber os Açores como colónias e plantações britânicas — a respeito disto, este ensina-nos a examinar o potencial do seu contributo em benefício da Grã-Bretanha: o verdadeiro uso das colónias é prestar assistência ao governo pelo qual são protegidas, ou ao país de sua origem. Encerra-se, assim, a parte comercial desta obra.

De seguida, passa a mostrar a fundação original do governo e as mudanças subsequentes sucedidas. Estas constituem o objecto da sua história geral.

Confiamos serem originais e interessantes as descrições que se seguem sobre os fenómenos e propriedades dos terremotos, das erupções vulcânicas e das nascentes em ebulição.

Mas é de um prisma comercial, ou até mesmo político, que o autor demonstra a sua ânsia em expor os Açores à nação britânica — independentemente de ter diversificado o assunto através de interessantes anedotas e descrições pitorescas, tendo sido particularmente motivado em fazê-lo, por nenhum outro viajante, ou autor, ter até então descrito os Açores, ou, no seu conhecimento, ter tratado do mesmo assunto.

A ideia pôr as Ilhas Ocidentais sob a imediata proteção da Grã-Bretanha está longe de ser um mero esquema oco, ou projecto visionário. Portugal deve a este país largas quantias monetárias, e talvez se desse por contente em dissolver essa dívida através de uma transferência de soberania. Isto mudaria de uma vez por todas o paradigma geral dos Açores e abriria novos ramos de comércio para a Inglaterra, compensando amplamente, também, os empréstimos feitos em apoio à causa de Bragança. Esta medida não só elevaria a glória do nome britânico, como também contribuiria para o benefício comum das ilhas. Isto proporcionaria aos britânicos aquela verdadeiramente nobre satisfação que advém da facilitação dos meios com que dissipar a superstição, o entusiasmo, a pobreza e a ignorância; de conceder aos habitantes dos Açores os direitos dos quais se encontram presentemente despojados, ou que lhes tenham sido negados, desde o seu estabelecimento original até então. Isto levaria quase meio-milhão de pessoas de um estado comparável ao da escravatura a um de independência, industriabilidade e força política. Veríamos, então, os Açores — que, na maior parte, aparentam agora ser tantos outros desertos — sorrir na sua beleza nativa outra vez. Seria fácil discorrer vastamente sobre um tão concordável assunto; mas aquilo que foi já adiantado será o suficiente para despertar a consideração dos inteligentes.

Concluimos estas observações com a clara convicção de que a medida proposta pelo autor deveria ser tentada; fomos igualmente persuadidos de que, se a mudança não tiver lugar rapidamente, esta terá, infalivelmente, lugar num futuro não tão distante, quando os raios da liberdade e da justiça, do liberalismo e da felicidade, irradiados da Grã-Bretanha, iluminarem estas ilhas.

Jos. T. Haydn.

1 de outubro de 1811.

---

A Ilha da Madeira, na maior parte dos aspetos, cabe na mesma esfera de argumentos que servem à união dos Açores com a Grã-Bretanha. Esta ilha está já bem descrita — particularmente pelo Senhor Barrow, na sua narrativa de uma viagem à China.

**2.3 – “Letter III: General remarks on the present condition of the Azoreans, and the means of improvement” (pp. 11-16)**

### **Carta III.**

#### **Considerações gerais sobre a presente condição dos açorianos e os meios de melhoramento.**

Era intenção minha ter demonstrado na passada carta que a arrogância aristocrática e a intolerância política — e religiosa —, anexadas ao extremo da subserviência política, têm sido as forças causadoras da falta de apreciação dos Açores pelos seus próprios habitantes e do grande desconhecimento destas ilhas pelo resto do mundo. Irei, contudo, assumir uma tarefa mais apazível e aventurar-me a delinear um sistema para o melhoramento das ilhas e que eleve a população à classe de homens livres.

A existência destas ilhas, Senhor, tem estado confinada, por um período longo e sombrio, ao som oco de um título pomposo. A natureza, o hábito, a educação, o orgulho virtuoso e a honorável ambição — todos eles, em concordância, fazem-me detestar este miserável estado de degradação política e urgem em mim a honra e adequação de tornar livres e independentes estas ilhas, e de colocá-las sob o escudo protetor do governo

britânico; acima de tudo, de conceder a todos os habitantes o nome de um país, a alegria de um lar. Pois país é aquilo que considero ser a grande e virtuosa primavera e o incitamento a tudo o que é generoso na especulação, ou magnânimo na ação. Ciente deste sentimento, um homem torna-se, como membro de uma sociedade, capaz de tudo aquilo que é bom e elevado; sem isso, ele perde mais de metade do seu valor na estima de outrem, e até de si próprio. Sem país, um povo não tem o princípio basilar que constitui o carácter, a honra e a coragem de uma nação. Permita-me a pergunta: o que terá um tal povo? Um número, mas não uma nação. Sem o inerente princípio ou motivação de uma ação comum, desapegados uns dos outros, degradados na sua própria estima, desprezíveis e desprezados pelos outros, estes degenerar-se-ão até serem os infames e menosprezáveis subordinados do escárnio e dos maus-tratos — visto convir à vontade dos seus diferentes regentes. Como um homem que entretém uma fixa aversão, e instintiva antipatia, por sistemas que tendem a degradar a humanidade, sugiro-vos, Senhor, que considereis a aprovação de uma constituição política para estas ilhas, a qual se irá aproximar à natureza e aos efeitos da independência — à boa e velha constituição britânica. Uma constituição que é a prolífica progenitora do crédito público e do conforto doméstico, que abarca uma prerrogativa limitada e um povo privilegiado!

Quanto aos efeitos mercantis da medida: embora tenha grande prova da sua importância, desdenharia fazer deles a base da questão. Contudo, como o lucro e o prejuízo constituem os princípios integrantes através dos quais a questão será derradeiramente julgada, conformar-me-ei com demonstrar que é do interesse de Inglaterra virar as suas afeições, proteção e compreensão, na direção do que é vantajoso para o povo dos Açores.

Da superioridade industriosa, de engenho e de capital que a proteção de Inglaterra criaria de imediato, tornar-se-iam óbvias as vantagens instantâneas para os Açores, assim como a contingência do futuro. Prosseguir numa linha política liberal e de industriabilidade ativa, por dez anos, faria destas ilhas a inveja e admiração das nações que as rodeiam, e erguê-las-ia da indigência, incerteza e flutuação em que há muito permanecem. A especulação, que muitas vezes foi perniciosa aos seus empreendimentos comerciais, seria prevenida; não obstante a regulamentação do comércio ilícito, deveria encorajar-se uma justa relação com o mundo; e, enquanto crescia a receita de privados, os recursos e capital das ilhas aumentariam.

Em tempos outros, Senhor, quando a Grã-Bretanha detinha o equilíbrio da Europa e era a guardiã e juíza entre nações que se digladiavam, os seus sentimentos, assim como as suas políticas, levaram-na a adoptar a máxima romana de oposição aos fortes e de proteção dos fracos, “*Parcere subjectis, et debellare superbos.*” É a partir deste prisma e deste espírito que a Grã-Bretanha deveria fazer reluzir o esplendor da sua proteção sobre os Açores e elevá-los à distinção individual e à fama generalizada.

Uma objeção a isto poderá talvez ser feita ao referir-se o espírito moral dos habitantes. Poderá ser-vos dito que o amor pela glória é algo aqui desconhecido: que os açorianos são meros animais que apenas têm em consideração aquilo que os engordará. Eu já removi esta objeção. O espírito latente do povo cessou de operar — ou está, até, paralisado sob a mão arbitrária do presente governo. É, no entanto, um povo bom e honesto que prefere a oliveira ao loureiro e que prefere procurar distinção no trabalho não nas armas. Um povo inocente, tão eminentemente humilde no vale da vida pacífica como o guerreiro ou o herói nas tempestuosas regiões de guerra e sangue. Mas inspire-os com entusiasmo — o entusiasmo por um país, a grandiosa primavera da excelência moral e intelectual — e verá que estes não são estranhos às melhores e, até, às mais refinadas virtudes da sociedade. Inspire este entusiasmo e erguer-se-á nos Açores uma nova raça de pessoas, a qual poderá infundir um novo princípio de saúde à maltratada constituição do país natal e fundar uma gloriosa época na história das ilhas britânicas. Irá também, Senhor, caso apoieis esta medida e a mesma tenha sucesso, transmitir o vosso nome para a posteridade como o fundador de um novo estado e acrescentar à vossa fama como sendo um amigo da liberdade e da humanidade.

Os açorianos estão, há muito, fartos de tirania: aguardam apenas um sinal para se libertarem do seu jugo. No entanto, situado como está o seu soberano neste momento, não seria ele generoso à aprovação de qualquer passo que manifestasse uma tendência para a insurreição ou a força. Mas, muito pelo contrário: ofereceria ao Príncipe Regente as mais sólidas vantagens a independência destas ilhas, as quais, em primeira instância, receberiam a libertação do seu domínio em troca do sangue e tesouro que a Inglaterra derramou pela sua causa em Portugal. Se Sua Alteza renunciasse juntamente à Madeira e aos Açores, poderíamos, então, adequadamente, desistir de qualquer reivindicação à enorme dívida que este tem para com o governo britânico pelo seu retiro e aposentação final no seu império americano.

Estas seriam vantagens permanentes para Portugal. Irei cedo detalhar os benefícios resultantes para a Inglaterra numa próxima comunicação.

Permanecendo, etc. etc.

**2.4** – “Letter IV: On the advantages of establishing the independence of the Azores, under the protection of the British government” (pp. 17-24)

#### **Carta IV.**

#### **As vantagens de estabelecer a independência dos Açores sob a proteção do governo britânico.**

No acelerar da emancipação dos Açores debaixo do jugo sob o qual estes labutam presentemente, quero que fique explicitamente compreendido que está longe do meu desejo ver estes servir como um aumento aos territórios do domínio britânico.

O império britânico progrediu de uma forma tão colossalmente grandiosa — o que alarma a Europa e ameaça até a diminuição e a destruição das suas próprias posses a Este e a Oeste. Aquele que inquire os assuntos humanos de forma filosófica poderá muito bem hesitar perante aquilo que é a permanência e o domínio em territórios que se estendem a dimensões tão sobrenaturais e que abarcam grandes divisões dos dois continentes mais celebrados do globo. Um império que está expandido desta forma contém em si os princípios da discordância e da desunião; despertar-se-á a inveja do mundo; nada consegue preservar nações tão variadas e não-contíguas sob uma única forma de governo a não ser a força militar, o ascendente de um carácter vigoroso e o charme de um grande nome.

É uma eterna verdade política, confirmada pela experiência de eras, que todas as medidas tomadas para extensão de fronteiras de estados que já atingiram uma grandeza excessiva são passos em direção à sua deterioração e declínio. Em tempos antigos, os grandes impérios da Ásia, e a extensa monarquia de Carlos Magno foram memoráveis instâncias nas quais se viram estados cuja dimensão havia ultrapassado os seus limites naturais cair com a mesma facilidade com que se ergueram. Desde os tempos de Charles e James que a Grã-Bretanha tem permanecido feliz na sucessão de soberanos igualmente distinguíveis pela sua política e ambição. Mas, se alguma vez o ceptro

britânico passasse às mãos de um Príncipe fraco, perverso ou devasso, o império britânico subdividir-se-ia e surgiriam das ruínas novos reinos, novos estados e novos governos.

A proposta, Senhor, que então submeto ao vosso juízo acerca deste assunto, não poderá contribuir para as dificuldades em que a Inglaterra está a cair, nem poderá ser interpretada através do sonho ou visão de um projetista político. Não convido o povo dos Açores a que este se insurja contra o seu legítimo soberano. Não pretendo instigar o governo britânico a violar a sua fé com a casa de Bragança e a assumir uma autoridade que é agora ineficaz e nugatória naquela casa. Tudo o que proponho é que se compre a alegria e liberdade das ilhas em troca do sangue e tesouro que a Inglaterra despendeu à causa de Bragança. Elevem-se os Açores à dignidade de uma auto-governação e, concordantemente, de ordem e harmonia — as quais são desconhecidas para um povo que está sujeito à regência distante e incerta de uma administração flutuante. E após lhes concedermos estas bênçãos transcendentais, seguremo-las através de uma proteção honorável e desinteressada. Talvez a melhor forma de governo para os Açores fosse uma semelhante àquela da antiga república suíça: as nove ilhas constituiriam uma confederação que estaria ao abrigo da proteção marinha e militar de Inglaterra, mas mantendo, simultaneamente, o total controlo da sua própria política civil, eclesiástica e doméstica.

Se se conseguirem atingir estas importantes diligências para os Açores, as minhas esperanças de uma era dourada, ainda por vir, renascerão. Mas se a nação inglesa não tiver o espírito para tentar e a determinação para prosseguir com este plano — se, imersa na sensualidade e fatigada pelo prazer e dissipação, não vir as correntes, não ouvir as queixas das pessoas que sofrem; se tomar por garantidos as suas riquezas, o seu comércio, a sua erudição, as suas artes, a sua marinha e o seu poder; se se vangloriar da preeminência que detém entre as nações da terra; e se não puder ser influenciada por qualquer consideração de humanidade e independência — a minha vida será, então, uma de desespero.

Caso a Inglaterra se recuse a prosseguir e a cumprir o plano, sob os meros princípios da generosidade e da independência, comprometo-me em comprovar, antes do fecho desta correspondência, que é do seu interesse executá-lo e pô-lo imediatamente

operável, de forma ativa e eficiente. O que se segue é um epítome da argumentação na qual predico a minha opinião:

1. Inglaterra encontra-se num novo e tremendo estado — imensamente tremendo por a novidade parecer não assustar, ou o terror desta alarmar. A espada e o cetro da Europa estão detidos numa mão. Hostes em maior número que os cruzados, um império mais poderoso que o romano, força e talentos unidos de forma nunca antes vista, todos unidos contra Inglaterra. As fronteiras, os tronos, as leis das nações: mudadas; tudo mudou e continua a mudar; e cada mudança desconeta-vos do continente e tem como intuito a vossa ruína. Sob circunstâncias tão calamitosas, é de primeira necessidade estabelecer um estado independente; abrir novos canais para o vosso comércio; novos recursos para a vossa receita e um depósito ao qual todas as nações se possam dirigir para a produção doméstica e colonial, sem que tenham de estar sujeitas ao poder arbitrário e ao domínio maligno da França. Pois, situados como estão — entre África, América e a Europa —, os Açores poderiam servir para levar a cabo um vasto e produtivo comércio, tanto de modo legal como indireto; particularmente com África e com a América.
2. Visto que a Grã-Bretanha está desprovida de colónias de vinho, uma aliança com os Açores poder-lhe-á parecer extremamente favorável; calcula-se que as ilhas ocidentais produzem uma vasta quantidade de vinho, e de uma qualidade própria para o consumo nas Índias Ocidentais.
3. Mas, talvez, uma das maiores vantagens para Inglaterra, resultante da realização deste plano, surgiria ao fazer-se destas ilhas um depósito militar, ou seja, fazer delas um sítio alterativo para a constituição do soldado, para que o sangue deste, na sua progressão para África ou para as Índias Ocidentais, esteja preparado para se defrontar com as vicissitudes daqueles climas destrutivos. Não resta dúvida de que esta medida de precaução salvaria somas de milhões e a vida de milhares — visto ser bem sabido que os habitantes dos Açores resistem aos contágios da costa africana e dos bancos do Maranhão, ao contrário de um nativo do continente europeu, o qual definha e perece.

4. Estando a ilha central da Terceira eminentemente preparada para a disciplina e subsistência das tropas, seria rentável a constante permanência de um tal exército lá, sendo que iria dar resposta às necessidades do Cabo da Boa Esperança e das Índias Orientais e Ocidentais. Não raras vezes, as tropas saem de Inglaterra com pouca experiência e mal temperadas, e muitas vezes sob circunstâncias de atrasos que tornam o seu socorro ineficaz. Poderiam, assim, ser enviadas pelos Açores a tempo de atuar eficazmente perante uma emergência, numa condição saudável e disciplinada, calculada com o propósito de servir o estado, independentemente dos efeitos do sol e do clima. Confio que isto será recebido como uma importante consideração.
5. Tendo sido descoberto, após uma experiência com vários anos, que o povoamento de Nova Gales do Sul padece de uma enorme despesa — mostrando resultados adversos ou contrários aos seus propósitos originais — não seria, talvez, altamente vantajoso usar os Açores como ponto de abastecimento desse povoamento tão distante? Irá, talvez de imediato, responder que a execução deste plano encorajará — em vez de dissuadir — o perpetrar de crimes, visto transparecer uma oferta de liberdade, auto-governança e perspectivas de ambição num clima temperado. Mas não é nada disto que está a ser oferecido. Servilismo, trabalho e o confinamento a ilhas de onde nunca poderiam sair seriam as condições propostas. E, tendo em conta que os portos do Faial, Terceira e São Miguel necessitam de melhoramentos substanciais, poder-se-iam manter grupos de condenados permanentemente empregados de forma útil e rentável.
6. E, sendo as ilhas tão abundantes em terrenos próprios para o cultivo do cânhamo, vinho, etc., etc., poderia considerar-se justa e correta a atribuição deste dever aos condenados — àqueles que melhor comportamento tenham demonstrado na construção de portos, estradas e edifícios adequados ao serviço náutico e militar do país.

Fiz, assim, Senhor, um rápido esboço das vantagens que adviriam de se pôr estas ilhas sob a proteção britânica. Ao fazê-lo, em vez de recorrer ao exagero, omiti muitas circunstâncias rentáveis: nada referi sobre as suas capacidades de abastecer com provisões as Índias Ocidentais — em caso de rutura com a América —, nem da sua

habilidade de fazer progredir os vossos interesses em muitos outros assuntos. Estas serão particularidades que irão estar ilustradas em toda a minha correspondência futura; e na presente correspondência despeço-me e encaminho-vos para uma refutação de todas as objeções que se opõem às vantagens que aqui apresentei à sua mente.

Em busca deste assunto, vejo a necessidade de pedir uma paciente atenção. Não tenho apenas que descrever as presentes características da ilha, mas, também, as características originais. Em suma, tenho ainda que compor algumas páginas sobre as ocorrências políticas e filosóficas, antes de vos poder entreter com a história doméstica e os eventos decorrentes.

## 2.5 – “Letter VI: Remarks on the History of the Islands, continued.”

### **Carta VI.**

#### **Comentários acerca da história das ilhas (continuação).**

Um estado melhorado de cultivo e de civilização; lealdade e afeto para com o monarca; uma pronta obediência às leis; opulência e munificência entre as classes mais altas; conforto e alegria entre os de categoria subordinada; esplêndidos estabelecimentos religiosos, ocupados por um clero exemplar; seminários de aprendizagem, celebrados até no continente; instituições de caridade dignas de igual celebração; a circulação generalizada de dinheiro pelas ilhas; o florescimento do comércio a um ponto nunca antes presenciado na sua história; capitais vantajosamente aplicados em estruturas de portos, estradas e edifícios — estas foram as melhores e mais orgulhosas provas da conduta final dos espanhóis e da sapiência do sistema de políticas com que governaram os Açores. De facto, quanto mais investigo sobre este sistema mais razões encontro para ficar satisfeito com os seus princípios; mais convencido fico de que o avanço das ilhas foi progressivo no que toca à riqueza, conforto, civilização, virtude e, consequentemente, felicidade. Este invejável estado de prosperidade estava, no entanto, condenado a ser exposto a um rude e perigoso choque. Para que seja possível descrever esta era, ter-me-á que ser permitido um pequeno excuroso.

A anexação de Fernando das minas de ouro e prata da América do Sul não foi, para Espanha, uma época de independência e riqueza mas de difusão de luxo, impiedade, e

muitos outros valores que têm, desde então, afundado em degredo um país que, outrora, foi invejado e estimado. Da injustiça e crueldade dos espanhóis em direção aos crédulos mexicanos e peruanos foi conspícua a retribuição; e o resultado: universal. A ambição foi travada, a tirania subjugada, e a opressão na América conferiu liberdade às ilhas do Atlântico. Enquanto o braço direito de Espanha estava ocupado a flagelar os pacatos habitantes desse continente, as rédeas e cetro de Portugal foram arrancados do seu braço esquerdo; e a aflição abdicou daquilo que a generosidade nunca teria concedido.

Os Açores estão agora separados, para sempre e totalmente, da casa de Espanha e consignados ao seu proprietário original. Murmúrios contra esta derrogação da Providência emergiram — mas injustamente. Espanha ficou fraca e débil; a concessão, embora repentina, era natural: embora alada, não era prematura.

O triunfo dos portugueses, no restabelecimento da sua supremacia, foi mais fruto de embriaguez do que de um desejo de sangue: subverteram as instituições estabelecidas, delapidaram os trabalhos públicos, e denunciaram, pilharam e oprimiram toda a comunidade espanhola. Esta conduta foi apolítica. Os espanhóis, especialmente os de extrato mourisco, eram um povo extraordinariamente dotado, de grandes aquisições e de uma arrogância transcendental: ousados e soberbos no seu discurso; desafiantes nos seus pensamentos e fixos nas suas resoluções. A sua mentalidade ultrapassava a mentalidade preconceituosa dos portugueses, fazendo com que desprezassem o seu domínio e se revoltassem contra a sua subjugação. Na cólera, menos violentos do que repentinos; na vingança, infrequentes — mas implacáveis. O seu caráter era detentor de algo que leva à obediência e que não verga: não tinham idoneidade para serem súditos dos portugueses. Seriam, então, removidos para Tenerife e para as ilhas de Cabo Verde, deixando os Açores depopulados e no seu estado quase original.

Abandonados a um governo de soberba aristocracia, de pessoas intolerantes, estas ilhas caíram, naturalmente, num longo e escuro período de desgraça e degeneração. Não serve qualquer propósito benéfico divagar sobre este período histórico: este período nada de melhor apresenta de que um povo destruidor e um governo corrupto, cuja superstição, maldade e miséria marcaram todas as gerações subsequentes. Este período histórico apenas tem isto a contar; o resto resume-se às querelas partidárias, ainda sem importância nos dias de hoje e desprezíveis aos nossos olhos. A jovialidade deveio-se na idade e a idade afundou-se no túmulo em silêncio e ignorância: nada havia sido

atingido em prol do bem dos Açores; nada fora tentado para o seu melhoramento — um século inteiro perdido no vazio.

Da escuridão ergueu-se um iluminado; e os Açores veneravam-no com uma idolatria persa. Pombal era esse tal iluminado. Pombal foi o primeiro ministro português a estender a sua sabedoria a estas ilhas; e os seus planos de vantagem para elas serviram de remédio para o presente e de aviso para o futuro. Primeiro, ensinou aos açorianos que estes poderiam tornar-se um povo; depois, que Portugal poderia parar de ser déspota. Durante a sua missão, as foram ilhas melhoradas sob a sua autoridade, adornadas pela sua munificência e exaltadas pelo seu apelo. O que sucedeu a administração de Pombal foi um governo taciturno e preconceituoso. A rainha de Portugal foi a principal causadora disto: tornou-se uma fanática religiosa e nomeou os seus clérigos mais furiosos para ficarem ao leme do estado. Um gabinete desta natureza cedo se aprontou a destruir as fundações de qualquer prosperidade que se pudesse erguer nas ilhas; e impediu e estorvou o curso dos esforços operados no sentido da sua emancipação e desenvolvimento. Este mal não vinha só. Estabeleceram-se inúmeros ninhos de vespas eclesiásticas pelas ilhas: pragas de gafanhotos e enxames de zangões que infestam, até aos dias de hoje, esta terra, rastejando nas ruas das cidades, vilas e lugarejos, banqueteadando-se no esforço e labor da parte industriosa da comunidade. Estes homens — que pisam os pescoços do povo e que roubam o público em todas as formas —, para se sustentarem num estado repleto de tirania, esbanjamento e luxo, estabeleceram um sistema de políticas que já reprovei numa das minhas cartas anteriores e que apontei como causa da degeneração destas ilhas e da ignorância da humanidade naquilo que toca à sua capacidade e valor. Um sistema de superstição desenfreada e de intolerância feroz; um sistema de incessante hipocrisia e de ultraje moral; de depravação e de brutal ignorância; de tirania devassa e pior que um barbarismo selvagem; e, também, de impiedade e de ateísmo; um sistema que traz, como malefícios subordinados no seu comboio, a aniquilação do princípio, a destruição do comércio, a extinção das artes e das ciências, e todos os horrores da indigência, da fome e da doença.

A possibilidade de um tal sistema prevalecer nunca teria crédito se não fosse sabido que todas as ilhas estão sob o domínio religioso de um sacerdócio sórdido e auto-indulgente, assim como sob o controlo civil de um poder militar licencioso. Um governo que condena o país a um perpétuo estado de preguiça e ignorância e que confina a totalidade da sua relação com o mundo às margens do Tejo, ou ao porto de

Lisboa. Nos últimos cento e cinquenta anos, os pacatos ilhéus tiveram que retirar os seus olhos do resto do mundo, de qualquer cuidado público geral, qualquer pensamento generoso humano, e tiveram que os fixar pronta e perpetuamente na corte portuguesa. Uma corte cuja cabeça inerte depreciava e escarnecia os seus corações; que se absteve conscientemente da honra, do patriotismo e de todas as grandes propensões da alma. O que importava a uma corte desta espécie que se cometessem assassinatos e violações por parte da igreja e dos militares nos Açores? O que lhe importava se desoladores fogos e erupções vulcânicas destruíssem vilas e campesinatos? O que lhe importava se os regentes e os eclesiásticos impusessem o seu domínio obscuro sobre esta raça inocente? Que fazer a tudo isto? Nada. Creia em mim: um governo como este nada fará de generoso ao seu povo, visando a felicidade dos colonos. Não detém a sua vista num povo que está distante, nos seus campos ou na sua felicidade, preferindo, assim, confinar-se ao espaço onde nasceu, ou ao palácio onde reside. Não foi, então, permitido, em todo este globo de terra, que os açorianos discernissem qualquer lugar que não fosse a corte de Lisboa: daí advém a ignorância e a degeneração — a ignorância da sua própria condição e capacidade. Apresso-me agora a concluir, apercebendo-me de uma tendência para a declamação que se não vos adequará.

2.6 – “Letter IX: Description of St. Michael's, continued.—Its towns, &c.—Means of its melioration” (pp. 51-56)

### **Carta IX.**

#### **Descrição de São Miguel (continuação): as suas cidades, etc.; meios de melhoramento.**

Tendo em consideração a superfície exterior e partes constituintes desta ilha, procederei à descrição da sua dimensão e capacidades.

São Miguel tem aproximadamente cem milhas inglesas de circunferência; contém uma cidade, cinco vilas principais, cinquenta e quatro freguesias, e perto de noventa mil habitantes. A sua costa é arrojada; e esta pode ser acedida, sem medo, por quase qualquer parte. A sua força militar consiste em duzentas tropas num estado deplorável e insubordinado, com seis mil camponeses, cujas armas são as lanças com as quais conduzem o gado. A principal fortificação é o castelo de São Brás, que está perto do

mar, na extremidade oeste de Ponta Delgada. Tem vinte e quatro canhões, dos quais apenas alguns estão funcionais. A uma légua a leste, existem dois pequenos fortes de três canhões, ineficientes e inúteis devido à decadência e abandono em que se encontram. Apesar disso, a ilha tem muitos fortes locais robustos; e várias das colinas e desfiladeiros, se fortificados judiciosamente, seriam absolutamente inexpugnáveis.

Os habitantes são obrigados por lei a restringir o seu comércio a Lisboa. Contudo, assumiram, desde a expatriação da corte, um alcance maior e mantêm relações comerciais não só com Lisboa mas também com a Inglaterra, a Rússia, a América, etc. Da Inglaterra, eles são inteiramente abastecidos com lãs, ferragens, cerâmica e vários outros artigos de primeira necessidade — enviando, anualmente, em troca cerca de setenta navios com a fruta que é aqui produzida em vasta abundância. Para Portugal, é enviado milho, leguminosas, aves, gado e vegetais, os quais são pagos em tabaco, açúcar, café, bugigangas, isenções, indulgências, imagens e relíquias que consistem em trapos, lascas, pregos, sangue e ossos, pertencentes aos santos imaginários, etc., que a imposição e superstição os ensinam a idolatrar. Da América recebem tábuas, aduelas, lenha, arroz, peixe, betume, alcatrão, ferro em potes e barras, e uma variedade de produtos indianos, que são pagos, em troca, com vinhos. A relação com a Rússia é semelhante à que têm com América, mas numa escala menor. Existe, também, uma troca direta de dinheiro com embarcações que passam pelas ilhas para se reabastecerem, e cujas tripulações são fornecidas com gado e provisões iguais às inglesas e superiores a quaisquer outras no resto do mundo — e, também, com vinho: agradável e peculiarmente adaptado à correção das fragilidades da saúde de um marinheiro.

Ponta Delgada, a cidade de onde escrevo, é o principal teatro de todo este comércio. Vista do mar, tem uma aparência extremamente agradável; e um ar de dignidade deriva dos conventos, que são numerosos — e muitos deles consideráveis e bonitos. Há um pequeno quebra-mar para a proteção de embarcações mais pequenas — mas as embarcações maiores veem-se obrigadas a ancorar numa angra ao aberto. Contudo, ter-se-ia espaço para receber embarcações de um porte consideravelmente maior se se aprofundasse e aumentasse o quebra-mar: ao escavar-se a praça de São Francisco, fazendo um canal entre esta e o quebra-mar, poder-se-ia acomodar um largo número de embarcações. Isto traria, por um pequeno custo, grandes benefícios para as relações comerciais das ilhas. Até que tal melhoramento seja feito, não posso, de forma honesta,

recomendar que navios de grande porte visitem este local: iriam frequentemente estar sujeitos ao deslizamento dos seus cabos durante carregamentos ou descarregamentos; e talvez não recuperassem o seu prumo por várias semanas, ou, pelo menos, não ousariam tentar a sua recuperação durante a prevalência dos fortes vendavais de sul.

Por mais inconvenientemente posicionada que esteja, esta cidade é a melhor que a ilha tem a oferecer. O que se segue hierarquicamente abaixo desta tem como nome Ribeira Grande. Localiza-se na costa Norte, mas, não possuindo ancoragem e tendo um porto repleto de baixios perigosos, está dependente da costa Sul naquilo que toca ao abastecimento de bens. A vila de Vila Franca, no lado Sul, tem uma ancoragem consideravelmente inferior e apenas para pequenas embarcações. E, como não há qualquer outro porto ou ancoragem nesta ilha, é evidente que a cidade terá de aumentar em consequência dos fins comerciais; assim como é evidente a elevada necessidade de aumentar o quebra-mar para formar portos e docas da forma a que aludí.

As desvantagens advindas da falta de conveniência naval são largamente agravadas pela religião do país e pela natureza do governo. No entanto, não há melhor prova da disposição natural da ilha do que vê-la florescer comparativamente, ou aumentar a sua força — mesmo sob as suas dificuldades físicas, religiosas, e políticas —, e vê-la exportar, anualmente, 15.000 toneladas de fruta, vinho e provisões. E ainda, após manter noventa mil habitantes, vê-la contribuir com 100.000 réis, ou mais de 28.000 libras esterlinas, para o seu país natal.

Será, então, apropriado observar que, em consequência das obstruções que referi — não só nesta carta, como nas anteriores —, as artes, a agricultura e o comércio não são levados a mais de uma vigésima parte da extensão daquilo que são capazes de serem estendidos; nem é a população, de maneira alguma, proporcional à extensão do território, ou aos melhoramentos de que este é passível atingir. Quando considero, assim, estas circunstâncias e vejo um solo tão prolífico e um clima tão genial — em que tanto as plantas europeias como as tropicais atingem uma grandiosa perfeição —, não posso senão reconhecer a peculiar munificência que a Natureza direcionou para esta região; e reconhecer, ao mesmo tempo, no homem, uma verdadeiramente culpável indiferença à promoção dos objetos com os quais ornamentar um país e contribuir para os confortos e felicidade da vida social.

Os cálculos que naturalmente se seguem a esta perspectiva do presente estado da ilha são: qual seria o lucro e melhoramento futuro desta se fosse submetida à conduta de um governo guiado por uma política iluminada, que professasse uma religião amável e benevolente no seu princípio, e o reger de uma população ativa, íntegra e honrada? As vantagens, etc., seriam tão abundantes como inefáveis: formar-se-iam portos, o comércio aumentaria, as artes revitalizar-se-iam, a moral melhoraria, a religião purificar-se-ia, e cada local da ilha seria cultivado, detendo o encanto da abundância. Estas antecipadas vantagens afigurar-se-ão mais claras nas minhas comunicações futuras.

**2.7** – “Letter XII: St. Michael's continued. —Cultivation of wheat, beans, and other grain—advantages arising from its import into Great Britain” (pp. 72-76)

## **Carta XII.**

### **São Miguel (continuação): cultivo de trigo, feijão e outros tipos de grão — vantagens advindas da sua importação para a Grã-Bretanha.**

Apresso-me em corrigir o erro no qual suspeito ter caído na minha última comunicação a partir deste local. Refiro-me ao encorajamento que pareço estender ao cultivo da laranja e videiras, em detrimento do de milho, leguminosas e trigo. Nada seria melhor indicativo de um político superficial que uma tal preferência: esforçar-me-ei em transparecer uma imagem mais razoável e compreensível de mim próprio.

Deus me livre de encorajar o progresso do luxo em vez de o dos confortos e necessidades do homem! Tudo aquilo que propus apenas se estende, portanto, à recomendação do cultivo da laranja em distritos de pedra vulcânica e nunca, de forma alguma, às terras onde melhor se apropria o cultivo de trigo, feijões e milho. Estes são a única verdadeira fonte da abundância. O feixe de trigo é reverenciado e considerado por todas as nações como emblema de uma comodidade estável. Espero não ter demonstrado quaisquer razões para que este não seja visto como sagrado na minha apreciação. A Providência concedeu a estas ilhas uma capacidade superior de multiplicação das necessidades humanas; será que fui absurdo ao ponto de ter dado

quaisquer motivos para a redução ou diminuição do seu número? Será que fui ridículo ao ponto de afirmar que o cultivo de laranjas compete com o de milho e de trigo? Jamais! Porque, quando as laranjas são o produto, o ganho — se é que se pode chamá-lo assim — é limitado; mas no cultivo de provisões de natureza indispensável difunde-se a bênção pela comunidade de forma abrangente. Os proprietários das terras seriam remunerados de forma mais certa — tendo em conta os muitos infortúnios a que os laranjais estão sujeitos —, o campesinato empregado, os pobres alimentados e os mercadores enriqueceriam ao exportar o excedente.

Este é, então, o ponto essencial que carece de recomendação em São Miguel, e o qual requer a atenção de Inglaterra. Este é, também, o ponto que originalmente despertou em mim a esperança de os Açores estarem doravante integrados e comprometidos nos Vossos interesses. A Grã-Bretanha, embora fértil, é apenas uma pequena ilha; e o preço das suas provisões é tão alto que esta mergulha na escassez e na miséria a maior parte dos pobres industriais e trabalhadores, e prejudica, também, dolorosamente, aqueles que têm rendas limitadas, párocos, oficiais subalternos, soldados, viúvas e órfãos. Poderia destacar a verdadeira causa de um preço exorbitante — o qual, nos seus efeitos perniciosos, opera como uma fome ou penúria —, mas tal não pertence ao meu domínio: o meu desejo e dever é apenas o de destacar os meios para a abundância; e, como forma de estabelecer a fundação desta bênção, recomendo, com a maior das sinceridades, que seja feita uma união mais próxima com estas ilhas; recomendaria, em simultâneo, aos ilhéus aquele sistema alargado de agricultura, que lhes permitirá irem ao encontro de todas as necessidades dos Vossos mercados.

A importância desta união para Inglaterra é de tal maneira óbvia que qualquer explicação adicional é certamente desnecessária. Vós assumis a protecção dos Açores e, ao promoverdes a indústria açoriana, ser-vos-á assegurada a fonte da abundância do Vosso país.

É bem sabido que, nestes últimos anos, têm sido enviadas somas imensas de dinheiro para França e para o Báltico, para milho — o qual Vós poderíeis fornecer a partir de agora, sem enriquecer um inimigo cuja receita deveria ser, assim, combatida. Mas, seguramente, não será necessário qualquer argumento para vos convencer de que deveríeis retirar dos países que estão sob a Vossa protecção tudo aquilo com que eles vos

possam munir: pois, tais países recebem em retorno as vossas mercadorias; e, mesmo que não, qualquer benefício que recebam culminará no reino superior.

Não me falta tempo livre para estudar; e espero não estar completamente desprovido de capacidade para perceber as vossas políticas internas — as quais confesso, contudo, não compreender.

Ocupada há muito por uma guerra no estrangeiro e, ao mesmo tempo, cegada pelo mais inveterado preconceito, a Inglaterra parece não discernir que o poder de França destruiu o equilíbrio continental e que a afastou de todos os portos que continham as suas principais fontes de provisão. Esta, ocupada em humilhar o orgulho de França, corre o mais iminente perigo; um perigo mais iminente do que qualquer outro que possa ser dado como exemplo pela sua história: o de ter o necessário para a vida com um valor acima do preço do trabalho, enquanto o preço do trabalho, juntamente com o valor do necessário para a vida, é tido como o objecto de uma consideração inferior à dos esquemas de conquista e dos projetos de domínio — o preço da farinha de trigo em Inglaterra aumenta diariamente. Afastada dos países produtores de milho no continente — e, ao que parece, nas vésperas de uma guerra com a América —, é-me difícil perceber onde ireis procurar por pão.

Influenciado por estas considerações, fui minucioso na investigação que fiz; e estou autorizado a declarar que esta ilha e a sua tributária — Santa Maria —, se elevadas ao máximo do seu potencial, serviriam como um amplo celeiro para Inglaterra e obrigariam o preço dos seus mercados — assim como o de outros meios gerais do povo — a cair ao do nível do trabalho.

**2.8** – “Letter XIV: The Porto do Ilheo [sic] of Villa Franca. Remarks on the original formation of the islands—on volcanoes, earthquakes, &c.” (pp. 84-91)

#### **Carta XIV.**

#### **O Porto do Ilhéu de Vila Franca: comentário acerca da formação original das ilhas — vulcões, terramotos, etc.**

Sinto-me consideravelmente encorajado a dar seguimento a esta correspondência, tanto pela atenção com que a distinguis como por uma razoável confiança de que

apreciareis as dificuldades a que me exponho na continuação da mesma. Tenho, no entanto, a bondade de considerar que aquilo que se passa com um escritor não se passará com um artista. Guiados pela genialidade, Ticiano e Miguel Ângelo conseguem, de uma só vez, atingir o cume da escadaria que é a sua arte; mas, independentemente da capacidade que se possa atribuir a um investigador da Natureza, ainda que nos ermos da ciência, este apenas terá a capacidade de avançar passo a passo. O seu caminho dar-lhe-á absurdidades com que se deparar, preconceitos a conquistar — os quais requerem faculdades que nem sempre estão ao alcance — e circunstâncias de felicidade que nem sempre serão passíveis de serem desfrutadas. As principais obstruções a esta correspondência surgem da singularidade dos assuntos e da novidade da opinião que é motivada pela sua descrição. Por exemplo, tendo, na minha última carta, atribuído a formação do Porto do Ilhéu a erupções vulcânicas — e ao poder dos terremotos, provocados pela introdução de água na ferosa região que é o vulcão —, considero ser necessário demonstrar as aparências nas quais estabeleço tal opinião.

Seja lá qual tenha sido a sua figura primitiva, não resta dúvida de que o Porto do Ilhéu foi alterado pela agência do fogo, o que fez com que este assumisse uma espécie de cone truncado e obtuso que termina num vértice circular. Esta convicção tem como base os restos vulcânicos que constituem as paredes do cone truncado deste vértice e as substâncias primitivas que compõem a base sobre a qual o cone se eleva. É, também, certo que foram expelidas chamas por baixo desta figura durante muito tempo; a única questão que solicita a investigação do naturalista é o motivo para estas terem cessado. É indisputável que um terremoto, cuja origem adveio da violenta expansão de ar subterrâneo — uma súbita reacção entre a água e o fogo mineral — tenha sido a causa desta paragem. Como tal, a dificuldade atenua-se e faz assomar a seguinte conclusão: ou a água ganhou acesso às cavernas do fogo líquido — através do paulatino desgaste do cone truncado pelo permanente fluir de lava na mesma direcção —, ou ganhou acesso devido ao desabamento das câmaras destas cavernas, as quais residem sob a imensidão do fundo oceânico. Não há qualquer dificuldade em resolver estas questões. O mais comum dos observadores teria competência para as resolver. O mais comum dos observadores iria, desta forma, ver que os lados da abertura do cone, acima da boca através da qual a água encontra a sua entrada, não apresentam uma superfície ondulada — como a que resultaria do gradual escorrimento de lava e constante atrito da água —, e que apresentam, sim, uma aparência rugosa e quebradiça, assim como recortes e

protuberâncias que apenas resultariam de um terramoto — ou de qualquer outro súbito choque ou convulsão da natureza.

Poderia, adequadamente, acabar aqui esta disquisição e proceder com os detalhes da minha excursão; mas, como adiantei a hipótese de terremotos produzidos pela agência da água, talvez não caia em superfluidade demonstrar os princípios que direccionam a minha determinação. Para se expor esta teoria basta que se observe que o ar das cavernas subterrâneas que estão debaixo do Porto do Ilhéu: sendo mais leve que o elemento que o comprimiu e mais elástico que a atmosfera que circunda a Terra, aquele estava na incessante procura de um meio para ascender a uma altitude na qual o ar partilhasse a mesma especificidade gravítica. Neste caso, flutuou até que se tornasse repentinamente rarefeito e expandido pela violenta efervescência advinda do rebentamento da água sobre os fogos metálicos e minerais que outrora ardiem em grutas. Desta forma rarefeito e expandido — e com a sua gravidade específica reduzida e uma diminuição do seu peso proporcional à efervescência —, a totalidade da massa acima dele viu-se compelida a ceder a este poder dilatado, ascendendo, novamente, a uma atmosfera de gravidade semelhante. Neste estado de elevada inflamação e dilatação, tomou, naturalmente, a direcção ou corrente do vértice no centro da ilha; e, ao deparar-se com este vértice demasiado contraído para a velocidade que tinha, disparou numa terrível explosão que abalou os mares e despedaçou o cone do vértice desde o cume até à base. Separou, também, o objecto piramidal — o qual mencionei previamente — do corpo da ilha à qual estava anexado. Este tremendo abalo produziu, no entanto, o benéfico efeito da formação de um porto que salvou já várias centenas de pessoas; abriu uma entrada do vértice para o oceano e formou uma bacia em que não há inverno que não haja embarcações a recorrer ao seu socorro, quando qualquer outra esperança está já absolutamente perdida.

Antes de concluir este assunto, acho ser adequado informar-vos de que os mais sagazes filósofos destas ilhas sempre propagaram a opinião que todas as ilhas dos Açores se ergueram do mar, e que estas devem a sua origem a erupções vulcânicas. Eu não sou desta opinião porque sei que a ilha de Santa Maria, em particular, está completamente desprovida de restos vulcânicos e possui barro puro — o qual é manuseado com muito sucesso pelos oleiros.

Terei, agora, que descrever um surpreendente fenómeno, presentemente em curso, que dá um considerável apoio à opinião que arrisquei transmitir. O fenómeno é como segue: há várias semanas, as pessoas dos Ginetes, Várzea e Candelária (na ponta ocidental da ilha), ficaram muito alarmadas devido às sucessivas convulsões da terra, as quais deixaram as suas casas pouco seguras — levando estes a dormir em cabanas temporárias que montaram nos seus jardins, como é comum nestas ocasiões. Divulgou-se, nesta altura, que havia entrado em erupção o vulcão do Pico das Camarinhas; mas, no sábado de 1 fevereiro de 1811, a atenção foi desviada de terra para o mar, de onde surgiu um tremendo volume de um fumo denso e espesso, que se ergueu extraordinariamente do oceano à atmosfera. Via-se, intervaladamente, uma substância escura e lamacenta que chegava a subir e descer dez, e às vezes vinte, braças. Durante o dia não foi visível qualquer chama; foi durante a noite que o fenómeno provocou as mais terríveis e sublimes sensações; foi durante a noite que o horrível concurso entre os dois grandes elementos da natureza assombrou os sentidos com a mais pura maravilha e admiração. A chama nem sempre se elevava muito alto — talvez não mais que vinte pés acima da superfície do mar —, mas, às vezes, em intervalos de tempo mais remotos, o fogo acompanhava o fumo a alturas prodigiosas, carregando consigo substâncias que se assemelhavam a pedra ou metal. Uma das explosões do quinto dia foi muitíssimo mais tremenda do que qualquer anterior: o fogo ascendeu a uma altura imensa numa multitude de foguetes; e o líquido ardente, ou lava, não se extinguiu até que tivesse mergulhado novamente no oceano. A distância até à costa é de cerca de milha e meia; e, desde que a erupção amainou, de certa forma, o local parece ser uma pedra submersa com o mar a rebentar-lhe violentamente em cima. Esta distância de aproximadamente milha e meia fica na direção oeste da costa dos Ginetes.

Os pescadores mais bem informados da costa dos Ginetes afirmam que foram feitas inspeções até oitenta braças de água do local. De momento, não se podem confirmar quaisquer factos deste acontecimento natural; o local da ocorrência era demasiado horrível e perigoso para que fosse abordado. No entanto, é certo que a coroa do vértice do vulcão — que parece ter cerca de duzentos metros de circunferência — está agora a poucos metros da superfície do mar e que em breve se elevará acima da superfície e irá assumir, com o passar dos anos, a extensão e o carácter de uma ilha.

Acredite, todos aqueles que atribuem a existência das Ilhas Ocidentais a erupções vulcânicas já consideram este evento como o maior testemunho de justiça às suas

opiniões. Concedo, de facto, que esta é uma informação poderosa sobre a qual eles poderão argumentar; mas como já estabeleci os meus motivos, os quais alegam que o nível médio, ou base, de cada ilha é composto por substâncias primitivas, terei, necessariamente, que manter a crença que a existência de todas as ilhas teve lugar na primeira criação — e que estas são tão antigas quanto o próprio globo. E, se eu estou vivo para ver esta erupção, não irei reformular o meu julgamento, porque irei estar todos os dias à espera de ver esta ilha enterrada nas entranhas do oceano. Enquanto permanece debaixo de água, ser-lhe-á alimentada uma efervescência a partir da água que os seus conteúdos ferosos irão intermitentemente receber. Mas mal a sua fonte de inflamabilidade falhe, o cone do vértice irá sucumbir e o mar — ao ganhar total domínio sobre o vulcão — irá causar um tremendo terramoto que irá levar os fogos subterrâneos a ativar conflagrações nas cavernas mais remotas e criar erupções nas latitudes mais distantes. Da minha parte, vejo a abertura deste vulcão como a ocorrência mais auspiciosa e providencial que alguma vez poderia ter acontecido a esta ilha. Isto prova, também, as minhas ilações anteriores, as quais ditam que a conflagração subterrânea está a viajar na direção oeste e que cedo nos iremos ver livres de quaisquer receios causados por vulcões ou terremotos. Concluo, por aqui, estes detalhes, e irei resumir a minha excursão amanhã.

**2.9 – “Letter XVI: Tour through St. Michael’s continued.” (pp. 101-106)**

### **Carta XVI.**

#### **Visita por São Miguel (continuação).**

Convido-Vos, mais uma vez, a debruçar a Vossa atenção sobre o assunto cuja explicação foi insuficiente na minha última carta, por falta de tempo.

Ao acompanhar-me nisto, tenho, mais uma vez, que expressar a minha esperança de que Vós não ireis esperar um estilo admirável ou uma composição de aplaudir; estes são dons que o viajante raramente tem tempo para cultivar, ou oportunidade para atingir: assim, nada almejo que transcenda a verdade e a simplicidade. E irei despir os meus assuntos destes termos técnicos que poderão não ser universalmente compreendidos.

Desta forma, apresso-me a reabrir aquela cena tão tardiamente fechada — uma cena que demonstra, em toda a sua magnificência, a maravilhosa grandeza e sabedoria de Deus na formação desta ilha extraordinária.

Tendo mostrado que o vale que dá para o lago das Furnas foi, num tempo não tão remoto, o leito de um lago — cujas águas encontraram um nível mais verdadeiro, devido a um qualquer fenómeno que apenas a força a natureza pode produzir —, irei aqui expor alguns dos argumentos que me induziram a arriscar esta ilação. O vale tem uma larga quantidade de substâncias combustíveis espalhadas na sua superfície e uma espécie de seixos formados por lava e polidos pelo constante atrito causado pela ondulação da água. Estes seixos, quando postos na chama de uma vela, libertam um odor sulfúrico e um fumo de cheiro intolerável; possuem, também, uma propriedade extraordinária: ao queimá-los, perdem o seu peso mas não o seu volume. Isto é evidência suficiente para a sua origem ser considerada vulcânica; e, considerando que a forma e polimento destes apenas podem ser atribuídos à ação da água, é igualmente evidente que o vale susteve, a dada altura, uma montanha vulcânica que se tornou um lago quando a mesma sucumbiu sobre as cavernas subterrâneas que foram formadas pela contínua dissipação dos seus ingredientes vulcânicos. Poder-se-á, também, conjecturar adequadamente que o cair da montanha ocorreu devido a um terramoto produzido pela introdução de água, por alguma agência desconhecida, nas regiões fegosas e indentações da cratera; e que a água, ao ganhar domínio sobre o fogo, formou o lago que existiu no vale mencionado. Ao proceder para o lago real, sondando-o com atenção, encontrei evidências que comprovam que este era, também, o local de uma montanha vulcânica, a qual, tendo submergido num período consideravelmente mais remoto que a anteriormente descrita — excedendo a profundidade dessa numas quantas jardas —, drenou as águas do lago original e dispôs dos meios necessários para a sua transformação num vale tão belo quanto possivelmente concebível — embora, num estado pueril de vegetação e, até então, não embelezado pela mão do homem.

A evidência que comprova o presente lago ter sido formado pela submersão de uma montanha vulcânica está na areia combustível que compõe o seu leito, e nos seixos e pedras sujeitas à ação da sua água. Parte delas são escória vitrificada, esponjosa, leve e quebradiça; as outras são rocha vesicular, a qual reflete, de muitos ângulos, um brilho metálico e abunda num cheiro sulfúrico. Estes seixos e pedras lávicas, ao contrário daqueles em vales adjacentes, não estão tão gastos pelo atrito; mas perderam muitas das

suas asperidades e irão, indubitavelmente, com o passar do tempo, ceder à incessante ação da água. O lago é límpido e claro, e é abundante em peixes de muitas espécies, nomeadamente do tipo ouro e prata, todos introduzidos pelo Cônsul Americano — um senhor residente no Vale das Furnas.

Ao deixar este cenário extraordinário, tive que descer, com muita fadiga e dificuldade, mais uma montanha íngreme e perigosa. A descida ao vale onde estão situadas as furnas é quase intransponível. Uma porção da estrada havia recentemente colapsado; e o som oco de muitos dos restos servia como indicação melancólica de que, daqui a poucos anos, o vale das Furnas seria inacessível pelo lado de Vila Franca. A noite apanhara-me antes que conseguisse ver o vale no qual a vila das Furnas tão encantadoramente jaz.

Repousando, por um momento, na beira saliente de uma rocha elevada, olhei em redor com admiração pela beleza selvagem do panorama. Era fechado por todos os lados com montanhas imensas. Do pé de uma destas apareceu uma corrente impetuosa: precipitando-se e espumando sobre as rochas quebradas, de um precipício para o outro, disparava rapidamente ao longo do seu íngreme canal, aparecendo e desaparecendo alternadamente enquanto serpenteava o seu rápido percurso por entre rochas, do cume das quais se debruçavam muitas árvores sobre esta corrente. No meio do vale, lá estava: a vila das Furnas. As casinhas surtiam um efeito doce; e o seu isolamento inviolado, e situação de solidão, inspiravam uma admiração solene que tornava o efeito audaz e as severas características do cenário mais interessantes. A igreja, o mosteiro, e os outros testemunhos de civilização e industriabilidade, formavam um contraste notável com o vasto e selvagem anfiteatro de montanhas que os circundava. A descida a esta vila é — como tinha já observado — muito abrupta, na quase milha de extensão que afigura.

Ao entrar na vila fui rodeado pelos camponeses, os quais me ofereceram alojamento nas suas cabanas; mas, como tinha ordens do Cônsul Americano para ocupar a sua casa acolhedora, recusei a amável importância destes — retirar-me-ia em repouso assim que possível. Nesta intenção, contudo, fui confrontado com uma afável interrupção: os dignos aldeãos esperavam-me com oferendas de ovos, pão, aves e vinho. Generosos em tudo, ter-me-iam dado o pouco alimento e bebida que recebiam de forma escassa, mas agradecida, das mãos da natureza. A simplicidade dos seus modos, o civismo e simpatia do seu comportamento, assim como a sua hospitalidade para

comigo, ganharam a minha estima instantânea. A isto, acrescentarei apenas: de todos os países distantes que visitei, e de todas as circunstâncias extraordinárias que caracterizaram as minhas várias expedições, nenhum povo havia tão rapidamente conquistado o meu afeto como o povo do lindo vale das Furnas — no seio do qual a Idade de Ouro parecia realizada e os quais, até agora, pouco se haviam desviado das simples instituições da natureza. Detive dois dos seus chefes e o seu pastor para jantar. Mas arrependi-me desse ato de civilidade, pois toda a conversa girou em torno dos terríveis fenómenos a que o lugar esteve sujeito: o aparecimento repentino de matéria inflamada; a queda de montanhas; a submersão dos vales; o aparecimento e desaparecimento das águas, e o frequente e violento estremecimento da terra. O tom desta conversa permaneceria igual pelo resto da noite: pois, mal me deitei para repousar, imaginei o som da maré ígnea, desbravando as cavernas debaixo de mim num ruído incessante, inundando-se-me a alma com demasiado terror ou admiração para sequer ponderar a ideia de sono. O próprio chão do quarto parecia exalar vapores de odor sulfúreo; todas as outras circunstâncias traziam à imaginação a imagem de Tártaro — levando a mente a indagar se o corpo não estaria a repousar imediatamente acima de uma região onde ardem as chamas eternas. Com receio de que tenhais de partilhar destas lúgubres apreensões, irei concluir esta carta, repetindo apenas a certeza do meu etc. etc.

**2.10** – “Letter XXVII: Tour through St. Michael’s continued—Ribeira Grande—Caldeira there haunted—Peasant’s description of it—Remarkable trial” (pp. 172-179)

### **Carta XXVII.**

#### **Visita por São Miguel (continuação) — Ribeira Grande: Caldeira assombrada e a sua descrição feita por um camponês — julgamento notável**

Antes de ter abandonado o assunto da última caldeira que visitei, deveria ter-vos dito que uma porção do meu divertimento passou pelos relatos que o guia me deu acerca dos espíritos dos condenados — dos quais se diz estarem confinados ao grande abismo durante o dia e a vaguearem dentro da esfera do vértice, ou bocarra sulfúrea, durante noite. Em suma, tem-se propagado pelos camponeses, já há um século, uma história de que a caldeira está assombrada, notória e particularmente pelo fantasma de um tal

Gomez: um antigo governador de São Miguel, e um vilão! Mas dar-vos-ei a narração do meu guia sobre o assunto e deixarei o restante ao vosso discernimento e julgamento. Acrescento a premissa de que, embora o meu guia estivesse comprometido, noite e dia, com a árdua labuta de um trabalhador campestre comum, este encontrava, ainda assim, tempo para cultivar o seu conhecimento, como ireis perceber desta narração — tal é o seu irresistível impulso de génio, mesmo que oprimido pelo pulso de ferro dos sacerdotes e da pobreza:

“O Gomez, cujo fantasma habita esta caldeira, era um tirano fraco e invejoso: não encontrava qualquer graça na virtude, qualquer deformidade no vício; emitia mandatos, mas para o flagelo dos meus compatriotas; e, por entre os luxos de um palácio, esqueceu os deveres da religião e procurou o bem supremo na gratificação do apetite sexual, desprezando ajoelhar-se perante o Protetor dos fiéis.

“A fama de uma bela freira, amurada num dos conventos da Ribeira Grande, chegara-lhe aos ouvidos; e ele ofereceu honras e riquezas ao monge que oficiava no convento, na condição de este, por força ou artifício, conseguir trazer a freira para os seus braços. O monge, uma pessoa desafortunada e de trama sombria, e que havia sido anteriormente banido por crimes da mais atroz natureza — cometidos em Lisboa —, pôs-se à total mercê de Gomez e prometeu servi-lo nestas perigosas andanças. Por meio de várias estratagemas, sucedeu em fazê-lo; e, ao voltar com o inestimável prémio, acomodou-a em segurança nos aposentos de Gomez.

“O tirano, tendo completos os seus desejos, louvou a fidelidade do monge — ao qual esbanjou favores com uma mão generosa —, e ergueu-o, por fim, às mais altas dignidades da ilha. Já nestas condições, suspeitara-se que se tivesse aventurado em intrigas com a mui injuriada freira. A indignação e ciúme do seu mestre despertara e, nas primeiras emoções da sua raiva, Gomez comandou que se decapitasse o monge; mas, por motivos políticos, assim como pelo receio do supremo tribunal de Lisboa, este mudou a sentença para aprisionamento perpétuo.

“Na antiga cidade de Vila Franca, poder-se-ão ver as ruínas de um castelo antigo, sob as fundações do qual se encontravam as masmorras onde as vítimas do descontentamento real e inquisitorial prolongavam os restos das suas miseráveis existências. A essas regiões de lamentação ficara consignado o infame monge da Ribeira Grande. Numa cela solitária, brandia, no escuro, as suas pesadas grilhetas: sem

qualquer testemunha às suas lágrimas e gemidos. Este monge, nos seus dias de maior prosperidade, por artes desconhecidas às mentes generosas, tinha feito muitos amigos. Estes não o haviam abandonado na penumbra da sua adversidade. Estimulados por motivos de amor-próprio e zelo religioso, o convento da freira e o mosteiro do monge empenharam-se em seu favor e conseguiram, juntamente com a corte de Lisboa, devolvê-lo à liberdade e aceitar o seu depoimento contra o tirano Gomez.

“O rápido sistema do seu tribunal não era desconhecido para Gomez, nem o era a clemência a que estava intitulado esperar por parte da Inquisição. Este estava também ciente do lúgubre labirinto da sua perversão; e, embora tivesse perdido o seu sentido de gratidão e sentimento pela humanidade, não era totalmente insensível à noção de degradação e de vergonha. Mal fora restaurada a liberdade ao monge, e este chamado a Lisboa, o invasor da castidade feminina, o violador da paz pública e de obrigações religiosas, formara a decisão de abdicar do seu governo e de se atirar para dentro da caldeira — como forma de saldar a multitude e atrocidade dos seus pecados. — Ele não está sozinho neste golfo ardente — prosseguiu o guia. As pessoas que são enviadas para este local, como forma de penitência, veem vários fantasmas na noite e ouvem os seus choros e lamentações quando estes, na hora designada, são compelidos a mergulhar no grande abismo.”

Assim são os relatos do meu guia. Embora não esteja a dizer que coloco uma fé tácita nas partes que dizem respeito à aparição do fantasma de Gomez — e de outros —, irei, ainda assim, relatar uma mui singular ocorrência que se fez presenciar por cerca de trinta marinheiros na montanha ardente de Stromboli em 1687 — a qual foi motivo de julgamento no tribunal de *King's Bench*. O que se segue é um relato do julgamento, o qual retirei do portefólio de Sir William Hamilton: um cavalheiro bem versado na história dos principais vulcões do globo.

“Sr.<sup>a</sup> Booty, vs. Capt. Barnaby.”

“Esta foi uma ação intentada pela queixosa para recuperar a quantia de 1000£, como indemnização aos danos causados pelo escândalo da afirmação do réu, em que o mesmo alega ter visto o falecido marido da anterior — um cobrador — a ser levado para o inferno!

“Quando este julgamento extraordinário começou, foram apresentadas várias testemunhas, as quais provaram que estas palavras haviam sido proferidas pelo Capitão Barnaby e, posteriormente, pela sua esposa. A defesa montada foi a de que o réu não havia dito mais do que a verdade — não mais do que fora testemunhado por várias pessoas, assim como pelo próprio. Para o provar, foram apresentados em tribunal os diários de bordo de três navios diferentes com o seguinte trecho registado em cada um deles, sendo estes submetidos, entre outros, ao tribunal e ao júri pelo advogado do arguido.

*“Sexta-feira, 15 de Maio. Tivemos uma visão do Sr. Booty neste dia: o Cap. Barnaby, o Cap. Bristow, o Cap. Brown, eu e o Sr. Ball — um mercador —, fomos até à costa no barco do Cap. Barnaby para caçar coelhos em Stromboli. Quando o fizemos, chamámos vários dos nossos homens para se reunirem perto de nós; e, cerca de quarenta e quatro minutos após as três, todos nós vimos, para nossa grande surpresa, dois homens a correr na nossa direção de uma forma tão célere que nenhum homem vivo conseguiria correr a metade da velocidade a que estes corriam; todos ouvimos o Cap. Barnaby dizer — Deus me abençoe, o dianteiro é o velho Booty, o meu vizinho do lado, — mas disse que desconhecia o que corria atrás do primeiro. Este último vestia preto; o dianteiro, cinzento. Nessa altura, o Cap. Barnaby disse-nos que queria que apontássemos a hora nos nossos cadernos de bolso. E quando chegámos a bordo escrevemo-lo no nosso jornal de bordo, pois nenhum de nós tinha, alguma vez, visto tal coisa; e estávamos veementemente convencidos de que havíamos visto o velho Booty a ser perseguido pelo diabo à volta de Stromboli e, subsequentemente, lançado para dentro das chamas do Inferno!”*

“Após terem chegado a Inglaterra, e de estarem amarados em Gravesend, a mulher do Cap. Barnaby veio a bordo a 6 de outubro; nesta altura, o Cap. Barnaby e o Cap. Brown chamaram pelo Cap. Bristow e pelo Sr. Ball — o mercador —, para que estes os pudessem congratular, também, na sua chegada. E, após algum discurso, a mulher do Cap. Barnaby levantou-se e disse — meu querido, tenho notícias para te dar: o velho Booty faleceu. O Cap. Barnaby respondeu diretamente — todos nós o vimos a correr para dentro do Inferno.”

“Pouco depois, a Sr.<sup>a</sup> Barnaby contou que o seu marido havia dito isto a um conhecido seu em Londres, o qual deu conhecimento da ocorrência à Sr.<sup>a</sup> Booty, levando esta a mandar prender o Cap. Barnaby por 1000£, pelo que este tinha dito sobre o seu marido. O Cap. Barnaby pagou a caução e o caso foi levado para o tribunal de *King’s Bench*. As vestes do Sr. Booty foram trazidas a tribunal, assim como o sacristão da paróquia e as pessoas que estavam com ele quando morreu. Os diários foram tomados como prova; e a hora em que os dois homens foram vistos coincidia com o momento em que o Sr. Booty tinha morrido em mais ou menos dois minutos. Dez dos marinheiros juraram pelos botões do casaco deste, os quais tinham sido cobertos pelo mesmo tipo de tecido de que era feito o seu casaco: e assim se provou.”

“O júri perguntou ao Sr. Spinks, cuja caligrafia aparecia no jornal lido, se conhecia o Sr. Booty, ao que este respondeu — Conheci-o bem; e estou satisfeito de o ter visto assombrado na montanha ardente e mergulhado no fosso infernal que jaz sob o cume de Stromboli. O juiz recorreu de forma imediata a esta extraordinária expressão — Deus tenha misericórdia de mim! E que eu nunca tenha que ver aquilo que viste: um, dois, ou três podem estar enganados; agora, trinta nunca.”

“A viúva perdeu o processo.”

Assim, Vós vedes que um dos vossos tribunais principais detém um caso semelhante à tradição do meu guia. O único uso, contudo, que se poderá fazer de ambos é mostrar que tais assuntos estão relacionados com vulcões, no geral, e que a sublimação e grandiosidade avassaladora destes dispõem a mente à superstição e expõem o juízo a uma perversão que é difícil conceber ou ter em consideração. Ao formar uma opinião relativa a esta correspondência, desejo, então, que sujeiteis a vossa imaginação a abandonar, por vezes, os objectos ordinários e as convicções pacíficas da beira da vossa lareira, e que vos concebeis como testemunha dos eventos e circunstâncias relatadas nesta narrativa. Imaginai-vos como um espetador da cena, que vê a coluna ardente, a água ebuliente e a nascente de vapor sulfúreo do golfo ígneo; imaginai que vós estais a submergir sob o calor e a apreensão, encontrando, frequentemente, a terra fumacenta a tremer por baixo de vossos pés; imaginai tudo isto e podereis não só assumir a capacidade para apreciar as minhas descrições como reunir um entusiasmo suficiente para vos induzir em inquirições ulteriores a este assunto.

**2.11** – “Letter XXXIV: Manners and principles of the inhabitants of St. Michael’s” (pp. 225-231)

#### **Carta XXXIV.**

##### **Maneiras e princípios dos habitantes de São Miguel.**

Até então, tenho feito pouco mais que delinear os traços físicos e gerais desta ilha. Terei agora que assumir um tom mais severo e delinear as maneiras e os princípios regentes dos seus habitantes.

A maior parte dos escritores que tentaram provar a eficácia do princípio, supõem-no como sendo a grande e universal fonte de maneiras. Aqueles que preconizam o sistema oposto, observando que a teoria varia consoante o facto, precipitam-se a concluir que o princípio está completamente desprovido de qualquer real influência. A verdade aparenta estar entre estas duas opiniões contrastantes. Como tal, não só os princípios não podem ser uma fonte de maneiras como as maneiras geralmente precedem os princípios. Ou seja: no nosso progresso desde a infância, os hábitos de agir precedem os de pensar. Mas aqui passa-se o contrário; certos princípios foram cedo e profundamente enraizados na mente — estes crescem com as pessoas e ditam os seus modos. Os princípios aqui estimados são, então, apenas os daquela natureza que tende a contrariar a paixão egoísta; estes são: o princípio da religião, o princípio da honra e o princípio do espírito público. O primeiro destes tem a Divindade como o seu objeto; o segundo, o aplauso da humanidade; o terceiro, a aprovação do próprio coração. Examinemos a presente influência destes vários princípios e depois formemos, então, uma opinião correta sobre as maneiras dos Açores.

Os efeitos malignos da religião deste povo podem ser reduzidos a três pontos principais: uma ignorância consumada; uma total negligência pela virtude; e um orgulho e arrogância associadas. Como a alma de um católico é inteiramente dirigida pelo seu padre — que este vê erroneamente como um ministro celestial —, o mesmo não tem sede de instrução, não tem sensibilidade aos sentimentos da humanidade, nem tem ócio para se preocupar com os assuntos da sociedade. Deste modo, o católico imagina que compensa amplamente a sua ignorância e desprezo pela humanidade através de uma comovida e insincera humildade para com o seu confessor e para com Deus. Como forma de demonstrar a sua humildade espiritual, este abdica completamente da sua

inteligência e despe-se de todas as faculdades que lhe foram dadas pelo autor de todos os seres para que fossem melhoradas e não destruídas. Se este tivesse o reflexo de conhecer o seu próprio coração, desvendaria a farsa que o leva a humilhar-se tão excessivamente para que se torne o epítome do orgulho espiritual: pois este crê que, ao conquistar o sacerdote, conquista, simultaneamente, Deus Todo-poderoso para si próprio — e que a extravagância do mais vão desejo lhe será satisfeita.

Sendo este o estado dos princípios religiosos, examinemos, então, o estado do princípio da honra. Com isto quero dizer: o desejo da fama, ou do louvor da humanidade, com destino à felicidade pública. Presentemente, esta grandiosa ambição, que surtiu tão benéficos efeitos noutras civilizações doutros tempos, está por se encontrar entre os cidadãos destas ilhas. O orgulho na religião, o orgulho na fortuna e orgulho na família assumiram o seu império sobre os Açores e reduziram a ambição a pó. O honesto orgulho da virtude ou desapareceu ou, existindo, está assoberbado por vaidades religiosas. O princípio da honra ou desapareceu ou foi totalmente corrompido. Não sobra qualquer sede honesta de louvor dentro desta gente. As suas ambições são tão banais e desumanas quanto a religião que as desvalorizou. O zelo religioso e fortuna terrestre são as únicas fontes a partir das quais estes desejam obter respeito para si próprios, ou o louvor dos outros: aspiram à insensatez e têm orgulho na mesquinhez. Assim, o princípio da honra perverteu-se e ficou reduzido à vaidade desumana.

Poderá imaginar-se, não obstante o defeito generalizado de religião e de honra, que o vastamente compreensível princípio do espírito público possa vir a ganhar um lugar no peito desta gente? Um poderoso princípio, que não raras vezes é fingido e tão poucas vezes é possuído; que requer a força conjunta das maneiras justas, da religião generosa e da honra sincera para que se suporte. Que força de pensamento ou de consciencioso mérito existirá em mentes preconceituosas que seja suficiente para as elevar a este princípio, cujo objeto é a felicidade geral das pessoas? Digo, de forma pouco lisonjeadora, que este talvez será o princípio que menos se vê — menos que o da religião e que o da honra. São tão petulantes no seu desprezo por este magno princípio que desconhecem o próprio conceito de país e não reconhecem qualquer domínio para além da esfera dos seus padres. Estão tão pouco habituados a ir, ou a pensar, para além do batido caminho do interesse privado — naquilo que concerne o seu país — que aquele que apenas faz o seu dever, em qualquer posto conspícuo, é visto como um prodígio da virtude pública.

Os afetos domésticos estão, também, extintos. Não existem pais extremosos: os conventos estão cheios de filhas que deviam ter sido o ornamento da casa dos seus pais. Não há maridos carinhosos: as mulheres são tratadas como escravas que raramente jantam à mesa do seu mestre. Não há crianças afetuosas: os pais excluem as crianças da sua presença e entregam-nos ao controlo dos seus sacerdotes e monges. Não pretendo afirmar, ou implicar, nesta observação geral, que todos os indivíduos assumiram o comportamento e carácter que aqui descrevo. Assim como nos países liberais existem mentes preconceituosas, também se podem encontrar mentes liberais nos países preconceituosos; assim como em tempos nos quais reina o princípio haverá aqueles despidos deste, também em tempos despojados de princípio se encontrarão aqueles que o detêm. Mas da combinação geral de maneiras e princípios, em todos os períodos de tempo, irá sempre resultar um carácter regente e predominante — assim como de uma confusa multitude de vozes resulta um murmúrio geral que assalta o ouvido; ou como um campo repleto por bandos de pássaros, manadas ou exércitos: embora vários individualmente, o resultado é uma cor geral e permanente que assoberba o olho distante.

Mas não é óbvio o quão fraca deve ser a capacidade natural deste povo, cujos líderes deveriam, de forma geral, ser formados no modelo que descrevi? Em vez do uso geral dos livros; em vez de investigarem os grandes princípios da legislação, do génio da sua constituição nacional, as suas relações e dependências com outrem, ou os grandes exemplos e verdades da História, as máximas de uma política justa e generosa e as verdades mais sérias da filosofia; em vez de tudo isto, preferem pôr acima da elevação do seu estudo político o conhecimento das contribuições adequadas a pagar ao seu príncipe. Em vez de História, apenas leem os relatos de António e de toda uma chusma de santos; em vez de legislação, só leem o código papal; em vez de filosofia, apenas leem uma religião intolerante; e em vez de maneiras justas e humanas, apenas leem sobre intolerância, superstição e fervor. Quando este é o sistema regente, o que mais se pode esperar de uma tão estabelecida ignorância senão erros na elaboração primária de tudo? Não obstante, não são as maneiras e princípios das pessoas comuns que encontram um lugar nesta consideração. Embora a soma total da felicidade de uma nação deva surgir e ser estimada a partir das maneiras e princípios do todo, dever-se-iam estimar, no entanto, as maneiras e princípios daqueles que lideram, não daqueles que são liderados; daqueles que governam, não daqueles que são governados; daqueles

que, em suma, fazem as leis, ou as executam — estes determinarão sempre a força ou a fraqueza e, portanto, a continuidade ou dissolução de um estado. A força cega, ou peso, de uma multidão não governada nunca terá qualquer efeito firme ou racional — a menos que alguma mente regente a desperte para a ação e a aponte na direção apropriada. Sem isso, a multidão ou é um raio aleatório ou é uma bala de canhão dormente no seu cano: depende de uma inteligência superior que lhe dê impulso e direção.

De facto, se estes ilhéus fossem, *en masse*, notoriamente corruptos, talvez pudessem integrar parte desta estimativa; mas, na maioria das circunstâncias importantes a que a estimativa concerne, os ilhéus são muito mais exemplares que os seus superiores em posto — especialmente se excetuarmos aqueles de classe mais baixa que vivem nos municípios. Achei, por isso, desnecessário marcar o caráter dos seus princípios ou maneiras, a não ser quando estes aparentam estar evidentemente envenenados pelo exemplo, ou outras influências, das classes mais elevadas da vida. E ainda assim, talvez os tenha descrito em duas palavras: são um povo ignorante, conquanto inofensivo. Um povo a que apenas falta alguma mente liderante que o impulsione para a ação e que o aponte na direção correta — ou, como acabei de dizer, como uma bala de canhão dormente no cano, à espera que lhe dêem impulso e direção.

Escrevo sobre este assunto de princípios e maneiras em termos generalizados porque o meu objetivo é o de descrever um povo, não o de satirizar indivíduos; marcar o tom e compleição geral sem agravar os matizes de pessoas particulares, atirando as suas respectivas características para uma só sombra escura de meritório horror.

**2.12** – “Letter XXXVIII: Manners and society of the inhabitants of St. Michael’s” (pp. 258-266)

### **Carta XXXVIII.**

#### **As maneiras e a sociedade dos habitantes de São Miguel.**

É-me inconcebível a ideia de fechar a correspondência sobre esta ilha sem que, pelo menos, diga alguma coisa relativa à sua sociedade. E no entanto, não sei bem o que dizer: a sociedade inglesa está limitada às conexões estrangeiras do Senhor Read e a sociedade portuguesa está confinada aos nativos — com os quais os estrangeiros mantêm pouca ou nenhuma interação. De facto, a motivação para esta associação não é

forte o suficiente para compensar o contraste de maneiras e princípios existente. O português adora comer só — e come sem garfo. Nós gostamos de refeições sociáveis e enojamo-nos ao ver uma pessoa servir-se com as mãos.

Há uns dias, jantei em casa da Dona Paulino; ao observá-la fazer uso do garfo com um enorme constrangimento, eu consegui convencê-la a tratar-me sem cerimónia, pedi que pousasse o grafo e que comesse da forma que os seus ancestrais comiam. Ela muito se agradou com a liberdade que tomei e disse-me que seria feliz ao cultivar uma relação com os ingleses daqui — mas que a diferença dos seus costumes lhe impunha demasiada constrição e, por isso, tinha decidido abster-se de conviver com eles. E ainda assim, a Dona Paulino é uma pessoa muito conhecida pela sua prática uniforme de cada virtude e pela benevolência do seu coração, assim como é universalmente admirada pelo seu conhecimento extenso nas áreas da ciência e da educação. Tendo criado uma espécie de amizade familiar com esta ilustre mulher, prestei-lhe auxílio no dia do seu Santo — a sua aia informara-me de que os amigos da sua senhora tinham como hábito prestar-lhe homenagem durante essa festividade. Ao entrar na sala de estar, encontrei-a sentada num sofá, num vestido longe de ser deselegante, acompanhada por oito ou dez senhoras e senhores que estavam sentados em cadeiras que haviam sido paralelamente dispostas em duas linhas que partiam do sofá e terminavam no centro da sala. Reinava um profundo silêncio; dois criados estavam ocupados a facilitar os bolos e chocolates que compunham a festa. Estou a ser um pouco mais minucioso nesta descrição porque este é o exato formato de uma visita cerimoniosa em Portugal. A Dona Paulino, sabendo que me opunha a tal silêncio e cerimónia, propôs que me sentasse a seu lado e iniciou uma conversa casual de uma hora, no fim da qual os visitantes se iriam embora. Seguindo o exemplo destes, levantei-me para me ir embora. Mas ela pediu-me que ficasse e que fosse à missa com ela. — Para a missa? — bradei — Deus me livre, Dona Paulino! O que faria eu numa missa? — perguntei eu em vão. Ela era uma bela e imperativa mulher que se fazia obedecer. Apercebendo-me da futilidade de qualquer resistência, fiz uma vénia, dispus o meu braço e, rodeados por uma multidão de criados e de criadas, prosseguimos para a igreja matriz — que ficava a meia milha de distância. Para mim, isto foi de uma inconveniência mortificante: a cada cruz e a cada imagem por que passávamos, tínhamos que nos ajoelhar no chão de forma devota e cantar tantas Ave Marias e Pai-Nossos quanto as leis pontifícias ditavam — em concordância com o estatuto e importância do objeto então endereçado. Quando entrámos na igreja, tive que

seguir o seu exemplo e molhar o dedo na água benta que se encontrava numa pia de pedra afixada à parede. E não havendo lugar, ou forma de me sentar, tive que me ajoelhar ao seu lado até que a missa terminasse, sem qualquer entretenimento que não o de a ver contar as contas do seu rosário e sussurrar as suas Ave Marias e Pai-Nossos — algo que parecia não ter fim. Acabado o serviço, acompanhei a Senhora Paulino até casa para jantarmos; esta era a mulher mais bem informada que alguma vez conhecera na ilha. Dar-vos-ei o parecer que recebi da mesma sobre as do seu próprio sexo.

Perpetuamente isoladas, raramente viajando para o estrangeiro, e sob um véu com qual o rosto fica totalmente coberto, o Sol é incapaz de tingir a frescura ou a cor da compleição da maior parte das mulheres destas ilhas — o ar acre e salino, que é tão comum em Lisboa, nunca poderia afetar a beleza e a delicadeza da sua pele. E para quem se estão a preservar tantos e tão belos charmes? Para a vista de um único homem; um tirano que manterá a sua mulher em perpétuo cativo. Nestes países é traçada uma insuportável linha de separação entre os dois sexos que constituem a espécie humana: as mulheres, cujas graças contrastam tão agradavelmente com força, e as belezas masculinas, estão destinadas a permanecer prisioneiras nos Açores e a tornarem-se escravas exclusivas de um indivíduo. Nenhum homem — que não o seu proprietário ou o padre — pode contemplar a sua cara sem a permissão do marido. Em lado algum é a inveja manifestada de forma tão excessivamente horrenda; em lado algum é tão feroz. A morte inevitável aguarda o estranho que se tente apresentar nos aposentos da mulher ou que lhe dirija a palavra ao conhecê-la no exterior.

Quando a Dona Paulino começou a falar de “morte inevitável”, e do feroz espírito do ciúme que animava os seus compatriotas, levantei-me involuntariamente do meu assento e estava prestes a retirar-me precipitadamente. Ela sorriu e informou-me de que não corria qualquer risco na sua casa, pois ela e o seu marido eram de origem espanhola; e que ele, conseqüentemente, lhe permitia um *estrecho* ou amigo. O seu marido, embora saiba que ela gosta de ser sociável — e até de ser cortejada —, nada teme: sabe que a honra e a influência da religião estão profundamente marcadas na sua mente. Retomei o meu lugar com uma impressão de perfeita segurança e reciproquei várias observações acerca deste tema interessante.

Tendo permissão para se visitarem frequentemente umas às outras em pequenas festas ou grupos femininos, a decência e a reserva nem sempre chegam para preencher

as suas conversas. A absoluta falta de educação e de princípio; a letargia e a abundância em que passam os seus dias; a constrição que lhes é inexpugnavelmente imposta pelos seus maridos e que as torna extremamente ignorantes à delicadeza, à conduta e ao sentimento; a vivacidade dos seus afetos, o clima que comunica o seu fogo a corações tão infertilmente dispostos ao carinho; a Natureza, que desperta as sensações destes e cuja voz possante é demasiadas vezes mal compreendida por aqueles que são chamados a partilharem das suas leis e prazeres; tudo isto contribui para desviarem o seu pensamento dos respetivos maridos tiranos e redireccionarem as suas vívidas imaginações, os seus desejos e o seu discurso para os objetos que a prisão não lhes permite atingir. Entretêm-se nos seus círculos fazendo mudanças de roupa, assumindo as roupas umas das outras e, por vezes, roupas de homem — passando assim disfarçadas pelas ruas. Inteligentes na arte de divertir e não na de apagar o ardor que as consome, a mesma desordem persegue-as até à solidão. Recursos tristes e miseráveis: compensações de uma privação que, sob uma temperatura igualmente amena e seca — e para almas tão completamente em chamas —, não parece coisa fácil de sustentar.

Os maridos estão mais do que familiarizados com estas disposições; e o seu ciúme fica ainda mais ofendido. Não só barram qualquer acesso de estranhos às suas mulheres como também alguns dos seus parentes são frequentemente excluídos. Não sabem o que é depositar confiança na discricção de uma mulher. Infiéis à natureza, não compreendem que as infidelidades de que têm ciúme são a merecida recompensa pelo seu comportamento desprezível, pelo seu rigor e pelos seus caprichos criminosos e repugnantes.

Seria de uma enorme ignorância sobre o estado das mulheres dos Açores imaginar-se que são todas dotadas dos mesmos encantos, que desfrutam todas do mesmo estilo elegante de vida e acomodação que as da classe de que tenho estado a falar. As mulheres casadas da classe mais alta são como flores exóticas, cujo lustre deve ser preservado apenas pela atenção e pelo cuidado, e vivem exclusivamente para o labor de prolongar a duração dos dons derivados da natureza e de os adornar com a riqueza da arte. As mulheres de classe mais baixa, em vez da delicada brancura que compõe a compleição das primeiras, têm, como os homens, uma pele morena — e, como os homens da sua classe, usam vestes marcadas por uma economia rígida. Quase todas elas, especialmente no campo, dificilmente têm o suficiente para impedir que lhes sejam

vistos os movimentos do corpo. Desde que a cara esteja coberta por uma touca ou por um véu, pouco se preocupam com isso!

O traço de beleza mais marcante nas Ilhas Ocidentais são os grandes olhos castanhos: é bem sabido que a natureza fez disto um traço característico das mulheres dos Açores. Mas, não contentes com este dom, empregam todos os seus esforços artísticos em fazê-los maiores e mais escuros.

Uma das coisas que o amor-próprio e o prazer em agradar os outros mais solicitam às mulheres das Ilhas Ocidentais é que a pele seja macia e lisa em todo o corpo, não permitindo que permaneça o mínimo vestígio de asperidade. A seguir a esse desejo de ter a pele macia e com mais belo brilho vê-se a excessiva ansiedade em adquirir o máximo grau de volume corporal possível. O gosto dos homens daqui não os inclina a apreciar formas magras e esguias, ou formas elegantes; em vez disso, admiram mulheres que sejam corpulentas e cheias de carne. De forma a obter esta beleza, as mulheres utilizam várias drogas, como as sementes da árvore de cacau ou os bolbos de hermodáctilo raspados e misturados com açúcar.

Em Inglaterra e na Holanda, a ideia de uma mulher muito gorda está quase sempre associada à flacidez da carne, ou a um defeito na elasticidade dos contornos. Este não é, geralmente, o caso com as mulheres dos Açores. As de São Miguel, em particular — que são mais favorecidas pela natureza que as das outras ilhas —, preservam a firmeza da sua carne por mais tempo; essa propriedade atraente, quando adicionada à suavidade, à brancura da sua pele e à frescura do seu escarlata, torna-as mulheres muito agradáveis e desejáveis — dado que o seu *embonpoint* não seja levado ao extremo.

Até aos últimos dois anos, as mulheres de classe mais alta vestiam-se com uma uniformidade exata, com um vestido que permaneceu inalterado nos últimos duzentos anos: um robe preto de seda e um xaile preto que cobre a cabeça e vai até à cintura, os braços erguidos numa posição perpendicular até à cabeça, cada polegar atrás das orelhas, e os dedos apenas suficientemente livres para que manuseiem o xaile de forma a ficar uma pequena abertura para a vista. E são tão hábeis nesta prática que conseguem perceber o seu caminho e observar objetos sem que a sua pessoa seja discriminada ou os seus traços observados. Esta aborrecida uniformidade está agora a ser quebrada; e já se vêem algumas capas azuis e encarnadas, com pregas douradas e rendilhadas, como forma de axadrezar esta monotonia sombria.

Estas observações não se aplicam às mulheres solteiras. Estas são geralmente mantidas em conventos até ao dia do seu casamento ou, se em casa, passam o dia nos seus aposentos e nunca são vistas, a não ser para ir à missa ou à igreja. Quando assim o fazem, usam um vestido preto e um véu preto que quase desce até aos pés — em vez de um xaile. Nenhuma mulher, solteira ou casada, de qualquer respeito, vai para o estrangeiro sozinha. Geralmente, cada senhora tem consigo dois acompanhantes imediatamente atrás de si e, frequentemente, algum familiar idoso do sexo masculino assistido pelo seu confessor, ou padre. Ver vários destes grupos caminhar pelas ruas em dias de festa confere a imagem de uma procissão solene, ou de um grande luto nacional. Mas a relação de tais coisas é irrelevante; é vê-las executadas que é ridículo ou comovente.

### Capítulo 3 – Inventariação dos casos mais desafiantes

Rebuscando o conceito de que um eixo de comunicação e/ou interação apenas deixa passar por si objetos, ideias e conceitos à bitola da sua dimensão, tendo, por isso, que ser necessariamente complexo e que manifestar caminhos pluridimensionais que permitam contemplar a complexidade inerente às várias dimensões de um dado texto, a inventariação proposta irá ser de dupla natureza. Como tal, as perspetivas propostas dividem-se (com as devidas subdivisões) da seguinte forma: questões de linguagem — o registo formal, termos e expressões fixas e culturais, vocabulário científico e estilo do autor —, e questões socioeconómicas e políticas — catolicismo/anglicanismo; riqueza/pobreza; independência/imperialismo.

Como referido, a dificuldade dos casos elencados deve-se ao esmiuçamento que deve ser feito atendendo às particularidades da linguagem — não só por questões puramente linguísticas mas também de uma preocupação cultural e de tipo de registo, as quais estão subjacentes à escolha do léxico e das estratégias adotadas — e às de natureza socioeconómica e política — estando esta última intimamente ligada às respetivas discrepâncias entre o paradigma histórico-cultural dos momentos da escrita e do exercício de tradução (também esta demandando cuidada atenção às estratégias empregues).

Fazendo uso da nomenclatura já supradescrita, divide-se, então, o terceiro capítulo deste documento em dois escopos de maior interesse:

#### **3.1. Questões de linguagem e de estilo: o registo formal, termos e expressões fixas e culturais, vocabulário científico e estilo do autor.**

Não querendo cair em desnecessária redundância, indica-se que as questões de linguagem atinentes ao registo empregue — sendo este de carácter patentemente formal —, foram já adequadamente ilustradas na alínea b) do ponto **1.2.5.** deste estudo, pelo que, não escorrendo em mais exemplos do *corpus* e da respetiva tradução, se dará preferência, neste momento, a alargar o comentário à escolha das estratégias empregues.

### 3.1.1. O registo formal

A estratégia adotada passou por compreender, primeiro, a diferença social de estatuto dos participantes deste diálogo, compreendendo que existe uma hierarquização que se manifesta na forma de tratamento escolhida por Ashe (sendo a escrita deste, mais uma vez, a única amostra disponível deste “diálogo”). Segundo, tentou-se discernir, no texto de partida, quais as formas específicas de tratamento escolhidas pelo autor para se dirigir ao seu destinatário. Posto isto, as formas que mais se destacaram foram as já mencionadas “lordship”, “my lord” e “Sir” — como ditava o protocolo social vigente nessa altura. Por último, apesar de o autor não fazer uso dos pronomes mais arcaicos da língua inglesa (*thou, thine, thy* ou *thee*), como forma de assegurar a manutenção da reverência exigida — e fazendo-o exclusivamente pelo uso das formas de tratamento já referidas e de uma linguagem erudita e cuidada —, estabeleceu-se que o texto de chegada teria que fazer refletir este distanciamento não só nos elementos já mencionados como também nos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, e nas flexões verbais exigidas pela segunda pessoa do plural. Esta estratégia floresce diretamente do facto de, na cultura portuguesa de então, ser desadequado e socialmente reprovável o uso da segunda pessoa do singular (e tudo que lhe subjaz linguisticamente) para tratar alguém hierarquicamente superior.

Mais se acrescenta que o uso do terceiro caso da terceira pessoa do singular — você — constitui, também, uma forma de tratamento de distanciamento hierárquico, mas que, sendo consideravelmente mais recente, não reflete as relações de reverência do período em que foi escrito o *corpus*. Assim, não seria assegurada a verosimilhança da própria tradução como objeto relativo ao texto de partida, fazendo desta uma escolha pouco salubre.

### 3.1.2. Termos e expressões culturais

As próximas unidades de sentido a ter em atenção são constituídas pelos termos e expressões fixas e culturais usados pelo autor. Dentro destas unidades cabem algumas divisões: umas que requerem mais atenção e sensibilidade aos desafios da língua de partida, outras nem tanto. Nelas coincidem expressões idiomáticas da língua inglesa, termos específicos da cultura inglesa, alguns termos atinentes a campos específicos

como a náutica ou o direito, termos estrangeiros (da perspectiva do autor), e uma instância de uma expressão que não é um idioma mas que não deixa de ser uma unidade de sentido. Comece-se por esta última (sendo que os restantes exemplos ilustrativos virão na sua ordem de surgimento no *corpus*):

... a good and an honest people, who prefer the <u>olive</u> to the <u>laurel</u> ... (Ashe, 1813: 14)	... um povo bom e honesto que prefere a <u>oliveira</u> ao <u>loureiro</u> ...
--	--

É curioso ver-se que o autor, nesta passagem, faz uso da história da antiga Grécia e da antiga Roma para criar uma dicotomia entre a honra e a glória, respetivamente. Existem várias aceções à simbologia das folhas ou ramos da oliveira — a mais conhecida destas, talvez o ramo de oliveira, que simboliza a paz ou uma oferta de paz. Contudo, e tendo em conta o restante parágrafo do texto de partida, esta passagem requiere um pouco mais de atenção: o autor está a estabelecer um paralelismo entre dois conceitos; e estabelece-o ao referir, sem especificar nenhum dos seus constituintes (ramo, folha, etc.), duas plantas. O obstáculo a este paralelismo põe-se quando se verifica que o ramo de oliveira não encontra par no ramo de loureiro: ao passo que o ramo de oliveira detém o significado supramencionado, o ramo de loureiro (o ramo especificamente) parece não deter qualquer significado tão específico. Assim, na análise feita, este aparenta estar a referir-se, de forma não tão direta, às coroas, ou grinaldas, de oliveira e de louros: a primeira atribuída aos vencedores dos jogos olímpicos na antiga Grécia e a segunda aos generais vitoriosos em guerra na antiga Roma. Estas duas unidades de sentido, as coroas feitas das folhas destas plantas, já mantêm, sim, uma relação mais próxima de paralelismo — não só por serem coroas (e, então, o mesmo objeto feito de elementos diferentes), mas por simbolizarem conceitos também eles paralelos entre povos não raras vezes comparados, historicamente.

Para melhor solidificar esta aceção, veja-se a seguinte passagem de *History of Herodotus*, em que Xerxes interroga desertores gregos trazidos perante si após a batalha das Termópilas e os questiona em relação aos helénicos:

Responderam que os helénicos estavam a celebrar o festival Olímpico e que tinham entre mãos competições de atletismo e de hipismo. Ele perguntou qual era o prémio envolvido, por que motivação competiam eles; ao que lhe responderam que era dada uma coroa de oliveira ao vencedor. Após isto, Tigranes, filho de Artabano,

proferiu um pensamento verdadeiramente nobre [...] — Ah, Mardônio! Que espécie de homens são estes contra os quais nos trazes para combater, que competem entre si não por dinheiro mas por honra? (Heródoto, 430BC)<sup>16</sup>

Assim se percebe melhor o antagonismo, na nossa compreensão, pretendido pelo autor, dentro do qual ele separa a honra da glória obtida em guerra — sendo que a primeira está mais associada à virtude e a segunda à conquista material (ou geográfica), ou ao prestígio. Deste modo, a estratégia que se adotou passou por fazer uso da holonímia como forma de manter a alusão ideológica pretendida (ao invés de deixar no texto de chegada os lexemas azeitona e louro), usando o todo para deixar implicada a parte e, assim, manter também a não-especificidade expressa pelo autor. De certa forma, num escopo mais alargado, a dicotomia de fundo a que Ashe se refere é, efetivamente, entre a paz e a guerra. No entanto, todo este processo exige que se atentem cuidadosamente a profundidade e as camadas daquilo que é escrito.

Passemos aos restantes exemplos — desta feita, atinentes a expressões idiomáticas:

Yet, as profit and loss constitute the incorporating principles by which the question is ultimately to be judged, I shall here <u>stoop to shew</u> , [sic] that it is for the interest of England... (Ashe, 1813: 13)	Contudo, como o lucro e o prejuízo constituem os princípios integrantes através dos quais a questão será derradeiramente julgada, <u>conformar-me-ei</u> com demonstrar que é do interesse de Inglaterra...
--	---

A ideia associada a este idioma é um tanto forte, visualmente; existe, no entanto, algo deste género na língua de chegada: a imagem de alguém que se ajoelha de forma a indicar uma espécie de rebaixamento dos seus valores. A expressão em questão é a de “descer ao nível de alguém/algo”, mas que, dado o contexto da totalidade da frase, parece desadequada, porquanto exagerada. A análise feita ao idioma no contexto desta frase parece ser mais indicativa da vontade do autor em elevar a sua pessoa do que em enfatizar o nível mais baixo a que ele aparenta ter de descer. Deste modo, parece mais tratar-se de conformismo do que de um rebaixamento ideológico ou moral.

<sup>16</sup> Esta é uma tradução indireta (nossa) com base na tradução feita por G. C. Macaulay e publicada pela MacMillan and Co., Londres, em 1890.

Este próximo exemplo não constitui um desafio tão significativo como os outros; não deixa, contudo, de merecer atenção:

The Azoreans are, at length, impatient of tyranny; they are only awaiting a signal to <u>throw off the yoke</u> . (Ashe, 1813: 15)	Os açorianos estão, há muito, fartos de tirania: aguardam apenas um sinal para se <u>libertarem do seu jugo</u> .
--	---

As duas expressões idiomáticas (em português e em inglês) partilham uma equivalência direta quase uníssona. A única diferença é a forma de frasear a mensagem predicada na mesma ação — sendo que “*throw off*” é (também) uma lexia para indicar o ato de alguém se libertar de algo e “libertar” é forma direta de expressar a mesma ideia. A imagem resultante da escolha do autor tem que ver com o jugo com que se prende o gado bovino, o qual é comumente usado como simbolismo para falta de liberdade de forma generalizada.

Outro dos casos encontrados não desfruta da equivalência deste último. Veja-se:

... if it <u>presumes on</u> its riches, its commerce, its learning, its arts, its navy, and its power... (Ashe, 1813: 20)	... se <u>tomar por garantido</u> as suas riquezas, o seu comércio, a sua erudição, as suas artes, a sua marinha e o seu poder...
--	---

O dicionário *online* Merriam-Webster define esta locução (*presume on/upon*) como o ato de “esperar demasiado de uma relação de uma forma que demonstra que um indivíduo não compreende a natureza do seu papel na dita relação”.<sup>17</sup> Não havendo, como mencionado, uma lexia equivalente a esta na língua portuguesa, optou-se pela lexia “tomar por garantido”, por se achar que esta junta os dois sentidos mais presentes na locução inicial: fiar-se em demasia em algo/alguém e descansar à sombra de algo/alguém (excesso de confiança e negligência).

<sup>17</sup> <https://www.merriam-webster.com/dictionary/presume%20on%2Fupon#:~:text=presumed%20on%2Fupon%3B%20presuming%20on,asking%20for%20too%20many%20favors.>

É certo que este próximo caso também não tem uma equivalência direta — como a larga maioria das lexias entre dois sistemas linguísticos (salvo exceções) — mas não é, contudo, tão ambíguo ou polivalente como o anterior:

... <u>I am at a loss</u> to think where you are to look for bread. (Ashe, 1813: 76)	... <u>é-me difícil perceber</u> onde ireis procurar por pão.
--	---

Existem várias formas de exprimir a emoção subjacente a esta expressão idiomática, pelo que se optou pelo que vem expresso no quadro da direita da tabela acima. O dicionário *online* Collins afirma que “se se disser que se está *at a loss*, significa que não se sabe o que fazer numa determinada situação”.<sup>18</sup> A dificuldade de perceção induz ao desconhecimento do que fazer a seguir, pelo que parece viável estabelecer uma relação de recursividade entre estes dois elementos e dar a causa pela consequência para transmitir a imagem desejada. Não havendo uma expressão idiomática em português que se enquadrasse nas imagens pretendidas, esta estratégia pareceu adequar-se melhor, por forma a não forçar uma qualquer lexia da língua portuguesa ao texto de chegada, a qual se comportaria de forma inorgânica.

O próximo caso provou ser de uma dificuldade acrescida por se tratar de uma locução com duas aceções distintas (uma delas já em desuso):

... no people <u>gained</u> so rapidly <u>upon me</u> as the inhabitants of the beautiful valley of the Furnas... (Ashe, 1813: 105)	... nenhum povo havia tão rapidamente <u>conquistado o meu afeto</u> como o povo do lindo vale das Furnas...
---	--

Estas duas aceções da mesma locução (*gain on/upon*) são manifestamente diferentes: a primeira, que é usada atualmente, pressupõe a aproximação física gradual a algo/alguém — como quem ganha terreno —; a segunda, um significado já obsoleto, tem que ver com aproximação, também, mas no sentido de uma aproximação pessoal — como quem ganha o afeto de alguém. Para corroborar esta asserção, atente-se à seguinte entrada do dicionário de idiomas *Farlex*: “2. Obsoleto: Melhorar a sua posição aos olhos doutrem.”<sup>19</sup> O exemplo então dado é o seguinte: “Ela está claramente a tentar

<sup>18</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/be-at-a-loss>

<sup>19</sup> <https://idioms.thefreedictionary.com/gain+on>

ganhar o afeto do Rei; com que intuito, no entanto, eu não sei.”<sup>20</sup> Pois bem, ainda que obsoleta nos dias de hoje, a segunda aceção deste idioma seria mais reconhecida e incidente na altura em que foi escrita a obra em estudo.

Neste próximo caso, a expressão idiomática em questão (*throw oneself at someone's feet*) é mais comumente usada para significar um pedido de perdão, misericórdia, proteção ou auxílio a alguém — uma pessoa que se prostra aos pés doutra com os desígnios já especificados.

The monk [...] <u>threw himself at the feet of</u> Gomez, and promised his service in this hazardous affair. (Ashe, 1813: 173)	O monge [...] <u>pôs-se à total mercê</u> de Gomez e prometeu servi-lo nestas perigosas andanças.
--	---

No entanto, estes desígnios não são exclusivos aquando de um ato destes: esta expressão é, também, usada para significar o ato em questão como forma de indicar subserviência ou submissão — não indicando nenhum desígnio ou intenção ulterior tão específico como os anteriormente indicados. Assim, na língua de chegada, a lexia que mais se assemelha à necessidade exigida pelo contexto é a de alguém se pôr à mercê de outrem/algo.

A seguir, os exemplos do caso abaixo podem-se fazer equivaler quase diretamente:

... <u>levelled</u> ambition <u>with the dirt</u> . (Ashe, 1813: 227)	... <u>reduziram</u> a ambição <u>a pó</u> .
---	--

No caso da locução de língua inglesa, o mais comum é dizer-se *level with the ground* — ao invés de *dirt*. Estas são, contudo, maneiras diferentes de significar o mesmo referente. Independentemente da forma como termina a locução, tanto a lexia inglesa como a portuguesa são formas de significar aniquilação ou a destruição total de algo ao ponto de não retorno.

A próxima lexia suscita bastante curiosidade: *the beaten track* é o caminho batido pelos pés da muita gente que por ele passa e por isso visto como comum, não original, usual, corriqueiro, etc.

<sup>20</sup> <https://idioms.thefreedictionary.com/gain+on>

So little are they accustomed to go, or even think, beyond <u>the beaten track</u> of private interest [...] that... (Ashe, 1813: 228)	Estão tão pouco habituados a ir, ou a pensar, para além do <u>batido caminho</u> do interesse privado [...] que...
--	--

Esta locução, então, é usado como referência àquilo que é comum (como já dito). Muitas seriam as possibilidades de escolha neste caso específico: poder-se-iam, tão simplesmente, usar qualquer um dos adjetivos acima mencionados. As duas possibilidades, contudo, que mais se digladiaram durante o processo de escolha foram a expressão idiomática “o caminho de pé posto” e o coloquialismo “batido”. A primeira — “caminho de pé posto” — é um interessante caso de uma expressão portuguesa já em desuso. Esta significa o “caminho por onde se transita por costume”<sup>21</sup>. A segunda opção, “batido/a”, também se presta à manutenção do mesmo tipo de imagética requerida e, mesmo não sendo uma expressão idiomática, permite que se acrescente informação de forma a assegurar, neste caso, a ideia de caminho. O grande critério de aceitação passou, então, por se compreender que a primeira opção representaria uma desadequação prosódica no texto de chegada (i.e.: ir, ou pensar, para além do caminho de pé posto do interesse privado). Então, a segunda opção não só se adequa melhor prosodicamente como também parece, através do acrescento de “caminho”, uma equivalência direta da expressão idiomática da língua de partida: “*the beaten track*”.

Passemos à última locução elencada como um caso merecedor de reflexão. Ora, o desafio passa por se compreender que o significado de se prevalecer sobre alguém não é, neste caso, aplicável a cenários concretos de exercício de força ou poder.

... I <u>prevailed on</u> her not to treat me with ceremony... (Ashe, 1813: 258)	... eu consegui <u>convencê-la</u> a tratar-me sem cerimónia...
--	---

Esta locução, como as restantes, terá tido como origem o que ela próprio indica — mas terá visto subvertido o seu sentido para a dimensão figurativa. Então, prevalece-se, sim, mas em forma de persuasão ou apelo. Deste modo, optou-se por aquilo que mais se

<sup>21</sup> <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-significado-da-expressao-caminho-de-pe-posto/26589>

aproxima desta aceção: convencer — fazer prevalecer as nossas convicções sobre aquelas de outrem.

Vistas os casos que requereram uma atenção mais cuidada, vejamos agora alguns termos ingleses que não devem passar despercebidos.

O primeiro destes termos é o que se segue sublinhado na tabela abaixo:

... when Great Britain held the balance of Europe, and was the guardian and the <u>umpire</u> among contending nations... (Ashe, 1813: 14)	... quando a Grã-Bretanha detinha o equilíbrio da Europa e era a guardiã e <u>juíza</u> entre nações que se digladiavam...
--	--

O termo “*umpire*” deriva de uma nomenclatura inglesa associada ao desporto e é comumente usada para referir o juiz de campo do *cricket* — um árbitro, portanto. Deste modo, optou-se pelo termo mais lato: “juíza” — visto, em português, ser também o nome dado aos árbitros de *cricket*.

### 3.1.3. Vocabulário especializado e científico

Passando à próxima ordem de interesse, dir-se-ia que, na verdade, é pouco o vocabulário científico usado pelo autor nos excertos traduzidos — sendo que as descrições deste (de fenómenos geológicos, maioritariamente), que poderiam deveras ser feitas através de um uso prolífico de vocabulário científico, são feitas pelo uso de uma linguagem mais isenta de terminologia. Há, contudo algumas exceções meritórias de ponderada investigação e cuidada atenção.

Como já mencionado, grande parte do vocabulário científico empregue pelo autor é-o em atinência a terminologia geológica. O primeiro destes casos é uso frequente do lexema “lava” para designar não só a lava (“matéria em fusão expelida pelos vulcões”)<sup>22</sup> como as rochas vulcânicas — ou ígneas — resultantes do seu arrefecimento:

All I could have proposed, therefore, can only extend to recommending, that the	Tudo aquilo que propus apenas se estende, portanto, à recomendação do cultivo da
---	--

<sup>22</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lava>

cultivation of oranges should be encouraged on <u>lava</u> districts... (Ashe, 1813: 72)	laranja em distritos de <u>pedra vulcânica</u> ...
--	--

... and some cellular <u>lava</u> , reflecting from many parts a metallic lustre... (Ashe, 1813: 103)	... as outras são <u>rocha</u> vesicular, a qual reflete, de muitos ângulos, um brilho metálico...
---	--

... such as is produced by the gradual flow of <u>lava</u> and the constant attrition of waters... (Ashe, 1813: 86)	... como a que resultaria do gradual escorrimento de <u>lava</u> e constante atrito da água...
---	--

The fire ascended like a host of sky-rockets, to an immense height, and the burning fluid, or <u>lava</u> , was not extinguished till it plunged again into the ocean. (Ashe, 1813: 89)	... o fogo ascendeu a uma altura imensa numa multitude de foguetes; e o líquido ardente, ou <u>lava</u> , não se extinguiu até que tivesse mergulhado novamente no oceano.
---	--

Os casos apresentados — dois de cada natureza — ilustram a diferença no uso da palavra “*lava*” na língua inglesa para significar duas coisas distintas: as últimas duas tabelas mostram casos onde o lexema é usado no sentido conhecido em português; já as primeiras duas tabelas revelam casos opostos, onde “*lava*” é usado para denominar o produto gerado pelo arrefecimento da lava — rochas vulcânicas ou ígneas. Para melhor se esclarecer esta distinção, ter-se-á que ter em conta que este é um lexema polissêmico na língua inglesa. Uma das suas definições é o já mencionado líquido expelido pelos vulcões. A outra, também já mencionada, é referente ao produto resultante do arrefecimento da lava. O dicionário *online* Collins define esta segunda da seguinte forma: “toda e qualquer rocha ígnea extrusiva formada pelo arrefecimento e solidificação de lava fundida.”<sup>23</sup> A única distinção que serve a identificação correta destes dois casos é o contexto onde estão inseridos.

<sup>23</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/lava>

Para o próximo caso, talvez este dos mais desafiantes, ter-se-á que rebuscar a segunda tabela deste **3.1.3.** — desta vez com outro foco distinto:

... and some <u>cellular</u> lava, reflecting from many parts a metallic lustre... (Ashe, 1813: 103)	... as outras são rocha <u>vesicular</u> , a qual reflete, de muitos ângulos, um brilho metálico...
--	---

Inicialmente, a pesquisa executada revelou-se difícil: “*cellular lava*” não constava em lado algum; e a sua tradução literal — lava/rocha celular — menos ainda. Foi em consulta com o Professor Doutor Rui Coutinho (docente de Geologia na Universidade dos Açores) que este alertou para a verdadeira natureza do bloqueio que se afigurou durante o processo de tradução do *corpus* em estudo. Trata-se, então, de terminologia geológica obsoleta, cuja decifração estava dependente da consulta de glossários geológicos desta época (algo que não foi possível alcançar por conta própria). Assim, “celular” passou a “vesicular”, como forma de denominar as rochas detentoras de bolsas de ar na sua massa ígnea — como o basalto, tão comum na região.

O próximo termo é proveniente de terminologia geográfica e não encontra um equivalente, propriamente dito, na língua portuguesa e respetiva terminologia dessa mesma natureza:

Saint Michael's [...] contains one city, five principal <u>towns</u> , fifty-four parishes, and about ninety thousand inhabitants. (Ashe, 1813: 51)	São Miguel [...] contém uma cidade, cinco <u>vilas</u> principais, cinquenta e quatro freguesias, e perto de noventa mil habitantes.
---	--

O termo “*town*” refere-se a um aglomerado populacional maior que uma vila mas menor que uma cidade. A análise feita leva a crer que o autor se refere, por holonímia, aos centros populacionais responsáveis pelas circunscrições geográficas que a estas estão vinculadas — as sedes de concelho que são: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca, Lagoa, Nordeste e Povoação. O termo “concelho” designa uma “Subdivisão do distrito administrativo composta de uma ou mais freguesias.”<sup>24</sup> Matematicamente, contudo, isto representa um problema: uma cidade (Ponta Delgada) e cinco sedes de

<sup>24</sup> <https://dicionario.priberam.org/Concelho>

concelho ou vilas, pois a pesquisa conduzida indica que a Povoação só é elevada a vila e a sede do concelho em 1839<sup>25</sup> — data posterior à estada do autor na região. Especula-se, com alguma segurança, que Ashe não teria um conhecimento muito profundo da demografia e divisão geográfica de São Miguel, afirmando assim a existência de cinco vilas principais para além da cidade de Ponta Delgada. Com “*town*”, parece, então, que Ashe se referia aos centros daquilo que ele achava serem os concelhos, ou municipalidades, principais de São Miguel. Posta esta problemática, optou-se por usar a denominação de “vila”, por se mais se assemelhar àquilo que se conjecturou ser a percepção aparentemente errónea de Thomas Ashe.

A próxima tabela ilustra algumas das peripécias relativas à tradução de termos náuticos:

<p>There is a <u>mole</u> for the protection of small vessels, but those of a larger size are compelled to <u>ride at anchor</u> in an open <u>road-stead</u> [sic]. (Ashe, 1813: 53)</p>	<p>Há um pequeno <u>quebra-mar</u> para a proteção de embarcações mais pequenas — mas as embarcações maiores veem-se obrigadas a <u>ancorar</u> numa <u>angra</u> ao aberto.</p>
---	--

A consulta de um qualquer glossário de termos náuticos, ou de um simples dicionário, dar-nos-ia a resposta necessária; no entanto, estas unidades de sentido específicas não deixam de requerer atenção — especialmente “*ride at anchor*”, não sendo tão conspícua como as outras duas, por ser uma lexia e não um lexema.

Outro exemplo de terminologia náutica tem a ver com o termo “*fathom*”:

<p>At intervals a dark muddy substance was hove up to ten, and sometimes to twenty, <u>fathom</u>. (Ashe, 1813: 89)</p>	<p>Via-se, intervaladamente, uma substância escura e lamacenta que chegava a subir e descer dez, e às vezes vinte, <u>braças</u>.</p>
---	---

Um “*fathom*” é uma unidade de medida de profundidade marítima de 1.8 metros e não uma de altura ou de comprimento. No entanto, esta foi a unidade de medida usada pelo autor. Em português esta medida também vigora da mesma forma e tem como nome “braça” (não confundir com a braça terrestre de 2.2 metros).

<sup>25</sup> <https://www.cm-povoacao.pt/index.php/concelho/historia>

Outro caso contemplado para este ponto insere-se na terminologia jurídico-legal: um momento em que o autor se serve das transcrições de um julgamento para reforçar o seu ponto de vista relativamente a alegações que o mesmo teria feito anteriormente.

<p>This was an action <u>brought by</u> the <u>plaintiff</u>, to recover the sum of £1000 as damages, for the scandal of the <u>defendant's</u> assertion... (Ashe, 1813: 176)</p>	<p>Esta foi uma ação <u>intentada</u> pela <u>queixosa</u> para recuperar a quantia de 1000£ como indemnização aos danos causados pelo escândalo da afirmação do <u>réu</u>...</p>
--	--

Assim como os termos náuticos, a terminologia jurídico-legal apenas requer que se identifiquem as unidades de sentido para que as do texto de chegada coexistam em concordância com as do texto de partida. Das três, a unidade que maior desafio representou foi a primeira — “*brought by*” —, que, ainda que aparentemente simples, tem um equivalente específico na língua de chegada: intentar (definido pela infopédia, na entrada relativa ao Direito, como “levar ao tribunal”).<sup>26</sup> O risco que se evitou foi o de se fazer uma tradução mais literal do termo (i.e.: trazido por em vez de intentar).

### 3.1.4. Estilo do autor

Os maiores desafios relativamente ao estilo de escrita do autor brotaram das dificuldades que advêm de três categorias que se elencaram para este ponto: variedade lexical, sintaxe — pontuação e desmensurada subordinação —, recursos estilísticos e palavras e expressões estrangeiras.

A primeira destas categorias que se pretende analisar tem a ver com a variedade lexical presente na escrita de Thomas Ashe. O autor dá preferência a um léxico erudito, repleto de variados adjetivos e substantivos que por vezes requerem uma consulta atenta de vários dicionários (gerais e/ou de sinónimos). Uma das maiores dificuldades nesta dimensão afigura-se quando não existem equivalências formais, quando existem equivalências formais mas que acarretam consigo outros sentidos indesejados, ou quando as equivalências dinâmicas não capturam a essência do que se quer transmitir, podendo a escolha provar ser infeliz. Uma parte considerável deste fenómeno deve-se ao facto de a divisão das parcelas da realidade ser arbitrária e variar nas diferentes

<sup>26</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intentar>

partes do mundo e, conseqüentemente, nas diferentes línguas. Como um diagrama de Venn, em que os dois elementos constituintes não se sobrepõem totalmente, as totalidades das aceções (tidas como comuns) de duas palavras correspondentes em dois sistemas linguísticos não se coadunam completamente. Seja por processos conotativos do uso da língua pelos seus falantes, seja por a natureza denotativa de uma delas abarcar uma fatia maior, ou ligeiramente diferente, da realidade no seu sistema linguístico, seja, ainda, pela existência de processos de homonímia ou de polissemia nos sistemas linguísticos onde habitam, o facto é que nem sempre se podem excluir os significados indesejados de determinadas palavras — tendo de se optar por outras soluções.

Vejamos, então, casos que ilustram algumas das dificuldades que foram surgindo ao longo do processo de tradução, como fruto da variedade e especificidade lexical características do estilo do autor neste compêndio epistolar. O primeiro caso manifestou a sua dificuldade ao verificar-se a inexistência de uma forma negativa da palavra em questão:

<p>... nothing but military force, the ascendant of a vigorous character, and the charm of a great name, can preserve such multifarious and <u>discontiguous</u> nations under one form of government. (Ashe, 1813: 17-18)</p>	<p>... nada consegue preservar nações tão variadas e <u>não-contíguas</u> sob uma única forma de governo a não ser a força militar, o ascendente de um carácter vigoroso e o charme de um grande nome.</p>
--	--

Não existindo opção de se juntar a palavra a prefixos de negação, gerando algo como “des + contíguo” ou “in + contíguo”, teve-se que optar por uma justaposição hifenada do morfema “não” e da palavra “contíguo” — uma equivalência quase formal.

O caso que se segue requereu um exercício de equivalência dinâmica que propõe a quem traduz uma instância de inversão de perspectiva:

<p>PONTA DEL GADA, [sic] the city whence I write, is the principal theatre of this commerce. It appears exceedingly pleasant from the <u>offing</u>... (Ashe, 1813: 53)</p>	<p>Ponta Delgada, a cidade de onde escrevo, é o principal teatro de todo este comércio. Vista <u>do mar</u>, tem uma aparência extremamente agradável...</p>
---	--

O dicionário *online* Collins define “*offing*” como “a parte do mar que pode ser vista da costa”.<sup>27</sup> Este é um significado verdadeiramente específico: é, exclusivamente, uma porção do mar particular. Então, tendo em conta que esta porção do mar é aquela que apenas é vista da costa, também a costa pode ser vista desta porção do mar (cuja delimitação é, francamente, arbitrária). Deste modo, “vista do mar” deixa implícito aquilo de que se está a falar.

Os próximos dois exemplos ilustram o uso recorrente de uma palavra numa significação que já não é tão comum na língua inglesa na atualidade:

<p>The disadvantages arising from the <u>want</u> of naval convenience are greatly aggravated by the religion of the country and the nature of the government. (Ashe, 1813: 54)</p>	<p>As desvantagens advindas da <u>falta</u> de conveniência naval são largamente agravadas pela religião do país e pela natureza do governo.</p>
---	--

<p>I do not <u>want</u> leisure to study, and I hope I am not without capacity to understand your domestic politics... (Ashe, 1813: 75)</p>	<p>Não me <u>falta</u> tempo livre para estudar; e espero não estar completamente desprovido de capacidade para perceber as vossas políticas internas...</p>
---	--

A palavra “*want*”, principalmente na sua forma verbal, é mais comumente usada, nos dias de hoje, no sentido de “querer”. Contudo, o significado destes dois casos não é este: é um de ter, haver ou sentir falta de algo/alguém — *a lack of* ou *lacking*. A forma de se perceber com qual dos significados a palavra foi empregue passa por analisar o contexto da restante frase onde esta se insere. O primeiro caso é relativamente mais simples, pois a palavra em questão está na sua forma nominal, sendo que nessa forma o único sentido que detém é de falta. No segundo caso, porém, está na forma verbal; mas, dado o contexto, não seria pragmaticamente coerente que o autor expressasse não querer ócio para estudar. Assim posto, determinaram-se os sentidos pretendidos pelo uso desta

<sup>27</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/offing>

palavra nestes casos — uso esse que se repete variadas vezes ao longo de toda a correspondência.

Este próximo exemplo é de uma palavra que não só não encontra qualquer equivalência formal como as equivalências dinâmicas podem variar em consonância com o contexto onde ela se insere:

<p><u>Lest</u> you should partake in these gloomy apprehensions, I conclude this letter... (Ashe, 1813: 106)</p>	<p><u>Com receio de que</u> tendeis de partilhar destas lúgubres apreensões, irei concluir esta carta...</p>
--	--

A melhor forma de apresentar a questão passa por, mais uma vez, recorrer ao uso de um dicionário de língua inglesa. Como tal, dicionário *online* Collins define “*lest*” como fazer, ou não, algo “de forma a prevenir que”,<sup>28</sup> ou fazer, ou não, algo “com medo disto ou daquilo; em caso de isto ou aquilo”.<sup>29</sup> Como tal, no contexto da frase apresentada, optou-se pelo dinâmico “Com receio de que...”

O último exemplo é claramente ilustrativo desta problemática de variedade lexical. Veja-se:

<p>The possibility of the prevalence of such a system would not be credited, were it not known that, all the islands are under the religious dominion of a sordid and <u>luxurious</u> priesthood... (Ashe, 1813: 36-37)</p>	<p>A possibilidade de um tal sistema prevalecer nunca teria crédito se não fosse sabido que todas as ilhas estão sob o domínio religioso de um sacerdócio sórdido e <u>auto-indulgente</u>...</p>
--	---

Rapidamente se cairia na tentação de traduzir “*luxurious*” como luxurioso. Em português, esta palavra carrega consigo a noção de indulgência mas no sentido de lascívia ou de desejo sexual. No entanto, em inglês britânico, “*luxurious*” não comporta obrigatoriamente tais conotações. Dados os significados portugueses da palavra em questão, a definição que se dará desta constará em inglês. Tendo isto em conta, o dicionário *online* Collins define esta palavra, na categoria de inglês britânico, como

<sup>28</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/lest>

<sup>29</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/lest>

“enjoying or devoted to luxury”.<sup>30</sup> Na sequência de melhor definir esta palavra, o mesmo dicionário define *luxury*, também na categoria de inglês britânico, como a “indulgência de um estilo de vida rico, confortável e sumptuoso”<sup>31</sup>. Esta última entrada foi já aqui introduzida em português por não haver conflitos de significados entre as palavras envolvidas. Posto isto, a estratégia por que se optou assentou na preferência de deixar patente a aceção de auto-indulgência da palavra inglesa, não especificando a natureza dessa indulgência — evitando assim uma caracterização possivelmente errónea. Acrescentar-se-á, apenas, que a relação entre as duas palavras constitui um caso de falsos cognatos.

Passando da variedade lexical para as questões sintáticas, vejamos como se expressa o autor nessa dimensão. Primeiramente, deixa-se claro que Thomas Ashe opta por uma sintaxe complexa e repleta de subordinação, como destrinchado na alínea **a)** do ponto **1.2.5**. Acrescido a este pendor para a subordinação, encontra-se uma tendência na expressão do autor para sequências catafóricas:

<p>An improved state of cultivation and civilization; loyalty and affection towards the monarch; a ready obedience to the laws; opulence and munificence among the higher classes; comfort and cheerfulness among those of subordinate rank; splendid religious establishments, filled by an exemplary clergy; seminaries of learning, celebrated even on the continent; charitable institutions worthy of equal celebration; money becoming general in circulation throughout the islands; commerce flourishing to an extent unknown to their former history; capitals advantageously embarked in the structure of harbours, roads, and buildings; these were the best and proudest <u>proofs of the</u></p>	<p>Um estado melhorado de cultivo e de civilização; lealdade e afeto para com o monarca; uma pronta obediência às leis; opulência e munificência entre as classes mais altas; conforto e alegria entre os de categoria subordinada; esplêndidos estabelecimentos religiosos, ocupados por um clero exemplar; seminários de aprendizagem, celebrados até no continente; instituições de caridade dignas de igual celebração; a circulação generalizada de dinheiro pelas ilhas; o florescimento do comércio a um ponto nunca antes presenciado na sua história; capitais vantajosamente aplicados em estruturas de portos, estradas e edifícios; estas foram as melhores e mais orgulhosas</p>
---	---

<sup>30</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/luxurious>

<sup>31</sup> <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/luxury>

<u>final conduct of the Spaniards, and of the wisdom of that system of policy by which they governed the Azores.</u> (Ashe, 1813: 32)	<u>provas da conduta final dos espanhóis e da sapiência do sistema de políticas com que governaram os Açores.</u>
---	---

Como se pode testemunhar, o referente apenas vem expresso após uma enorme enumeração dos elementos da sua cadeia referencial. Contudo, ainda que este tipo de coesão frásica seja de difícil manutenção, a inversão desta sequência catafórica no texto de chegada, para uma anafórica, destoaria grandemente do estilo do autor.

Dada a dimensão da mancha gráfica que se ocuparia, não se darão mais exemplos de sequências catafóricas — passando-se assim para outros aspetos da sintaxe do autor. O próximo aspeto não favorece a imagem do autor, mas representou, ainda assim, motivo de desafio: fala-se, então, da pontuação — na qual por vezes se encontram falhas que dificultam a apreensão da mensagem. Para ilustrar esta problemática, bastará que se deem dois exemplos:

<u>As the central Island of Terceira, is eminently adapted</u> for the discipline and subsistence of troops, it would be profitable always to keep such an army there, as would meet the demands of the Cape of Good Hope, and of the East and the West Indies. (Ashe, 1813: 22)	Estando a ilha central da Terceira eminentemente preparada para a disciplina e subsistência das tropas, seria rentável a constante permanência de um tal exército lá, sendo que iria dar resposta às necessidades do Cabo da Boa Esperança e das Índias Orientais e Ocidentais.
--	---

<u>The disadvantages arising from the want of naval convenience, are greatly aggravated</u> by the religion of the country and the nature of the government. (Ashe, 1813: 54)	As desvantagens advindas da falta de conveniência naval são largamente agravadas pela religião do país e pela natureza do governo.
---	--

Estes dois exemplos demonstram uma separação entre o sujeito e o predicado através do uso de vírgula. Ora, isto pode despistar o leitor do verdadeiro sentido da frase e da sua apreensão como um todo. Naturalmente, tal não deve transitar para o texto de chegada.

Outro aspeto do estilo do autor é a predileção de recursos estilísticos para a expressão das suas ideias — como a metáfora, a hipálage, a anáfora, a hipérbole ou a personificação. Comece-se por se darem alguns exemplos de metáforas:

<p>Numerous <u>nests of ecclesiastical hornets were settled throughout the islands: shoals of locusts and swarms of drones, who, to this day, overspread the land, crawl about the streets of the cities, towns, and villages, and glut themselves in feasting upon the labour of the industrious part of the community.</u> (Ashe, 1813: 35-36)</p>	<p>Estabeleceram-se inúmeros <u>ninhos de vespas eclesiásticas</u> pelas ilhas: <u>pragas de gafanhotos e enxames de zangões que infestam, até aos dias de hoje, esta terra, rastejando nas ruas das cidades, vilas e lugarejos, banquetecendo-se no esforço e labor da parte industriosa da comunidade.</u></p>
--	--

<p>Whatever may have been the primitive figure of the Porto do Ilheo, [sic] there can be no doubt but that this figure was changed through the agency of fire [...] That it <u>vomited flames</u> under this figure for a number of ages is also certain... (Ashe, 1813: 85)</p>	<p>Seja lá qual tenha sido a sua figura primitiva, não resta dúvida de que o Porto do Ilhéu foi alterado pela agência do fogo [...] É, também, certo que foram <u>vomitadas chamas</u> por baixo desta figura durante muito tempo...</p>
--	--

<p>For the blind force or weight of an ungoverned multitude, can have no steady or rational effect, unless some leading mind rouse it into action, and point it to its proper end: without this, <u>it is either a</u></p>	<p>A força cega, ou peso, de uma multitude não governada nunca terá qualquer efeito firme ou racional — a menos que alguma mente regente a desperte para a ação e a aponte na direção</p>
--	---

<u>brute, and random bolt, or a lifeless ball sleeping in a cannon...</u> (Ashe, 1813: 230)	apropriada. Sem isso, a <u>multidão ou é um raio aleatório ou é uma bala de canhão dormente no seu cano...</u>
---	--

A metáfora é um tipo de comparação muito comum na expressão literária. Este recurso estilístico é, como no caso de todos os outros, muito particular na escrita de cada autor, sendo indicativo da forma como este vê o mundo, os seus elementos e os seus padrões, bem como a forma como este os relaciona. Nos casos elencados, o uso deste recurso estilístico resulta numa linguagem expressiva que confere ênfase a assuntos que suscitam reações fortes por parte do autor, seja de desagrado (a atuação do clero açoriano, por exemplo) de admiração (em face do poder do vulcanismo) ou de receio (no caso do comportamento de uma multidão desgovernada). Dada a sua importância para se aquilatar a dimensão estética das cartas, as metáforas foram transferidas para o TC.

Transitaram, igualmente, para o TC outros recursos estilísticos de que o autor se serviu. Para ilustrar esta variedade estilístico-literária, dão-se alguns exemplos:

While <u>her right arm</u> was employed in scourging the peaceable inhabitants of the continent, the reins and rod of Portugal were forced <u>from her left</u> ... (Ashe, 1813: 33)	Enquanto o <u>braço direito de Espanha</u> estava ocupado a flagelar os pacatos habitantes desse continente, as rédeas e cetro de Portugal foram arrancados <u>do seu braço esquerdo</u> ...
--	--

... for the good of the Azores nothing has been achieved; for their improvement nothing attempted: <u>a whole century was lost in a blank</u> . (Ashe, 1813: 35)	... nada havia sido atingido em prol do bem dos Açores; nada fora tentado para o seu melhoramento — <u>um século inteiro perdido no vazio</u> .
--	---

<u>A sullen and bigoted ministry</u> succeeded the administration of Pombal. (Ashe, 1813: 35)	O que sucedeu a administração de Pombal foi <u>um governo taciturno e preconceituoso</u> .
---	--

<p>What was it to such a court, if rape and murder were committed by its priests and military in the Azores? <u>What</u>, if desolating fires and volcanic eruptions destroyed the villages and the peasantry? <u>What</u>, if its governors and ecclesiastics set their obscene domination on the neck of this innocent race? (Ashe, 1813: 37)</p>	<p>O que importava a uma corte desta espécie que se cometessem assassinatos e violações por parte da igreja e dos militares nos Açores? <u>O que lhe importava</u> se desoladores fogos e erupções vulcânicas destruíssem vilas e campesinatos? <u>O que lhe importava</u> se os regentes e os eclesiásticos impusessem o seu domínio obsceno sobre esta raça inocente?</p>
---	---

Todos estes recursos estilísticos contribuem para a cuidada manutenção da mencionada estética das cartas e do estilo do autor: a personificação da primeira tabela, onde o autor confere traços humanos a Espanha; a hipérbole da segunda tabela, onde o exagero se vinca propositadamente a favor do ponto de vista do autor; a hipálage presente na terceira tabela, pela qual o autor atribui as características dos governantes ao próprio governo; e a anáfora expressa na quarta tabela, enfatizando a ignomínia e menosprezo da corte portuguesa para com os açorianos. Tudo isto se manifesta, portanto, inexorável na manutenção da forma e conteúdo da voz do autor.

A última consideração deste ponto **3.1.4.** tem que ver com os termos designados como estrangeiros do ponto de vista do autor. Abaixo seguem-se alguns exemplos para ilustrar o proposto:

<p>Indeed, were these islanders, <i>en masse</i>, remarkably corrupt, they might probably make a part of this estimate... (Ashe, 1813: 231)</p>	<p>De facto, se estes ilhéus fossem, <i>en masse</i>, notoriamente corruptos, talvez pudessem integrar parte desta estimativa...</p>
---	--

<p>... her <u>fille-de-chambre</u> having informed me, that the friends of her mistress were all in the habit of paying their respects to her on that festival. (Ashe, 1813: 259)</p>	<p>... a sua <u>aia</u> informara-me de que os amigos da sua senhora tinham como hábito prestar-lhe homenagem durante esse festival.</p>
---	--

She smiled, and informed me I ran no risk in her house; that both she and her husband were of Spanish original [sic]; that he, in consequence, allows her an <i>estrecho</i> or friend... (Ashe, 1813: 261-262)	Ela sorriu e informou-me de que não corria qualquer risco na sua casa, pois ela e o seu marido eram de origem espanhola — e que ele, conseqüentemente, lhe permitia um <i>estrecho</i> ou amigo.
---	--

... when their <i>en-bon-point</i> is not carried to excess. (Ashe, 1813: 265)	... dado que o seu <i>embonpoint</i> não seja levado ao extremo.
--	--

Uma ferramenta útil passa por se traduzirem de forma literal os termos apresentados. Então, por ordem, estes ficariam da seguinte maneira: em massa, moça de quarto, estreito e em-bom-ponto. Estas traduções literais nada mais servem que auxiliar a identificar se existem equivalências formais ou dinâmicas destes termos entre as línguas de partida e de chegada, abrindo espaço para uma melhor decisão.

A primeira tradução, “em massa”, não requer quaisquer alterações, pois é uma locução perfeitamente comum em português e encontra uma equivalência formal com “*en masse*”. Querendo-se, contudo, deixar patente a escolha do autor, manteve-se “*en masse*” — visto que o uso de termos estrangeiros, principalmente do francês, era, na altura, uma forma de demonstrar erudição e de marcar um certo estatuto social.

Já a segunda tradução literal, moça ou rapariga de quarto, não encontra, nessa forma, um lugar na língua portuguesa nem uma equivalência formal com o termo empregue pelo autor — já para não falar que a sua não especificidade cede demasiado terreno à ambiguidade. Existe, contudo, uma equivalência dinâmica entre “*fille-de-chambre*” e “*aia*”, tendo-se preferido, assim, esta opção.

O terceiro termo provém do espanhol e a sua tradução literal detém a mesma relação de equivalência não formal com “*estrecho*” do caso anterior. A noção de “estreito” alude, então, a proximidade, pelo que se encontra uma equivalência dinâmica com amigo próximo. No entanto, a palavra “amigo” vem mencionada a seguir a “*estrecho*”, optando-se por deixar o estrangeirismo para se evitar uma redundância e

para se manter a escolha e o estilo do autor, que emprega, novamente, um estrangeirismo como forma de mostrar erudição ao destinatário das epístolas.

Por último, do que se sabe, “em-bom-ponto” também não encontra, nessa forma, um lugar semântico (ou de qualquer outra natureza) na língua portuguesa nem uma equivalência formal com o termo usado. O seu significado serve para referir a adiposidade feminina de uma perspectiva estética: neste caso, não existe um equivalente nem formal nem dinâmico na língua portuguesa. Deixou-se, assim, (com a grafia atual) o termo empregue pelo autor — tanto pela manutenção do estilo como pela inexistência já descrita deste na língua de chegada.

O desafio que se nos afigura nestes casos, no entanto, é o de quando manter a expressão estrangeira ou não. Quis o critério estabelecido que a estratégia cuidasse da manutenção dos termos na sua forma intacta quando estes provaram ser pertinentes ao registo que se inferiu como pretendido. Isto é: nos casos dos termos “*en masse*”, “*estrecho*” e “*en-bon-point*”, optou-se por deixá-los nestas formas por se coadunarem com o estilo (acima descrito) do autor. O termo “*fille-de-chambre*”, no entanto, não parece contribuir para o estilo de erudição pretendido pelo autor e o termo “*aia*” adequa-se melhor à mensagem pretendida.

### **3.2 Questões religiosas, socioeconómicas e políticas: catolicismo/anglicanismo; riqueza/pobreza; independência/imperialismo.**

Antes da ilustração de desafios específicos da tradução daquilo que é a manifestação destes conceitos no *corpus*, é necessário compreender-se que o desafio de base — cuja linha abarca os restantes desafios particulares que nela estão predicados — assenta nas disparidades culturais que se multiplicaram após os movimentos de Reforma e Contra-reforma do século XVI. Thomas Ashe, como cidadão de um país predominantemente anglicano, ao vir para um país — e mais especificamente para uma região — profundamente católico e largamente afetado pelo movimento de contra-reforma na sua expressão cultural e social, dissonava, nos Açores, como um pingo de óleo num recipiente de água — ou vice-versa.

Como Max Weber argumenta em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a propósito dos calvinistas — mas que pode ser estendido aos protestantes, em geral — a

influência teológica da ética protestante dos calvinistas do norte da Europa afetou a psique de vastas quantidades de gente, levando-as à adoção do trabalho secular, ao desenvolvimento dos seus negócios e à acumulação de riqueza, servindo assim, parcialmente e de forma não planeada, como um dos motores do surgimento daquilo que é o capitalismo moderno.

Incapazes de encontrar conforto nos sacramentos ou na imagem de um Deus bondoso, cientes de que os seus vizinhos, e até família, poderiam estar entre aqueles que seriam perpetuamente condenados, os crentes Calvinistas estavam psicologicamente isolados. A sua distância de Deus apenas conseguiria ser precariamente mitigada — e as suas crenças parcialmente aliviadas — através do incansável labor guiado por um propósito. (Weber, 2002: xix)

Então, independentemente de o protestantismo (a base para o anglicanismo) ser a força indutora do pensamento capitalista, ou de aqueles que são tendencialmente capitalistas terem maior inclinação para abraçar o protestantismo, o facto é que este modelo socioeconómico e este ramo do cristianismo se concatenaram desde o início deste último, reforçando a presença do primeiro.

Inversamente à Reforma, o Concílio de Trento encarregou-se de reforçar, como resposta, os valores ortodoxos da sua igreja naquilo que seria a relação dos crentes com Deus na vida e práticas diárias, os seus cânones e dogmas, o que constituiria ou não pecado, os sacramentos, a veneração de santos, etc. — tudo, enfim, que se oporia à reforma protestante. Esse mesmo conselho encarregou-se de elencar e classificar todas as heresias cometidas pelos proponentes e seguidores do protestantismo.

O que interessa aqui não é, contudo, acertar as relações recursivas entre os elementos apresentados — se estaria correto Weber ou a miríade de críticos que comentou o seu trabalho. Interessa, sim, perceber que a Reforma e aquilo que ficaria conhecido como Contra-reforma refletiram manifestações culturais díspares entre os constituintes de cada uma delas pelos motivos acima apresentados. E interessa, mais ainda, compreender de que forma essas diferenças influenciaram a escrita de Thomas Ashe, para que se possa deixar patente, no texto de chegada, a mundividência e a perspetiva do autor enquanto cidadão inglês e anglicano numa região de Portugal profunda e predominantemente (para não dizer totalmente) católica.

Muito do contraste descrito manifesta-se na linguagem do autor ao descrever as pessoas, os cenários e, maioritariamente, as práticas religiosas e sociais. E é nesta

dimensão religiosa que nos vamos focar agora, por tão vastas e frequentes as descrições e críticas de Thomas Ashe em relação aos efeitos perniciosos da igreja católica na região dos Açores.

Um dos muitos pontos atinentes a este tema, focado pelo autor, está intimamente ligado a uma das grandes divergências entre anglicanismo e catolicismo — e por isso patentemente presente no discurso de Ashe. Fala-se, portanto, da idolatria de imagens e santos.

On this gloom, one luminary arose; and the Azores worshipped it with <u>Persian idolatry</u> . POMBAL was that luminary. (Ashe, 1813: 35)	Da escuridão ergueu-se um iluminado; e os Açores veneravam-no com uma <u>idolatria persa</u> . Pombal era esse tal iluminado.
---	---

A descrição “idolatria persa” é uma comparação um tanto complexa e rebuscada. Após cuidada análise, o autor parece estar a referir-se ao paganismo persa — por sua vez politeísta —, que antecedeu o zoroastrismo — uma fé monoteísta —, onde se veneravam ídolos (e deuses) da mais variada espécie. Para dar mais alguma luz a este assunto, atente-se ao que diz Voltaire em relação a tal:

Merece atenção o facto de que o dicionário de *Trévoux* inicia este artigo por dizer que todos os Pagãos eram idólatras e que as gentes da Índia são, ainda, idólatras. Em primeiro lugar, nunca havia alguém sido denominado de pagão até Teodósio II; este nome foi então dado aos habitantes dos burgos de Itália — *pagorum incoloe pagani* —, que mantiveram a sua religião antiga. Em segundo lugar, o Hindustão é Maometano; e os Maometanos são inimigos implacáveis de imagens e de idolatria. Em terceiro lugar, não nos devemos referir, de todo, como idólatras aos muitos povos da Índia que pertenceram à antiga religião dos persas... (Voltaire, 1765)

Pois bem, os antigos persas — apenas alguns deles, segundo Voltaire — adoraram, a um dado período da história humana, ídolos e imagens. A comparação que o autor aparenta fazer (na nossa aceção) estabelece-se entre a idolatria católica e a não-idolatria protestante e a idolatria persa pagã e a não-idolatria do zoroastrismo — a idolatria do paganismo está para a idolatria católica assim como a recusa e persecução da idolatria do zoroastrismo está para a do protestantismo.

Independentemente de esta ser a comparação almejada pelo autor, o facto é que a idolatria e a superstição são práticas abominadas pelos protestantes. Este facto está

maioritariamente assente na fraca distinção entre religião e magia que marcou a Europa medieval. A melhor forma de tornar clara esta asserção — tornando assim mais compreensíveis as críticas e descrições do autor que brotam das diferenças entre catolicismo e protestantismo —, passa por fazer uso de uma citação do trabalho de Robert W. Scribner:

A distinção entre religião e magia estava desvanecida na igreja pré-Reforma. De facto, para os protestantes convictos, o ato central de adoração cristã — a missa —, com a sua doutrina de transubstanciada Eucaristia, detinha no seu cerne uma forma de magia. A Reforma removeu esta ambiguidade ao retirar os elementos “mágicos” da religião cristã: eliminando a ideia de que os rituais religiosos tinham uma eficácia automática; de que os objetos materiais pudessem estar dotados de um qualquer poder sagrado; e de que as ações humanas pudessem deter um qualquer efeito sobrenatural. A religião foi então libertada de noções de “superstição” relativas ao funcionamento do mundo e tornou-se numa prática de convicção interna, permitindo a agência racional da humanidade que é característica da modernidade. (Scribner, 1993)

Toda esta linguagem de crítica ao catolicismo e respetiva idolatria e superstição como causas da degeneração humana nos Açores é muito frequente na escrita do autor. Não se deve descurar, no ato da tradução, a devida atenção a toda a adjetivação e substantivos pejorativos que têm como fundo o desfasamento entre a mundividência do autor — naturalmente assente e multiplicada a partir da sua sociedade de origem (uma Grã-Bretanha anglicana) — e a realidade profundamente católica do arquipélago açoriano.

De maneira a continuar a ilustrar esta temática e a forma como ela influencia a escrita e a linguagem do autor, mostra-se uma passagem, de um capítulo mais à frente, onde este volta a referir, de forma explícita, a idolatria que reina entre a gente dos Açores e a forma como este a percebe:

<p>To Portugal are sent, corn, pulse, poultry, cattle, and vegetables, which are paid for in returns of tobacco, sugar, coffee, <u>trinkets, dispensations, indulgencies, images, and relics [sic] of rags, chips, nails, blood, and bones, belonging to the imaginary saints, &amp;c., which imposition and superstition teach them to idolize.</u></p>	<p>Para Portugal, é enviado milho, leguminosas, aves, gado e vegetais, os quais são pagos em tabaco, açúcar, café, <u>bugigangas, isenções, indulgências, imagens e relíquias que consistem em trapos, lascas, pregos, sangue e ossos, pertencentes aos santos imaginários, etc., que a imposição e superstição os ensinam</u></p>
--	--

(Ashe, 1813: 52)

a idolatrar.

Como se pode ver na tabela acima, a escolha lexical do autor reflete a visão negativa que este tem dos objetos tidos como sagrados para os católicos, classificando-os como inferiores através do uso de substantivos como “*trinkets*”, “*rags*”, “*chips*”, “*nails*”, “*blood*” e “*bones*”, acrescentando que estes pertencem “aos santos imaginários [...] que a imposição e superstição os ensinam a idolatrar.” Independentemente da precisão histórica das afirmações que faz o autor em relação ao *quid pro quo* existente entre os Açores e o reino de Portugal nesta altura (que não cabe aqui acertar), o uso de substantivos e adjetivos é relativamente claro, especialmente nestes dois casos específicos: “*trinkets*” e “*imaginary saints*” — “bugigangas” e “santos imaginários”, respetivamente. Não só os objetos não detêm um valor intrínseco como o valor extrínseco que possuem está adjudicado a figuras que apenas existem num imaginário impingido por uma superstição propagandeada pela igreja católica. Para acrescentar às camadas da visão crítica do autor sobre estes assuntos, ele estabelece, também, que todos estes objetos sem valor são a moeda de troca usada (para além do tabaco, o açúcar e o café) para pagar o envio de bens necessários e valiosos ao sustento humano: “milho, leguminosas, aves, gado e vegetais...” Esta passagem deixa clara a noção pretendida pelo autor de que a superstição e a imposição da igreja católica contribuem para o poder do reino português de forma a criar uma relação económica que é desfavorável para o arquipélago dos Açores.

Vejamos outro exemplo da escolha específica de léxico do autor para categorizar a fé da gente que ele descreve:

... instead of history, be only read in the accounts of Anthonio [sic] and a whole rabble of saints... (Ashe, 1813: 230)

Em vez de História, apenas lêem os relatos de António e de toda uma chusma de santos...

O uso do classificador “*rabble*” para referir o grupo de santos pertencente à igreja católica é, como se tem vindo a demonstrar, uma demarcação clara da posição do autor em relação a estes assuntos. A palavra em questão é usada para descrever de forma derogatória um grupo de pessoas. De modo a melhor ilustrar a escolha do autor,

vejamos as três classificações da primeira entrada de “*rabble*” no dicionário *online* Merriam-Webster:

“a) uma multidão desorganizada e desordeira de pessoas em grupo; b) classe ou corpo de pessoas tidas em baixa consideração; c) pessoas ordinárias ou comuns, destituídas de riqueza, poder ou estatuto social.”<sup>32</sup>

A escolha de “*chusma*” pareceu, na língua de chegada, a que melhor versava como contraparte de “*rabble*” e a que mais adequadamente reunia os três significados acima descritos, reforçando a ideia de um grupo vulgar de pessoas que não dispõe das qualidades ou condições tidas como importantes ou relevantes numa dada conjuntura histórica ou social — palavra esta associada a ideias de plebe, ralé, vulgo, etc.

Mas a escolha de linguagem do autor não se restringe apenas à descrição e qualificação particular da idolatria e da superstição. Esta escolha é aplicável à descrição geral da igreja e religião católica. Veja-se:

<p><u>A sullen and bigoted ministry succeeded the administration of Pombal. The Queen of Portugal was the cause of this. She became a fanatic in religion, and appointed the most furious of her churchmen to direct the helm of the state</u> [...] Numerous <u>nests of ecclesiastical hornets</u> were settled throughout the islands: <u>shoals of locusts and swarms of drones, who, to this day, overspread the land, crawl about the streets of the cities, towns, and villages, and glut themselves in feasting upon the labour of the industrious part of the community.</u> (Ashe, 1813: 35-36)</p>	<p>O que sucedeu a administração de Pombal foi um governo <u>taciturno e preconceituoso</u>. A rainha de Portugal foi a principal causadora disto: tornou-se <u>uma fanática religiosa</u> e nomeou os seus <u>clérigos mais furiosos</u> para ficarem ao leme do estado [...] Estabeleceram-se inúmeros <u>ninhos de vespas eclesiásticas</u> pelas ilhas: <u>pragas de gafanhotos e enxames de zangões que infestam, até aos dias de hoje, esta terra, rastejando nas ruas das cidades, vilas e lugarejos, banqueteadando-se no esforço e labor da parte industrial da comunidade.</u></p>
---	--

É verdadeiramente variiegada a escolha da adjetivação e dos substantivos que faz Thomas Ashe para descrever a igreja católica em contraste com a anglicana. Para além

<sup>32</sup> <https://www.merriam-webster.com/dictionary/rabble>

de mencionar o fanatismo furioso do clérigo que descreve, compara o estabelecimento destes nos Açores àquele de o dos ninhos de vespas. Chega até a evocar a história do antigo Egito ao estabelecer uma comparação entre as assoladoras pragas do Egito e os eclesiásticos em destaque, dizendo que estes rastejam “nas ruas das cidades, vilas e lugarejos, banqueteadando-se no esforço e labor da parte industrial da comunidade.”

Em adição, esta linguagem, até aqui enfatizada, está também reservada para descrever não só o clérigo e as suas práticas mas também os seus praticantes:

<p>The soul of a catholic being directed entirely by his priest, <u>whom he mistakes for a heavenly minister</u>, has no thirst for instruction [...] In this manner <u>the catholic</u> imagines he amply atones for his <u>ignorance and contempt of mankind</u>, by an affected, insincere, humility towards his confessor, and towards God. In order to shew [sic] his <u>spiritual humility</u>, <u>he gives up his understanding at once</u>, and divests himself of every faculty, which the author of all beings did actually give him to be <u>improved, and not to be destroyed</u>. (Ashe, 1813: 226)</p>	<p>Como a alma de um católico é inteiramente dirigida pelo seu padre — <u>que este vê erroneamente como um ministro celestial</u> —, o mesmo não tem sede de instrução [...] Deste modo, o <u>católico</u> imagina que expia amplamente a sua <u>ignorância e desprezo pela humanidade</u> através de uma comovida e insincera humildade para com o seu confessor e para com Deus. Como forma de demonstrar a sua <u>humildade espiritual</u>, este <u>abdica completamente da sua inteligência</u> e despe-se de todas as faculdades que lhe foram dadas pelo autor de todos os seres para que fossem <u>melhoradas e não destruídas</u>.</p>
--	--

O autor acrescenta, ainda, o seguinte:

<p>Their ambitions are trifling and unmanly as <u>the religion which has undermined it</u>. (Ashe, 1813: 227)</p>	<p>As suas ambições são tão banais e desumanas quanto a <u>religião que as desvalorizou</u>.</p>
---	--

Para além da função crítica e qualificadora já mencionada, notou-se, também, que o uso desta linguagem por parte Ashe é feito para descrever o povo açoriano de forma a

caracterizá-los como seres de alguma forma ontologicamente diferentes dos portugueses que habitam o território continental; como seres que foram envenenados (como o próprio chega a dizer) e obrigados a regerem-se por um código ético e religioso que os degenera a eles e à sua respetiva sociedade. Estima-se que o alvo do autor era o de criar uma fissão entre o povo dos Açores e do restante Reino de Portugal, afirmando que estes estavam em maior consonância com os ingleses do que com os portugueses — o que serviria como reforço à convicção de Francis Rawdon-Hastings de que a proposta de anexação do arquipélago dos Açores que faz o autor seria também viável por esse prisma (em adição aos demais prismas).

Ora, a extensão do interesse nestas perspetivas políticas, sociais e religiosas apenas vai até às manifestações destas naquilo que é o discurso e subsequente linguagem do autor no *corpus* e na sua tradução; na forma em como é necessária uma cuidada atenção e desejada abertura na identificação de unidades de sentido que advêm das questões e diferenças socioculturais; na forma, como já dito, em que a sociedade do autor o moldou. Tudo isso contribui para que a diferença de matizes entre as conjunturas envolvidas leve Thomas Ashe a manifestar o uso específico dos adjetivos e substantivos que foram ilustrados neste ponto **3.2.** e na sua subsequente tradução. As estratégias empregues têm, sim, que ver com questões lexicais mas como fruto da cultura que é o pano de fundo dos elementos em análise.

## Capítulo 4 – Reflexão sobre as decisões tomadas com base nos pressupostos teóricos

Cabe aqui dizer, antes de qualquer exercício de reflexão, que as decisões por que se optou tiveram como linha guia dois enquadramentos teóricos tidos como fulcrais na intervenção do texto de partida e na fazedura do texto de chegada. No nosso entender, estes dois pilares — em que assentou todo o processo de tradução — são indissociáveis quando o paradigma é a abordagem a uma tradução desta natureza. Assim exposto, estes discerniram-se como sendo a visibilidade do tradutor e a dimensão cultural do ato translatório.

### 4.1. A visibilidade do tradutor

Como qualquer complexo que se aborda, todo o processo da tradução do *corpus* em foco teve de se permeabilizar nas especificidades constitutivas do seu texto: de uma forma geral, a posição almejada pelo tradutor foi uma de invisibilidade. Antes de se esmiuçar a escolha pela invisibilidade, contudo, o mais profícuo é perceber a forma como este conceito é compreendido pelo seu proponente, Lawrence Venuti:

A ilusão de transparência é um efeito de fluência de discurso, do esforço do tradutor naquilo que é o assegurar uma leitura fácil na adesão aos usos correntes, na manutenção de uma sintaxe contínua, no fixar de um sentido preciso. O que é de veras notável aqui é que este efeito ilusório mascara as inúmeras condições sob as quais a tradução foi feita — a começar pela crucial intervenção do tradutor no texto de partida. Quanto mais fluente for a tradução mais invisível será o tradutor; e, presumivelmente, mais visível será o escritor, ou o sentido do texto de partida. (Venuti, 1995: 1-2)

Pode-se argumentar que o horizonte delimitador do que constitui invisibilidade num exercício de tradução é, nas suas extremidades, um tanto intangível. Talvez o mais são é compreender-se que na maioria dos casos o que se almeja é um todo de visibilidade ou invisibilidade — manifestando o produto final maior ou menor número de sinais da posição do tradutor — e, nesse todo, quais são as especificidades do texto que contribuem para a necessidade de um grupo de estratégias que irão gravitar à volta dessa decisão. Nunca será total a posição de invisibilidade almejada pelo tradutor; assim como nunca será total a visibilidade do autor, ou do texto de partida, no texto de chegada. Estas dependerão largamente de motivos intrínsecos e extrínsecos ao texto e à própria tradução — os quais ditarão, também, o nível de estrangeirização ou domesticação patente no texto de chegada, o grau de manutenção do estilo e da forma

do texto de partida, a linguagem empregue, referências presentes, as questões socioculturais, para quem se faz a tradução – em suma, tudo aquilo que for atinente às questões linguísticas, culturais e sociais entre os textos de partida e de chegada (diacrónica e sincronicamente) e tudo aquilo que forem condições impostas ao tradutor pela conjuntura e/ou por quem pede a tradução.

Deste modo, os motivos que exigiram estabelecer-se uma posição geral de invisibilidade na tradução da obra em questão foram de suma importância não só para se estabelecer essa posição como para todas as estratégias empregues nessa condição. No caso da tradução e *corpus* em questão, são, então, vários os elementos que requerem que se almeje esta posição geral de invisibilidade descrita: o facto de ser uma correspondência epistolográfica; o facto de essa correspondência ser elaborada num contexto de viagem em que o foco da mensagem é o de descrever o local, a cultura, a gente e os seus costumes e mentalidade; a altura em que essa correspondência foi escrita, tendo assim que se refletir as discrepâncias de perspectiva específicas do choque de conjunturas políticas, religiosas e históricas desse período; o facto de essa correspondência ter motivos ulteriores àquilo que seria a receção desta pelo seu destinatário; e o facto, também, de essa correspondência manifestar uma preocupação de inserção na dimensão literária, que em muito contribuiu para o que vem expresso no seu conteúdo e para a forma como esse conteúdo vem expresso. Assim, relativamente à visibilidade do autor e da sua mensagem no TC, todos estes elementos contribuem para que se mantenha o mais presente e visível quanto possível a voz de Thomas Ashe — o que requer que a outra metade (o tradutor) adote uma posição menos conspícua.

Então, para clarificar aquilo que na nossa visão foram os elementos que requereram que a presença do tradutor fosse, de forma geral, invisível, dividiu-se o acima descrito em sucintos fatores a ter em consideração nesta obra e na sua tradução:

#### **4.1.1. O fator epistolográfico**

Como argumentado com alguma profundidade no **Capítulo 1** do presente documento, a dimensão epistolográfica que envolve e atravessa o texto deixa marcas específicas: para além de todos os elementos textuais da epistolografia identificados — a existência de um locutor e de um alocutário, os marcadores discursivos, os *verba dicendi*, os artifícios retóricos, e todos os elementos identificados por Maria Del Mar Rivas Carmona e por nós esmiuçados —, destaca-

se a voz específica de um locutor (remetente) que se dirige a um alocutário (destinatário), o qual deixa impressas na mensagem que escreve a sua personalidade, e respetiva mundividência, e a relação que detém com o destinatário da sua correspondência. Os supramencionados elementos textuais que se analisaram — análise essa presente no ponto **1.2.** do presente documento — marcam, também, um tipo de retórica e discurso específicos e concretos que tornam conspícua a própria voz do autor e que demandam a manutenção dessa voz.

#### **4.1.2. O fator escritor-viajante**

Este é outro fator intransponível na análise deste *corpus*. A viagem levada a cabo pelo autor ao arquipélago dos Açores é uma das premissas centrais onde assenta todo o conteúdo da escrita elaborada. A própria existência da obra — e tudo o que nela vem expresso — está predicada na viagem em questão: independentemente dos motivos ulteriores do autor, do formato e estética da obra e de todos os elementos analisados ao longo desta dissertação, o ato da viagem é que providencia ao autor o suporte e contexto para a execução dessa mesma obra. Ainda neste escopo, as duas sequências ligadas a este conceito de escritor-viajante que mais impulsionaram uma adoção da discutida posição de invisibilidade foram as já mencionadas “proximidade sem fusão”<sup>33</sup> e “distância sem isolamento”,<sup>34</sup> as quais induzem uma necessidade da existência de um equilíbrio entre as duas ideias que produzem. Estas sequências surgem no contexto de um trabalho de Michael Cronin (2000), na sequência de um paralelismo que este faz entre as figuras do tradutor e do escritor-viajante. As especificidades teóricas deste tema vêm destrinçadas na alínea **b)** da introdução deste documento. Então, é no seguimento da apreensão destas duas sequências que se sente que, assim como numa tradução, é necessário manter esta linha ténue de equilíbrio entre as duas realidades em confronto de forma a não se comprometer a heterogeneidade que se manifesta durante a viagem do autor — o que nos leva ao próximo ponto:

#### **4.1.3. O fator conjuntural**

Este fator, em conjunto com o anterior, é a outra premissa central da obra. Quer a conjuntura interna de cada país envolvido quer a conjuntura geral deste período

<sup>33</sup> (Cronin apud Silva; tradução de Leonor Sampaio da Silva).

<sup>34</sup> (Cronin apud Silva; tradução de Leonor Sampaio da Silva).

histórico afiguram o relevo que dará a protuberância contextual a que nos agarrarmos na sua abordagem: este fator é o filtro que se intromete entre o leitor e a luz emanada pela viagem e que nos dá o matiz que é percebido na projeção que essa viagem imprime na mente do leitor. Assim, qualquer alteração ou não manutenção das referências da cultura de origem do autor e da cultura visitada poderia atirar para o vazio a melhor aproximação possível da (já inatingível) verdadeira experiência da viagem de Thomas Ashe ao arquipélago dos Açores e do confronto da sua realidade com a do local visitado. Este fator, bem como a forma como o mesmo se relaciona com as estratégias de tradução empregues, constitui o foco de análise do ponto **3.2.** do presente documento.

#### **4.1.4. O fator literário**

Os elementos que nos reafirmam a preocupação do autor na inserção da sua obra na dimensão literária são um tanto conspícuos: à parte de esta ter sido compendiada, editada e publicada com um prefácio do próprio editor, várias são as afirmações do autor ao descrever o seu próprio trabalho que nos levam a crer nesta intenção. O tipo de linguagem e estruturação usados nas cartas enviadas também contribuem para esta inferência: uma linguagem descritiva intencionalmente literária e erudita (como destrinchado no ponto **3.1.4.**); e uma estrutura epistolar distante daquilo que é descrito como carta familiar com base em *Epistulae ad Familiares* de Cícero. Extrinsecamente aos elementos internos da própria obra e autor, e de maneira a dar conclusão a esta afirmação relativa à dimensão literária do corpus em questão, rebusca-se a frase de Demétrio, na qual ele afirma que “aquele que escreve acerca de subtilezas concernentes à lógica ou acerca de questões de história natural numa carta está, efetivamente, a escrever — mas não uma carta”.<sup>35</sup> Em concordância com estes paradigmas epistolográficos, determinou-se, então, a existência de uma ramificação da epistolografia em direção às preocupações literárias, tendo como seus constituintes os *auteurs épistolaires*. Determinou-se que Ashe, pelos motivos acima descritos e mais profundamente analisados no ponto **1.1.** do presente documento, constitui este tipo específico de autor.

Assim exposto, sentiu-se que esta dimensão literária se concatena com as demais na necessidade de invisibilidade do tradutor, no sentido em que o valor literário da

<sup>35</sup> Demetrius *apud* Gábor Almási (2010: 1)

obra — que se manifesta na estética do seu conteúdo e na forma da sua exposição — também deve ser mantido.

Todos estes fatores elencados (cujo escrutínio e esmiuçamento foram levados a cabo ao longo de todo o presente documento) coalescem para que se tenha optado, então, pela adoção de uma posição geral de invisibilidade em prol da visibilidade da voz, visão, estética e alocação conjuntural do autor e da obra. Todos eles, na nossa visão, representam, em adição, individualmente, motivo de destaque suficiente para que não se negligenciem e para que marquem presença na tradução feita. Retomando a questão da fluência presente na citação de Lawrence Venuti que se encontra no início deste ponto, o objetivo último foi o de expressar um grau de fluência o mais próximo possível da fluência do texto de partida, domesticando o texto o mínimo possível — uma estrangeirização fluente, inversamente à fluência domesticada que menciona o autor:

A fluência pode ser vista como uma estratégia discursiva que é idealmente adequável à domesticação de uma tradução: capaz não só de exercer a violência etnocêntrica de uma domesticação mas também de mascarar esta violência ao produzir um efeito de transparência, uma ilusão de que não se trata de uma tradução... (Venuti, 1995: 61)

Concluindo à luz desta citação, o tipo de invisibilidade que então se almejou de forma concreta foi a conciliação entre fluência e estrangeirização na tradução executada: em suma, simular um Thomas Ashe imaginário que é inglês, que foi criado como tal e com todas as referências culturais subjacentes, mas que fala português.

#### **4.2. A dimensão cultural**

Este enquadramento teórico teve como grande compasso orientador o imprescindível trabalho conjunto de André Lefevere e Susan Bassnett acerca da viragem cultural dos estudos de tradução (Bassnett & Lefevere, 1990).

Como esmiuçado na alínea **b)** da introdução do presente documento, esta viragem nos estudos de tradução espoletou uma transição de paradigma análoga à transição de um plano bidimensional para um plano tridimensional: não só existe mais uma dimensão como existem infinitas multiplicações que brotam das inúmeras relações entre essa recém-contemplada terceira dimensão e as já existentes. Esta mudança de

paradigma, para além de ter apresentado uma nova realidade, afastou, também, o anterior paradigma — cuja linearidade de contemplação textual inseria o tradutor num exercício puramente formalista de equivalências linguísticas.

Fundamentada neste pilar cultural, esta tradução almejou afastar tanto quanto possível os vácuos formalistas, para que se pudesse contemplar a riqueza cultural existente na obra. É verdadeiramente importante dizer que essa riqueza não se manifesta apenas naquilo que são as consequências da cultura do autor na sua visão ou na forma como essa visão o afeta no contato com a cultura açoriana; a própria linguagem do autor está repleta de menções e referências as outras culturas distantes, quer geograficamente quer temporalmente. Destacam-se os casos da “idolatria persa” — presente no ponto **3.2.** — e do “... povo bom e honesto que prefere a oliveira ao loureiro” — do ponto **3.1.2.**, ou uso de estrangeirismos franceses (e não só) de forma a perpetuar e enaltecer a sua imagem como sendo a de um homem culto e erudito. Em suma, abre-se um mundo de possibilidades que, ainda que rico, requer maior atenção, sensibilidade, conhecimento e predisposição a profundas pesquisas.

Também se teve em consideração o fim último das análises empreendidas no âmbito dos estudos de tradução sob o signo da cultura: analisar as relações de poder entre línguas e culturas. No caso vertente, as relações de poder podem ser observadas à luz da linguagem usada para: 1) o autor se dirigir ao destinatário das cartas; 2) o autor se referir à população visitada; 3) o autor descrever o país do alocutário; 4) o autor descrever o país a que pertence a região visitada; 5) o autor se retratar enquanto viajante e epistológrafo. Neste âmbito, o registo formal e as informações comunicadas ao Conde de Moira num tom respeitoso, não dispensam evidenciar a situação de dívida em que a Casa de Bragança se colocou em relação à coroa inglesa na sequência da ajuda recebida para expulsar os franceses e para realocar o rei português no Brasil. A fragilidade militar de Portugal compõe um quadro político de subalternidade que é aproveitado pelo epistológrafo como fundamento do seu intento — transferência de soberania do arquipélago dos Açores para a monarquia inglesa. O poder cabe, inequivocamente, ao visitante estrangeiro que, por seu turno, reconhece o maior poder do destinatário das suas cartas para a concretização do objetivo visado. Ele possui o conhecimento e os meios de o transmitir, mas não os meios para a execução do plano. Recorde-se que o plano se alicerça numa clara diferença de perceção da região e do país — a primeira contendo características positivas que o segundo não inclui. Note-se que esta

circunstância ajuda a justificar o interesse e a justeza da transferência desejada — a população açoriana teria de ser caracterizada em moldes mais benevolentes: os portugueses continentais são ontologicamente obtusos, ao contrário dos açorianos que o são apenas por contágio; separados, manifestariam em pleno o seu potencial.

Uma sistematização dos níveis de poder encontrados revela uma grande assimetria entre as duas culturas — portuguesa e inglesa; a consciência de sua falta de poder efetivo em relação ao nobre que leva o autor a procurar o poder que lhe falta no destinatário; a necessidade de enfraquecer Portugal, ficando com a soberania dos Açores, na convicção de que tal levaria à concretização do objetivo último, que era fragilizar o inimigo mais poderoso, a França.

Através do escopo providenciado por esta metodologia, ficam, então, assentes e mais clarificadas as redes de poder desta altura: o poder de Francis Rawdon-Hastings perante Thomas Ashe (no qual o autor tão patentemente se quer banhar); a clara superioridade que Inglaterra aparenta sentir (e porventura detém) em relação a Portugal e, conseqüentemente, o sentimento de superioridade que isso parece conferir ao autor nas suas descrições dos portugueses e dos açorianos (cuja distinção é feita pelo autor e tem propósitos já ilustrados); o poder por meio de afunilamento da caracterização que o autor faz de si mesmo ao adornar-se das particularidades estéticas e artísticas de que beneficiam os viajantes, os escritores, os epistológrafos e todas as outras posições e ideias que o autor faz de si.

A identificação, compreensão e manutenção desta dimensão cultural da tradução é um importante matiz na fiabilidade e verosimilhança de uma tradução realizada no enquadramento teórico proposto, pois constitui a melhor aproximação à verdade conjuntural e cultural de uma época, os seus elementos e a relação destes, os quais são essenciais ao paradigma cultural da tradução.

## Considerações finais

A dissertação de mestrado supra-estruturada contextualiza o seu desenvolvimento no culminar dos dois anos do curso de segundo ciclo em Tradução e Assessoria Linguística — pretendendo assim fazer justiça aos ensinamentos facilitados por toda a docência do mesmo.

O *corpus* selecionado demonstrou ter relevância tradutória por apresentar uma série de desafios que requerem uma cuidada atenção na sua apreensão e na conseqüente delimitação de estratégias com que os abordar.

Deste modo, mais do que expressar que as estratégias de tradução de um dado texto estão dependentes das contingências que brotam das vicissitudes inerentes ao texto, pretendeu-se demonstrar, através de um exercício concreto de tradução de uma obra específica, a forma como abordar e estruturar essas vicissitudes e analisá-las de maneira a melhor se compreender como elas interagem entre si e, por fim, contribuem para o texto de partida como um todo e se refletem, ou devem refletir, no texto de chegada. Assim, e para que se conseguisse demonstrar a importância dos elementos constitutivos deste corpus e a forma como eles se relacionam, a presente dissertação preocupou-se em dar uma contabilidade de exemplos simultaneamente quantitativa e qualitativa para que melhor ilustrassem os enquadramentos propostos. Esta metodologia de agência empregue ao processo de tradução é análoga aos conceitos de estratégia e de tática quando considerados em conjunto num qualquer plano de ação: a estratégia é a forma de se considerar um escopo mais alargado das questões a tratar e a tática é a forma de execução que permite chegar à visão delimitada pela estratégia — primeiro delimitam-se os fins (objetivos) e depois os meios (o caminho a percorrer).

Integrando assim esta visão, a análise ao texto de partida assomou características que exigiram a respetiva contemplação das suas particularidades — as quais teriam que transitar para o texto de chegada para que se não perdesse a essência não só da mensagem, mas da sua forma e estética. Destas particularidades destacaram-se como imperativos os elementos formais afetos ao estilo epistolográfico e os elementos de conteúdo afetos ao estilo do autor, à literatura de viagem e a todos os elementos culturais atinentes às conjunturas envolvidas. Durante a análise do texto de partida, a

dimensão da importância destes elementos foi dando luz às estratégias a adotar: não só o formato teria que permanecer incólume e se teria que respeitar tudo o que fosse atinente à epistolografia, como tudo o que fosse relativo ao choque de culturas teria que ficar patentemente expresso, pois este choque é a força motriz daquilo que é a essência da própria obra. Não só o autor escorre em constantes descrições dos Açores, tendo como óculo evidente as referências do seu país natal, como também se aventura em constantes comparações entre o local visitado e o seu país (e por vezes outros países e/ou culturas).

Na nossa ótica, todas estas características indicaram os dois pilares essenciais que facilitariam o exercício de transposição do texto de partida para a língua de chegada sem que se as perdesse. Então, a invisibilidade do tradutor (tanto quanto possível) e o uso da abordagem cultural dos estudos de tradução afiguram-se-nos-iam intransponíveis quando não contempladas como constitutivas de uma ponte cuja dimensão nos permite atravessar com todos estes objetos e conceitos. Para que se enquadrassem devidamente estes conceitos, os contributos teóricos de Susan Bassnett, André Lefevere e Lawrence Venuti foram imprescindíveis na ligação das ideias à sua prática. Mais ainda, nas questões relativas ao formato epistolográfico e às diferentes formas como esse se manifesta, o trabalho Gábor Almási, acrescido de uma pesquisa periférica a todos os temas que este trata, provou ser de enorme utilidade. Num escopo já mais particular, a tradução do género epistolográfico demonstrou ter uma incidência teórica menor que outros tipos de tradução; no entanto, tendo como base o trabalho de Maria Del Mar Rivas Carmona, conseguiram-se destringir elementos específicos deste registo de maneira a identificar e manter a estética e os rudimentos discursivos que dele fazem parte.

*A História dos Açores, ou Ilhas Ocidentais, acrescida de um relato descritivo do Governo, Leis, Religião, Modos, Cerimónias e Características dos Habitantes dos Açores: um manifesto à importância destas valiosas ilhas para o Império Britânico* compreende o registo de uma parcela da história dos Açores que é narrada na primeira pessoa por Thomas Ashe. A importância e a relevância histórica deste texto de partida está assente não só nas descrições *per se* mas na forma como elas são feitas; na forma como a conjuntura histórico-cultural molda uma sociedade e essa sociedade molda indivíduos que terão aceções verdadeiramente peculiares de outras culturas com que possam ter contacto — como é o caso do autor. No fundo, a tradução é um exercício de alteridade: é o olhar para algo da posição de outrem (ainda que as referências coletivas e

individuais não sejam totalmente escapáveis). Mas no caso específico deste *corpus*, esta necessidade de alteridade é triplamente enfatizada, pois acrescido à tradução está um gênero literário que requer este mesmo exercício: a figura do viajante escritor também mete em confronto duas culturas e realidades, também ela está predicada na ação de trazer ao leitor descrições e referências que não fazem parte da sua vida diária e da sua realidade de forma geral. Michael Cronin (2000) compara esta figura com a do tradutor, dissertando que a base do seu exercício (pelos motivos já escrutinados) é a mesma — agentes interculturais que não só medeiam a interação de duas ou mais culturas como também medeiam o espaço entre elas (eternamente adjudicados à liminaridade dessa terra-de-ninguém). Então, por fim, para além de se concatenarem no texto de chegada as necessidades de alteridade advindas do exercício de tradução e do fator literatura de viagem, esta necessidade é ainda acrescida por uma marcação vincada da voz do autor que é comumente exigida pelo gênero epistolográfico.

Todo o processo desta tradução teve como base um exercício consciente e propositado, por sua vez predicado na metodologia expositiva e retórica que é característica do método científico, não descurando a visão particular do tradutor dos assuntos a tratar.

## Bibliografia/webgrafia

Almási, Gábor (2010). "Humanistic Letter-Writing", in *European History Online (EGO)*, Mainz: Institute of European History (IEG), pp. 1-9.

Altman, J. G. (1982). *Epistolarity: approaches to a form*, Columbus: Ohio State University Press, p. 135.

Andrews, Helen (2009), *Dictionary of Irish Biography*, <https://www.dib.ie/biography/ashe-thomas-a0246> (consultado a 22 de junho de 2023)

Ashe, T. (1813). *History of the Azores, or Western Islands, Containing an Account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*, Londres: Sherwood, Neely, and Jones, Paternoster Row.

Austin, J.L. (1962). *How to do Things with Words*, Londres: Oxford University Press, p.133.

Bassnett, S. (2007). "Chapter 1. Culture and Translation". In *A Companion to Translation Studies* editado por Piotr Kuhiwczak e Karin Littau. Bristol, Blue Ridge Summit: Multilingual Matters, pp. 13-23.

Bassnett, S., & Lefèvere, A. (1990). *Translation, History and Culture*. London; Nova Iorque: Pinter Publishers, pp. 11-12.

Braga Riera, Jorge. 2022. "Literary translation" @ ENTI (*Encyclopedia of translation & interpreting*). AIETI.

Link: [https://www.aieti.eu/enti/literary\\_translation\\_ENG/](https://www.aieti.eu/enti/literary_translation_ENG/)

Cabral Leite, J. (1991). *Estrangeiros nos Açores no século XIX : antologia*. (pp. 223) Ponta Delgada: Signo.

Costa, João. (2008). *O Advérbio em Português Europeu*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 53-63.

Duchêne, Roger (1982). *Écrire au temps de Mme de Sévigné: Lettres et texte littéraire*, Paris: J. Vrin, p. 11-12.

Duchêne, R. (1971). “Réalité Vécue et Réussite Littéraire: le Statut Particulier de la Lettre. Revue d’Histoire Littéraire de La France”, 71(2), 177–194.  
<http://www.jstor.org/stable/40524072>

Dudley, William S., ed. (1985). *The Naval War of 1812: A Documentary History*. Naval Historical Center. p. 34.

**Link:**

[https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=DSO6XcECD\\_cC&oi=fnd&pg=PA16&dq=william+Dudley,+1985:+34&ots=NKVrB8LDcr&sig=aHox6X\\_4qTG8khmMVR\\_Fb8IsfD4&redir\\_esc=y#v=onepage&q=william%20Dudley%2C%201985%3A%2034&f=false](https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=DSO6XcECD_cC&oi=fnd&pg=PA16&dq=william+Dudley,+1985:+34&ots=NKVrB8LDcr&sig=aHox6X_4qTG8khmMVR_Fb8IsfD4&redir_esc=y#v=onepage&q=william%20Dudley%2C%201985%3A%2034&f=false)

Henderson, T. F. “Ashe, Thomas (1770-1835)”, in: Stephen, Leslie & Lee, Sidney (1922), *The Dictionary of National Biography*, Londres: Oxford University Press [1885].

Herodotus (430BC). *The History of Herodotus*, livro 8, traduzido por G. C. Macaulay, 2 vols. MacMillan and Co., Londres (1890).

Link: <https://lexundria.com/hdt/8/mcly>

Leite, de José Guilherme Reis (1988). “Os Açores e os interesses ingleses no Atlântico durante a Guerra Peninsular”, in AAVV *Arquipélago - História*, Número Especial, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 101-122.

Longford, Elizabeth (1992). *Wellington* (2012 ed.). Londres: Weidenfeld & Nicolson. p. 118.

Mokyr, Joel (2017). *A Culture of Growth: The Origins of the Modern Economy*, Princeton, NJ & Oxford, Inglaterra: Princeton University Press, [ISBN 9780691168883](https://www.princeton.edu/books/hardcover/9780691168883/a-culture-of-growth-the-origins-of-the-modern-economy)

Palmer, Alan; Veronica (1992). *The Chronology of British History*. Londres: Century Ltd. pp. 242–243.

Risselada, R. & Spooren, W. (1998). “Discourse markers and coherence relations”, in *Journal of Pragmatics*, 30, pp. 131-135.

Rivas Carmona, M. del Mar (2011). “The translation of discourse markers in epistolary fiction”, in *Hikma – Revista de Traducción*, Córdoba: UCOPress – Editorial Universidad de Córdoba, pp. 109-122.

Scribner, R. W. (1993). “The Reformation, Popular Magic, and the ‘Disenchantment of the World.’” *The Journal of Interdisciplinary History*, 23(3), 475–494.  
<https://doi.org/10.2307/206099>

Seara, Isabel R. (2012). “Epistolarity — from hidden dialogue to an obsession to dialogue”, in *Language and Dialogue*, vol. 2, no.3, Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, pp. 363-374.

Showalter, English (1986). *Authorial Self-Consciousness in the Familiar Letter: The Case of Madame de Graffigny*. *Yale French Studies*, 71, p. 113.  
<https://doi.org/10.2307/2930025>

Silva, Leonor Sampaio (2014). «Linguagens em movimento: do viajante como tradutor e do tradutor como viajante», in Gabriela Gândara Terenas (dir.), *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, número 23, FCT- Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, pp. 319-332.

Silva, Leonor Sampaio (2019). «Uma permanência forçada em São Miguel: Marion Hartley na encruzilhada de identidades», *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, Vol 8, pp. 41-52.

UNESCO (2005). *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais das Nações Unidas*, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Paris, 3 a 21 de Outubro de 2005, 33.<sup>a</sup> sessão.

[https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao\\_sobre\\_a\\_proteccao\\_e\\_a\\_promocao\\_da\\_diversidade\\_das\\_expressoes\\_culturais.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_sobre_a_proteccao_e_a_promocao_da_diversidade_das_expressoes_culturais.pdf)

(consultado a 20 de novembro de 2023).

Venuti, Lawrence (1995), *The Translator’s Invisibility*. Londres, Nova Iorque: Routledge, pp. 1-2.

Voltaire (1765). “Idol, Idolator, Idolatry.” *The Encyclopedia of Diderot & d’Alembert Collaborative Translation Project*. Traduzido por Erik Liddell. Ann Arbor: Michigan Publishing, University of Michigan Library, 2006. Tradução de “Idole, Idolatre, Idolatrie,” *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. 8. Paris, 1765.

Link: <https://quod.lib.umich.edu/d/did/did2222.0000.523/--idol-idolator-idolatry?rgn=main;view=fulltext;q1=Fran%C3%A7ois-Marie+Arouet+de+Voltaire>

Weber, Max (2002). *The Protestant Ethic and the “Spirit” of Capitalism and other writings*, traduzido por Peter Baehr. Auckland, Londres, Nova Iorque, Toronto, Victoria: Penguin, p. xix.

Wright, J. K. (2013). “Voltaire and the Lettres philosophiques”. *Enlightenment and Secularism: Essays on the Mobilization of Reason*, p. 159.

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**  
**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal